

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Turismo na encruzilhada: estudo sobre os fatores de inserção socioeconômica em destinos turísticos emergentes (Barreirinhas - MA)

João Paulo Faria Tasso

Orientador: Doutor Elimar Pinheiro do Nascimento

e-mail: jpfariatasso@gmail.com

Dissertação de Mestrado

Brasília-DF, Janeiro/2011

Tasso, João Paulo Faria.

Turismo na Encruzilhada: estudo sobre os fatores de inserção socioeconômica em destinos turísticos emergentes (Barreirinhas - MA). / João Paulo Faria Tasso.

Brasília, 2010.

188 p. : Il.

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

1. Turismo Sustentável. 2. Inclusão e Exclusão Social. 3. Cadeia Produtiva do Turismo. 4. Desenvolvimento Local. 5. Fatores de Inserção Socioeconômica. I. Universidade de Brasília. CDS. II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

João Paulo Faria Tasso

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Turismo na Encruzilhada: estudo sobre os fatores de inserção socioeconômica em destinos turísticos emergentes (Barreirinhas - MA)

João Paulo Faria Tasso

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção de grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental, opção acadêmica.

Aprovado por:

Elimar Pinheiro do Nascimento, PhD. (Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS/UnB)
(Orientador)

Iara Lucia Gomes Brasileiro, Dra. (Centro de Excelência em Turismo – CET/UnB)
(Examinadora interna)

Vinícius Nobre Lages, PhD (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae Nacional)
(Examinador externo)

Brasília, 31 de Janeiro de 2011.

Dedico este trabalho aos meus dois anjos da guarda, personificações de bondade, perseverança e amor eterno: Terezinha Maria Faria Tasso e Paulo Sérgio Tasso.

“Inteligência é sinônimo de sensibilidade aos câmbios, capacidade de prever, antecipar-se, diagnosticar ambientes e atores e agir adequadamente diante de cada circunstância, construir relacionamentos, e daí porque é também emocional.”

(Vinícius Lages)

AGRADECIMENTOS

A Deus, acima de tudo, por abençoar minha vida e direcionar meus caminhos e decisões.

Aos meus pais amados, Terezinha Maria Faria Tasso e Paulo Sérgio Tasso, pelo enorme carinho, paciência e fé, e por terem dedicado suas vidas com muito amor à formação profissional, social e humana de seu filho.

A Caroline, minha irmã, Onofre e Olívia, meu avô e minha avó, meus tios e tias, primos e primas, pelo amor fraterno.

Ao meu grande orientador, Elimar Pinheiro do Nascimento, por sua imensa sabedoria transmitida por suas orientações acadêmicas e para a vida, pela serenidade, amizade, companheirismo e simpatia, por estimular minha inquietude e minha superação, mas mais do que isso, pelo enorme sorriso no rosto a cada reunião.

A Luís Tadeu Assad, pela cumplicidade em minha trajetória profissional e pessoal, pela amizade, pelo profissionalismo advertindo pacientemente meus erros e enaltecendo com vigor meus acertos, me fortalecendo como ser humano. E pelos muitos momentos de alegria, no futevôlei e no churrasco.

A Helena Araújo Costa, amiga eterna, que com suas palavras de incentivo, seu brilhantismo e companheirismo diário demonstrado por horas dedicadas frente ao computador, fez com que eu ampliasse (mesmo achando que não fosse mais possível) minha admiração e meu respeito por tudo que ela é.

A Lileane Praia, minha companheira de pesquisa, pela grande ajuda no trabalho de campo e por compartilhar comigo dúvidas e sugestões para a otimização deste estudo.

Aos Professores José Aroudo Mota, Iara Brasileiro e Vinícius Lages, pela amizade e pelas contribuições e discussões primordiais para a construção e fortalecimento deste trabalho.

Aos meus amigos-irmãos do IABS (Thiago, Flávio, Carla, Eric, Rui, Fabricio, Bergmann, Cristiane, Evie, Alberto, Milton, Ricardo e Nerdão) por ouvirem minhas angústias diárias, transformando-as poucos segundos depois em gargalhadas e determinação.

A todos os companheiros de IABS e IFCl (Luzia, Cibele, André, Paulo, Carol, Pollyana, Poliana, Mari e Dr. Timm) pelas palavras de carinho e força.

Aos meus grandes amigos de CDS (Joana, Diego Lindoso, Izabel, Nathan, Venícius, Gabriella Guimarães, Cássia Coutinho, Priscila Bernardes, Fernandinha Duarte, Juliana Shiraishi, e toda a maravilhosa turma do mestrado do ano de 2010), mas, em especial, Alberto Cabral, Daniela Rocco e Fabiana Vicentin (meus companheiros de luta acadêmica).

A todos os integrantes do LETS/UnB (Laboratório de Estudos em Turismo e Sustentabilidade) – em especial a Maurício, Gilson, Nathália, Dani Fantoni, David Bouças,

Márcio e Carol Delelis - pelas tantas contribuições, ricas discussões, pela amizade e companheirismo sempre ressaltados.

A Eleusina Rodrigues, pela grande amizade estabelecida, pelas conversas descontraídas, e pelo amplo conhecimento, paciência e contribuição com a análise dos infinitos questionários, codificações, tabulações, e demais atividades.

A Paulo Tavares, pela instrumentalização dos dados da pesquisa e pela disponibilidade em sempre ajudar na análise estatística, assim como a Adriano Carvalho, Diego Oliveira, Flávio Eiró e Alexandre Maduro, pela disposição em contribuir com seus conhecimentos pessoais.

Aos Professores do CDS/UnB, em especial a Vanessa Castro, Jose Augusto Drummond, Saulo Rodrigues, Laura Duarte, Frédéric Mertens, Donald Sawyer, Thomas Ludewigs e Maurício Amazonas, por instigarem à busca pelo conhecimento por meio do aprendizado coletivo e compartilhado.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro para realização da pesquisa e para moradia em Brasília.

A André Luis Vizzaccaro Amaral, grande amigo e orientador, por ter sido o responsável por ampliar meus horizontes de percepção, resultando em minha forte identificação pessoal com a temática do Turismo e Inclusão social.

A Diego Olivetti, pela amizade, companheirismo e cumplicidade na trajetória acadêmica. E também pelas frases de incentivo, como: “é agora que separa os homi dos mininu”.

A todos os meus irmãos e irmãs da turma do Léhdz (em especial ao Rodz, Lehdão, Hans, Magro, Marina e Mariana Tosi, Zézão, Diego, Ferdz, Cocão, Mico, Kirsh, Família Canesin, Jú Ambrósio, Steban), por me fazerem sentir que a amizade é a base para cada conquista.

Ao pessoal do pensionato, em especial ao Sr. Jordete e Dona Guilhermina, pelas muitas preces, orações e o carinho fraterno durante esses 3 anos em Brasília.

Aos meus irmãos de vida (Gustavim, Ricardo e Branquim) e suas famílias por tantas alegrias em nossas vitórias conjuntas e, mesmo que distantes, sabemos de nossa cumplicidade.

Ao Sr. Albino (Pousada Belo Horizonte), Sra. Vânia (Pousada do Rio), Sr. Carlito (Pousada Lins) e Sra. Vânia (Restaurante Barlavento), pelo grande apoio e carinho essenciais para a realização da pesquisa de campo em Barreirinhas.

Ao Projeto “Ação e Arte” de Barreirinhas, em especial ao grupo de jovens entrevistadores, pela disponibilidade, dedicação e comprometimento com a efetividade da pesquisa.

Aos funcionários da Secretaria do CDS/UnB (Mary, Antônio, Willian, Rogério, Maurício, Ana Paula e Magna) pelo grande apoio em todos os muitos momentos de necessidade.

E aos demais que, porventura, acabaram não sendo citados, contudo, tiveram importante papel na concretização deste sonho.

RESUMO

A escolha do objeto da presente dissertação recaiu sobre os fatores que contribuem para a inserção de habitantes locais na cadeia produtiva do turismo em destinos turísticos emergentes ou em fase de consolidação. A justificativa é que a inserção socioeconômica é um dos aspectos essenciais do turismo sustentável. O objetivo final da dissertação é o de analisar os fatores que contribuem para o processo de inserção socioeconômica da população local na cadeia produtiva do turismo, com vistas a apoiar a formulação de políticas públicas de inserção social em áreas turísticas. O objeto selecionado foi o estudo desses fatores no município de Barreirinhas, Maranhão. Mesmo apresentando um grande potencial turístico natural em sua área física – região dos Lençóis Maranhenses - tal localidade se vê marcada pelos baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) e alta incidência de pobreza. O desenvolvimento turístico em Barreirinhas se deu de forma agressiva (no tocante ao meio ambiente) e desordenada (no que diz respeito ao atendimento das necessidades mínimas de saúde, emprego, educação, saneamento básico e moradia de sua população). Os impactos resultantes desse modelo de desenvolvimento refletiram, dentre outras coisas, no aumento do êxodo rural, na ocupação desordenada da orla municipal, no abandono das atividades produtivas tradicionais, no assoreamento de rios e lagoas, no aumento do tráfico de drogas e da violência urbana, e na exploração sexual de crianças e adolescentes. Uma parte da população, minoritária, conseguiu inserir-se nas atividades da cadeia produtiva do turismo, mas a maioria não obteve o mesmo sucesso. Quais são as razões que levaram a inserção de alguns nas atividades que compõem o turismo local e outros não? Foram testados 12 fatores: acesso à informação (conhecimento da área); grau de escolaridade; proximidade física do local onde a atividade turística se desenvolve; gênero; idade; rede de relações sociais; experiências familiares anteriores; organização coletiva; naturalidade; capacitação profissional; religião; e renda familiar. Para tanto, foram utilizadas técnicas qualitativas (análise documental), quantitativa (*survey*), além de testes estatísticos. O trabalho permitiu concluir que os fatores de maior contribuição para inserção socioeconômica na cadeia produtiva do turismo, no município de Barreirinhas, são a organização coletiva e a capacitação profissional.

Palavras-chave: Inclusão e Exclusão Social. Cadeia Produtiva do Turismo. Desenvolvimento Local. Turismo Sustentável. Fatores de Inserção Socioeconômica. Barreirinhas - MA.

ABSTRACT

The object of this dissertation project was chosen in light of the factors which contribute to the insertion of local inhabitants in the tourism production chain in emerging destinations or tourist sites undergoing consolidation. This is justified by the fact that the socioeconomic insertion of the local population is one of the essential aspects of sustainable tourism. The final objective of this dissertation is to analyze the factors which contribute to the process of socioeconomic insertion of the local population in the tourism production chain, aimed at supporting formulation of public policy for social insertion in tourism areas. A study of these factors in the municipality of Barreirinhas, state of Maranhão, was chosen as the object of this study. Despite its great natural potential for tourism – in the Lençóis Maranhenses region – this location is marked by low human development indexes and widespread poverty. Tourism in Barreirinhas developed in an aggressive (regarding the environment) and disorderly (regarding minimum health, employment, education, basic sanitation and housing requirements for its population) manner. The resulting impacts in this development pattern reflected, among other effects, increasing rural exodus, disorderly occupation of the municipal coastline, abandonment of traditional agricultural production, pollution of rivers and lakes, increased drug trafficking and urban violence, in addition to sexual exploitation of underage minors. A small percentage of the population managed to join activities in the tourism production chain, but most were not as fortunate. What set apart those who were able to join the tourism production chain from those who were not? 12 factors were tested: access to information (knowledge of the area); level of education; proximity to tourism sites; gender; age; network of social relations; family history; collective organization; place of birth; professional qualification; religion and family income. Qualitative (document analysis) and quantitative (surveys) techniques were employed, in addition to statistical tests. The research led to the conclusion that, among others, the factors which contribute the most to socioeconomic insertion in the tourism production chain, in the municipality of Barreirinhas, are: collective organization and professional qualification.

Key words: Social Inclusion and Exclusion. Tourism Production Chain. Local Development. Sustainable Tourism. Socioeconomic insertion factors. Barreirinhas, Maranhão.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Localização do Estado do Maranhão	26
Figura 2: Fachada revestida em azulejos.....	28
Figura 3: Tambor-de-crioula	28
Figura 4: Pólos turísticos definidos para o Estado do Maranhão	31
Figura 5: Localização do município de Barreirinhas.....	32
Figura 6: Localização e distância entre Barreirinhas e a capital São Luís.....	33
Figura 7: Campo de pouso em Barreirinhas.	34
Figura 8: Localização do rio Preguiças.....	35
Figura 9: Imagem do rio Preguiças.....	36
Figura 10: Lençóis Maranhenses.....	37
Figura 11: Rio Preguiças, comunidades ribeirinhas e os Lençóis Maranhenses.....	38
Figura 12: Localização das comunidades ribeirinhas de Barreirinhas.....	40
Figura 13: Componentes do IFDM	45
Figura 14: Açougue local.....	57
Figura 15: Embarcações no rio Preguiças.	59
Figura 16: <i>Resort</i> Solare Lençóis	61
Figura 17: Pentágono mágico de Müller.....	72
Figura 18: <i>Polar Opposites</i>	74
Figura 19: <i>Continuum</i>	75
Figura 20: <i>Movement</i>	76
Figura 21: <i>Converge</i>	76
Figura 22: Bases da Inclusão Social	92
Figura 23: Cadeia Produtiva do Turismo.....	100
Figura 24: Apresentação e seleção de jovens do Projeto “Ação e Arte”.....	107
Figura 25: Primeiro contato dos jovens com os questionários.....	108
Figura 26: Leitura do questionário	108
Figura 27: Jovens selecionados devidamente identificados com os crachás	109
Figura 28: Modelo de crachá utilizado pelo grupo de entrevistadores	109
Figura 29: Comunidades rurais e ribeirinhas de difícil acesso.....	111
Figura 30: Meio de transporte utilizado pelos entrevistadores (voadeira).....	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Impactos negativos e positivos.....	18
Tabela 2: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Brasil e estados da região Nordeste, 2000 - 2005.....	29
Tabela 3: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – componente renda, Brasil e estados da região Nordeste, 2000-2005.....	29
Tabela 4: Metas 2010 (GERAIS).....	30
Tabela 5: Metas 2010 (ESPECÍFICAS).....	31
Tabela 6: Número de habitantes do município de Barreirinhas e entorno.....	39
Tabela 7: Indicadores demográficos de Barreirinhas, Maranhão, Nordeste e Brasil.....	42
Tabela 8: Esperança de vida da população de Barreirinhas.....	42
Tabela 9: Incidência de Pobreza em Barreirinhas e nos municípios vizinhos.....	43
Tabela 10: Indicadores de concentração de renda, renda <i>per Capita</i> e transferências governamentais.....	44
Tabela 11: Índice de Desenvolvimento Humano para Barreirinhas - MA, em 2000.....	46
Tabela 12: Índice Furjan de Desenvolvimento Municipal, em 2007.....	47
Tabela 13: Renda per Capita (1991-2000).....	48
Tabela 14: IFDM (Emprego e Renda) referente ao ano de 2007.....	48
Tabela 15: IFDM (Educação) referente ao ano de 2007.....	48
Tabela 16: Taxa de Analfabetismo – 2000 – em Barreirinhas e no Estado do Maranhão.....	49
Tabela 17: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em 2009.....	49
Tabela 18: Níveis de Aprovação na Prova Brasil.....	50
Tabela 19: IFDM (Longevidade - Saúde) referente ao ano de 2007.....	51
Tabela 20: Empregos Formais no Município (até 31 de Dezembro de 2009).....	51
Tabela 21: Produto Interno Bruto (2007) em R\$.....	52
Tabela 22: Rendimento Anual da Produção Animal do Município de Barreirinhas - MA.....	54
Tabela 23: Custos e Benefícios resultantes da atividade turística.....	83
Tabela 24: Faixas etárias dos entrevistados.....	117
Tabela 25: Escolaridade dos entrevistados.....	119
Tabela 26: Pertence a alguma associação ou cooperativa?.....	122
Tabela 27: Participação em cooperativas/associações, por cada segmento social.....	123
Tabela 28: Número de entrevistados “Não Inseridos” e “Inseridos” por segmento social.....	125
Tabela 29: Inserção X Escolaridade.....	126
Tabela 30: Inserção X Proximidade.....	127
Tabela 31: Inserção X Gênero.....	128
Tabela 32: Inserção X Idade.....	128
Tabela 33: Inserção X Experiências Familiares Anteriores.....	129
Tabela 34: Inserção X Organização Coletiva.....	130
Tabela 35: Inserção X Capacitação Profissional.....	130
Tabela 36: Realização de Cursos.....	131
Tabela 37: Inserção X Religião.....	132
Tabela 38: Inserção X Rede de Relações Sociais/Conhecimento da Área.....	133
Tabela 39: Frequência dos Fatores.....	133
Tabela 40: Inserção X Renda Familiar.....	134
Tabela 41: Busca por oportunidades no setor de turismo.....	135
Tabela 42: Participação em organizações coletivas de trabalho.....	138

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Distância entre Barreirinhas e outras localidades de destaque	33
Quadro 2: Renda mensal dos segmentos sociais da pesquisa	137
Quadro 3: Atividade exercida anteriormente por alguém da família	140
Quadro 4: Realização de cursos voltados à trabalhos no setor de turismo.....	141
Quadro 5: Busca por oportunidades de emprego no setor de turismo.....	142
Quadro 6: Motivos que levaram a busca por oportunidades de emprego no setor de turismo	144
Quadro 7: Atividades buscadas pelos entrevistados no setor de turismo.....	145
Quadro 8: Fatores que impediram os entrevistados de conseguirem a vaga de emprego..	146
Quadro 9: Motivos pelos quais não buscaram por oportunidades de emprego no setor	148
Quadro 10: Fatores que garantiram o entrevistado no emprego.....	149

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Contextualização do município de Barreirinhas	21
Gráfico 2: IDH - Municipal e fatores relativos à educação, longevidade e renda (1991-200).....	47
Gráfico 3: Valores adicionados aos setores de agropecuária, indústria e serviços	52
Gráfico 4: Sexo dos entrevistados.....	117
Gráfico 5: Comunidades e locais e residência dos entrevistados.....	118
Gráfico 6: Religião dos entrevistados.....	119
Gráfico 7: Quantidade de pessoas por domicílio.....	120
Gráfico 8: Renda Familiar Mensal	121
Gráfico 9: Estados dos entrevistados egressos.....	121
Gráfico 10: Período de residência em Barreirinhas (egressos).....	122
Gráfico 11: Situação que corresponde à do entrevistado	123
Gráfico 12: Cursos voltados a trabalhos no setor de turismo	131
Gráfico 13: Busca por oportunidades	135
Gráfico 14: Renda mensal do entrevistado	137
Gráfico 15: Participação em cooperativas/associações	139
Gráfico 16: Atividade exercida anteriormente por alguém da família	140
Gráfico 17: Realização de cursos voltados à trabalhos no setor de turismo.....	141
Gráfico 18: Busca por oportunidades de emprego no setor de turismo.....	143
Gráfico 19: Motivos pelo qual buscou	144
Gráfico 20: Busca para a realização de qual atividade.....	145
Gráfico 21: Fatores que não garantiram/impediram.....	147
Gráfico 22: Motivos pelos quais os entrevistados não buscaram por oportunidades	148
Gráfico 23: Porque não procurou por emprego no setor.....	150
Gráfico 24: Frequência de entrevistados com carteiras assinadas (EEP).....	178
Gráfico 25: Tempo no emprego (EEP).....	178
Gráfico 26: Funções dos entrevistados (EEP).....	179
Gráfico 27: Cursos realizados voltados ao setor de turismo (EEP).....	179
Gráfico 28: Locais de trabalho dos entrevistados (EEP).....	180
Gráfico 29: Frequência de realização de outros trabalhos (EEP).....	180
Gráfico 30: Renda com o trabalho extra realizado (EEP)	181
Gráfico 31: Tipologias de trabalho realizados (Autônomos)	181
Gráfico 32: Para quem são vendidos os seus produtos (Autônomos)	182
Gráfico 33: Frequência de entrevistados que realizaram cursos na área de turismo (Autônomos)	182
Gráfico 34: Tipologias de cursos realizados (Autônomos).....	183
Gráfico 35: Satisfação do entrevistado com a atividade que realiza (Autônomos)	183
Gráfico 36: Motivos apresentados pela satisfação dos entrevistados (Autônomos).....	184
Gráfico 37: Motivos apresentados pela não satisfação dos entrevistados (Autônomos)	184
Gráfico 38: Tempo como desempregado (Desempregados).....	185
Gráfico 39: Frequência de entrevistados com carteiras assinadas (Desempregados).....	185
Gráfico 40: Locais de trabalho dos entrevistados (Desempregados).....	186
Gráfico 41: Funções desenvolvidas pelos entrevistados (Desempregados).....	186
Gráfico 42: Funções desenvolvidas pelos entrevistados no setor de turismo (Desempregados).....	187
Gráfico 43: Tipologias de cursos realizados pelos entrevistados (Desempregados).....	187
Gráfico 44: Funções buscadas no setor de turismo pelos desempregados (Desempregados).....	188

LISTA DE BOXES

Box 1: Definição de destino turístico (grifo do autor).....	18
Box 2: Definição de pobreza.....	91
Box 3: Conceito de <i>cluster</i> turístico.....	101
Box 4: Empregados em empresa privada.....	150
Box 5: Autônomos.....	151
Box 6: Desempregados.....	152

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT – Atividades Características do Turismo
AECID – Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAEMA – Companhia de Água e Esgoto do Maranhão
CBC – Capital Brasileira da Cultura
CDS – Centro de Desenvolvimento Sustentável
CEAPE - Centro de Apoio dos Pequenos Empreendimentos
CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNI – Confederação Nacional das Indústrias
CNM – Confederação Nacional de Municípios
CNUMAH – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano
Cnumad – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
COPPE - Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia
DS – Desenvolvimento Sustentável
EEP – Empregado em empresa privada
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FAPEC – Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura
IABS – Instituto Ambiental Brasil Sustentável
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MEC – Ministério da Educação
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
MTur – Ministério do Turismo
UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMT – Organização Mundial do Turismo
ONG – Organização Não Governamental
PBF – Programa Bolsa Família
PEA – População Economicamente Ativa
PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S. A.
PIB – Produto Interno Bruto
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNLM – Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences*
SUS – Sistema Único de Saúde
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UnB – Universidade de Brasília
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
WTTC – *World Travel Tourism Council*
WWF – *World Wildlife Fund*

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	10
LISTA DE TABELAS.....	11
LISTA DE QUADROS.....	12
LISTA DE GRÁFICOS.....	13
LISTA DE BOXES.....	14
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	15
INTRODUÇÃO.....	17
Justificativa.....	20
Objeto de Estudo.....	23
Objetivo Geral.....	23
Objetivos Específicos.....	23
CAPÍTULO 1: CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DE INTERESSE: MUNICÍPIO DE BARREIRINHAS (MA).....	25
1.1. ESTADO DO MARANHÃO.....	25
1.2. O MUNICÍPIO DE BARREIRINHAS.....	32
1.2.1. Localização Geográfica, Limites Territoriais e Acesso.....	32
1.2.2. Aspectos Histórico-Evolutivos.....	34
1.2.3. Aspectos Físicos e Biológicos.....	36
1.2.4. Aspectos Sociais e Econômicos.....	39
1.2.5. Aspectos Infraestruturais.....	55
1.2.6. Caracterização da Atividade Turística: Serviços e Equipamentos.....	59
CAPÍTULO 2: DISCUSSÃO TEÓRICA.....	64
2.1. O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	64
2.2. TURISMO SUSTENTÁVEL: A EVOLUÇÃO DE UM CONCEITO.....	70
2.3. DIMENSÕES DO TURISMO SUSTENTÁVEL.....	79
2.3.1. Dimensão Ambiental da Sustentabilidade.....	79
2.3.2. Dimensão Econômica da Sustentabilidade.....	81
2.3.3. Dimensão Social e Cultural da Sustentabilidade.....	83
2.4. OS BENEFÍCIOS DO TURISMO SUSTENTÁVEL.....	86
2.5. O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL EM BARREIRINHAS: A SUSTENTABILIDADE NA ENCRUZILHADA.....	87
2.6. CADEIAS PRODUTIVAS.....	95
2.6.1. Cadeia Produtiva: Conceitos e Discussões.....	95
2.6.2. Cadeia Produtiva do Turismo: Conceitos e Discussões.....	98
CAPÍTULO 3: MATERIAIS, MÉTODOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	103
3.1. MATERIAIS E MÉTODOS.....	103
3.2. ETAPAS.....	112
3.3. ANÁLISE DOS RESULTADOS E REFLEXÃO.....	116
3.3.1. Descrição dos Dados Gerais da Pesquisa.....	117
3.3.2. Descrição e Análise dos Dados Específicos dos Três Segmentos Sociais da Pesquisa.....	124
3.3.3. Interpretação dos Dados e Análise dos Fatores Elencados.....	152
CONCLUSÃO.....	159
REFERÊNCIAS.....	164
APÊNDICES.....	172
APÊNDICE 1: Modelo de Questionário.....	172
APÊNDICE 2: Quadros de Inseridos e Não Inseridos (por segmento social).....	177
APÊNDICE 3: Informações complementares por segmento.....	178

INTRODUÇÃO

O trabalho de dissertação, ora apresentado, aborda a relação entre os baixos índices de desenvolvimento humano, identificados no município de Barreirinhas - MA, na microrregião dos Lençóis Maranhenses, e a forte dinâmica turística desta área, com aumento crescente do fluxo de turistas e de equipamentos de acolhimento (agências de recepção, hotéis e pousadas, restaurantes e similares, entre outros). Pergunta-se em que medida esta dinâmica permite ou não a inserção dos habitantes locais na cadeia do turismo. Por que alguns conseguem se inserir e outros não? Quais os fatores que contribuem para a inserção?

Dessa forma, o objeto da pesquisa se concentra no estudo sobre os fatores que contribuem para a inserção socioeconômica de atores locais (população barreirinhense) na cadeia produtiva do turismo.

O município de Barreirinhas, localizado na região de entorno do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM), vem sofrendo um crescimento demográfico significativo nas últimas décadas. No período compreendido entre os anos 2001 e 2010, a população local passou de 39.669 habitantes para 54.991 habitantes¹ apresentando, a partir do ano de 2001, uma taxa média de crescimento de 3,69% ao ano contra 1,52% do seu próprio Estado (IBGE, 2011).

Se comparado à proporção de crescimento populacional de municípios vizinhos percebe-se que apenas os municípios de Santo Amaro do Maranhão (4,11%) e Tutóia (3,78%) tiveram essas taxas de crescimento populacional acima de 3,5%, entre 2001 e 2010. Os demais municípios como Primeira Cruz (2,61%), Humberto de Campos (2,34%) e Paulino Neves (2,58%) não atingiram essa média.

Alguns indícios que buscam justificar esse aumento no número de habitantes na localidade se ligam ao processo de desenvolvimento turístico implantado a partir do Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo do Maranhão (Plano Maior), que teve início no ano de 2000 por iniciativas governamentais do Estado do Maranhão. Tal plano resultou na construção da rodovia MA-402 (conhecida por “Translitorânea”) que viabilizou a conexão entre a capital do Estado, São Luís, e o município de Barreirinhas.

¹ CENSO IBGE, 2010.

O incremento do turismo na região, decorrente da sua singularidade paisagística e impulsionado por iniciativas estaduais de estruturação, promoção e exploração do destino dos Lençóis Maranhenses, parece ter acarretado uma série de impactos locais nos âmbitos econômico, social, ambiental e cultural.

“O **destino turístico** (...) refere-se ao lugar onde os turistas pretendem passar o seu tempo quando estão longe de casa. Esta unidade geográfica visitada pelos turistas pode ser uma vila ou vilarejo, uma cidade, uma região ou uma ilha ou, mesmo, um país inteiro. Ademais, um destino pode ser uma única localidade, um conjunto de múltiplos destinos, como parte de um *tour*, ou, mesmo, um destino móvel, como no caso dos cruzeiros marítimos”.

Box 1: Definição de destino turístico (grifo do autor)

Fonte: LOHMANN, 2008, p. 347.

Alguns impactos, positivos e negativos, decorrentes do aumento do fluxo turístico no município são destacados por Helena Costa (2009), em sua pesquisa na região, dentre eles:

Tabela 1: Impactos negativos e positivos

NEGATIVOS	POSITIVOS
<ul style="list-style-type: none"> • Ocupação desordenada da orla; • Formação de favelas possivelmente vinculada à expulsão de nativos para zonas periféricas; • Excesso de resíduos carentes de tratamento; • Intensidade do tráfego de veículos sobre as dunas; • Exclusão dos povoados de entorno na dinâmica do turismo; • Especulação imobiliária; • Abandono das atividades tradicionais; • Assoreamento de rios e lagoas; • Poluição das águas; • Aumento do tráfego de drogas e da violência urbana; • Exploração sexual de crianças e adolescentes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Geração de trabalho e renda; • Melhoria dos equipamentos de serviços e infraestrutura; • Valorização do patrimônio natural; • Crescente profissionalização da mão-de-obra; • Dinamização das economias locais; • Crescente preocupação ambiental e de preservação do ecossistema da região; • Estímulos à organização social e produtiva do turismo e de bens complementares.

Fonte: COSTA, 2009, p.57, adaptado pelo autor.

Dentre todos esses impactos, será focado, neste estudo, um específico, sem perder de vista os demais quando necessário. O foco principal será a análise sobre a exclusão de atores locais (comunidade barreirinhense) da dinâmica do turismo.

Beneficiado por um grande potencial turístico natural em sua área física, o município de Barreirinhas parece não ter alternativas adequadas de inserção dos diferentes grupos de atores locais num processo produtivo que lhes proporcione melhores condições de vida.

O que se nota no município, atualmente, é um aumento significativo no número de trabalhadores informais junto ao setor de serviços – no qual se engloba o turismo – e um constante desenraizamento das comunidades de pequenos produtores rurais (pescadores artesanais, agricultores familiares e artesãos) de suas atividades e de seus modos de vida tradicionais.

Tal fato tem acarretado um crescente processo de urbanização, pautado na busca recorrente desses pequenos produtores rurais por oportunidades e por benefícios resultantes do desenvolvimento da atividade turística no município.

Ainda assim, o turismo parece não ter suportado, de forma equitativa, as necessidades sociais, econômicas e ambientais decorrentes do desenvolvimento desenfreado de suas próprias atividades. A clara incidência de pobreza e de favelização, os baixos índices de longevidade, de educação e de renda, e o desordenamento urbano refletido pela ausência de infraestrutura básica de saúde, saneamento e moradia, são alguns dos muitos fatores que justificam tal alegação.

Dessa forma, a potencialização e o desenvolvimento de um modelo de turismo pautado na sustentabilidade em seus diversos âmbitos (social, cultural, ambiental e econômico) ficam prejudicados, evidenciando a ausência de um alicerce para a exploração turística mais planejada.

O delineamento dos caminhos a serem adotados neste trabalho segue as seguintes indagações: 1) Qual a atual situação socioeconômica do município de Barreirinhas frente ao modelo de desenvolvimento local pautado no setor de turismo? 2) Como as comunidades de produtores locais visualizam a situação atual e como reagem às possíveis alternativas de inserção nos processos produtivos relativos ao turismo? 3) Quais são os fatores que contribuem para a inserção de grupos de atores locais na cadeia produtiva do turismo? 4) A partir da identificação desses fatores, de que maneira essas comunidades locais podem ser inseridas nos processos produtivos, de modo a garantir trabalho, emprego e renda, aproveitando as singularidades e potencialidades naturais, culturais e turísticas da localidade?

Justificativa

O município de Barreirinhas se localiza na mesorregião Norte do estado do Maranhão, à margem direita do rio Preguiças, destacando-se por ter sido eleito o portão de entrada do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM).

O município apresenta os atrativos naturais de maior interesse turístico na região, oferecendo belas paisagens, dunas, rios, lagoas interdunares, serrote, manguezais, restingas e vegetações caracterizadas por diversas fitofisionomias, como cerrado e caatinga (IBAMA, s. d.). A localidade em questão já dispõe de diversos empreendimentos de receptivo, como agências, meios de hospedagem, transportadoras, bares e restaurantes, além de uma estrutura regular de equipamentos e serviços necessários à visitação turística.

Tendo em vista que o PNLM vem se destacando, atualmente, como o principal alvo de exploração turística do Maranhão, entende-se a necessidade de lograr o desenvolvimento do turismo de forma sustentável para essa localidade, objetivando o alcance das cinco dimensões clássicas da sustentabilidade, delineadas por Sachs (2004): social, econômica, espacial, cultural e ecológica.

O *World Wildlife Fund* (WWF, 1992 *apud* DIAS, 2003, p.59) - trata o turismo sustentável como atividade que:

(...) opera dentro das capacidades naturais de regeneração e produtividade futura dos recursos naturais; reconhece a contribuição que as pessoas e comunidades, costumes e estilos de vida fazem à experiência do turismo; aceita que essas pessoas devam ter uma participação equitativa nos benefícios econômicos do turismo; e é guiado pelos desejos das pessoas e comunidades locais nas áreas visitadas.

A Organização Mundial de Turismo (OMT, 2003) corrobora com tal definição acrescentando, ainda, que a prática do turismo sustentável implica em vários benefícios para a localidade receptora, tais como: geração de empregos; diversificação da economia local; distribuição equilibrada dos benefícios e custos; melhoria da auto-estima da comunidade autóctone, fortalecendo os mecanismos de compreensão e comunicação entre diferentes culturas e origens; demonstração da importância dos recursos naturais e culturais para o bem estar econômico e social das comunidades, ajudando ainda a preservá-los.

É essencial, segundo Swarbrooke (2000), que haja envolvimento da comunidade local no planejamento e na administração do turismo para que esse seja considerado sustentável.

Contudo, tem-se observado em Barreirinhas um desenvolvimento desordenado e alheio ao que se espera de uma prática sustentável, refletido nos conflitos no âmbito da cadeia do turismo, e desta cadeia com os moradores locais.

Alguns índices, identificados no Gráfico 1, ressaltam aspectos histórico-evolutivos que caracterizam o município de Barreirinhas como uma localidade de baixo desenvolvimento.

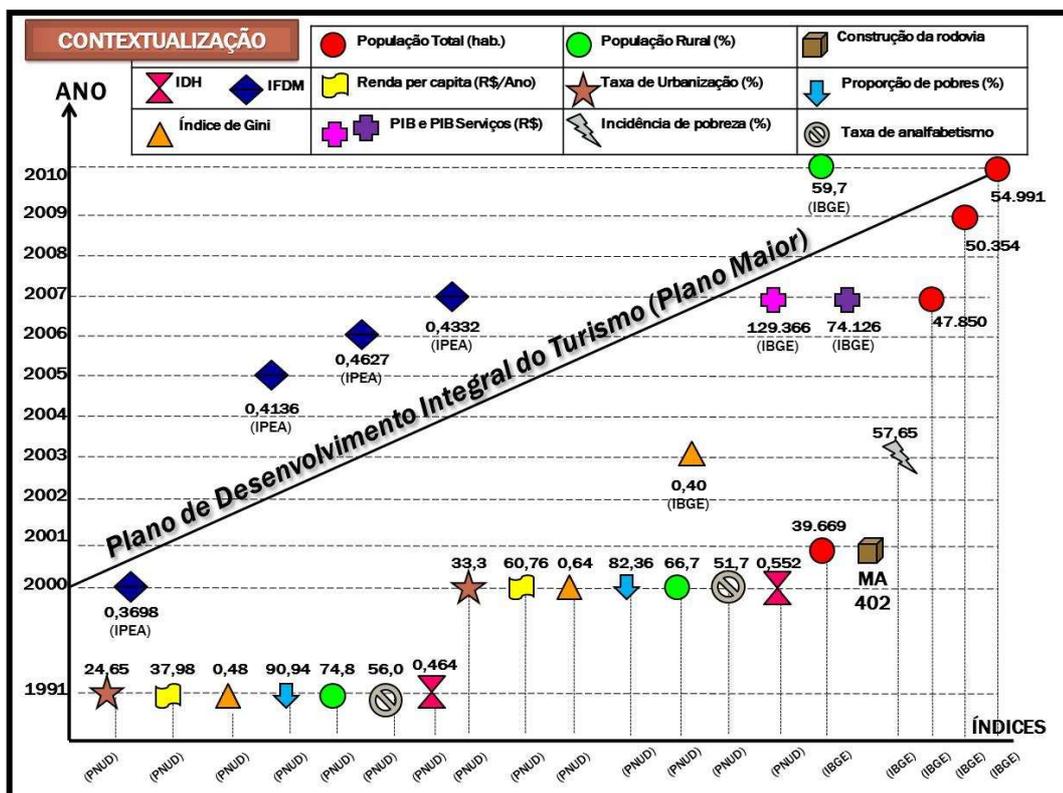


Gráfico 1: Contextualização do município de Barreirinhas

Fonte: elaboração própria do autor.

O setor de serviços do município – onde se insere o turismo – foi, no ano de 2007, o de maior valor adicionado do PIB municipal (R\$ 129.366). Contabilizou R\$ 74.126 enquanto que no setor de agropecuária foram adicionados R\$ 42.341 (IBGE, 2010). Tal fato indica uma notória contribuição do setor de serviços na localidade, tendo no turismo sua principal fonte de recursos.

Ainda assim, se comparado aos municípios vizinhos de influência junto ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, ou ao próprio Estado do Maranhão, a localidade se vê marcada:

- a) Pela alta incidência de pobreza², chegando a 57,65% no ano de 2003 (IBGE, 2009);
- b) Pela baixa esperança de vida, atingindo 60,4 anos em 2000;
- c) Pelos altos índices de desigualdade social, com o escore de 0,64 do índice de Gini no ano de 2000, pior índice dentre os demais municípios vizinhos (PNUD, 2000);
- d) Pela baixa renda *per capita* média anual de R\$ 60,76 (PNUD, 2000);
- e) Pelo baixo índice de desenvolvimento humano municipal, atingindo 0,552 (PNUD, 2000) situando a localidade na margem inferior da categoria Médio Desenvolvimento Humano;
- f) Pelo baixo índice Firjan de desenvolvimento municipal (IFDM), chegando a 0,4332 no ano de 2007 (IPEA, 2010);
- g) Pela alta taxa de analfabetismo de 51,7% da comunidade adulta (de 25 anos ou mais), e superando 35% da população com mais de 15 anos³.

D'Antona (2000) afirma que a gravidade desses indicadores pode ser explicada, dentre outras coisas, pelos imensos areais – não propícios à agricultura e à pecuária – onde estão assentados os municípios da região, que acabam se tornando barreiras naturais ao deslocamento e ao escoamento da produção, prejudicando ainda a manutenção da saúde e da educação escolar. Um segundo ponto destacado pelo autor refere-se às estações de inverno e verão (chuva e seca) que acabam por determinar o rumo da produção sazonal, definindo o quê, quando e como produzir.

Tais indicadores socioeconômicos somados ao crescimento urbano desenfreado voltado ao desenvolvimento turístico local, acabaram por resultar em um cenário refletido pelo desordenamento territorial, pela poluição dos rios, pela ampliação do tráfico de drogas e do exploração sexual infanto-juvenil, pelo aumento do abandono escolar por parte dos adolescentes, pelo desenraizamento dos modos tradicionais de produção (pesca artesanal e agricultura familiar), e pela ausência de atendimento das necessidades mínimas de saúde, trabalho e emprego, educação, saneamento básico e moradia de seus moradores.

² Medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em Agosto de 2000.

³ Banco Federativo (página eletrônica do BNDES).

O modelo de desenvolvimento local, o qual tem o turismo como principal atividade econômica, parece então ter relevado aspectos como a qualidade dos ecossistemas e o bem-estar das comunidades locais (SILVA, 2008), pautando-se tão somente na instalação e no fomento do *trade* turístico.

Nesse sentido, o presente trabalho busca ampliar a discussão com respeito aos fatores que contribuem para a inserção da população local na cadeia produtiva do turismo, como mecanismo para uma maior participação nos benefícios econômicos advindos dessa atividade.

Objeto de Estudo

O objeto da pesquisa é a identificação e análise dos fatores que contribuem para a inserção socioeconômica na cadeia produtiva do turismo no município de Barreirinhas.

Objetivo Geral

O objetivo geral do estudo é o de analisar os fatores que contribuem para o processo de inserção socioeconômica da população local na cadeia produtiva do turismo, com vistas a apoiar a construção de políticas públicas de inserção social na área do turismo, mas passíveis de serem disseminadas em outras áreas.

Atém-se, porém, ao fato deste trabalho ter um caráter experimental e, portanto, não vislumbrando, em sua conclusão, a proposição de uma política pública específica para o município, mas de identificação de variáveis que possam ser levadas em consideração nos processos de construção das mesmas.

Objetivos Específicos

Há quatro objetivos específicos:

1. Caracterizar a cadeia de turismo local, definindo sua dinâmica e especificidades.
2. Identificar quais, dentre os habitantes locais, estão inseridos economicamente ou não estão inseridos nessa cadeia do turismo, e a forma e temporalidade de sua inserção.

3. Avaliar os fatores de maior influência nos processos de inserção econômica dos grupos de atores locais na cadeia produtiva do turismo, considerando os aspectos não apenas econômicos, mas também culturais, políticos, sociais e ambientais;
4. Refletir, a partir da identificação desses fatores, quais os aspectos que as políticas públicas de inclusão social deveriam considerar para obter resultados, e não apenas no setor de turismo.

Em suma, o trabalho foi dividido em três capítulos afora esta Introdução e a Conclusão.

No Capítulo I caracteriza-se a região selecionada para o estudo com a exposição de toda a potencialidade natural e estrutural do município de Barreirinhas-MA, trazendo também dados concretos que possam aumentar a discussão sobre a necessidade de melhorias nas condições turísticas e sociais na localidade.

Já no Capítulo II discutem-se as questões teóricas envolvidas no estudo por meio de uma revisão da literatura sobre o objeto de estudo. Este capítulo se subdivide em quatro sub-capítulos. O primeiro, com uma análise mais abrangente sobre o discurso do desenvolvimento sustentável. O segundo, focado no processo histórico-evolutivo do conceito e aplicação do turismo sustentável. O terceiro, pautado na interligação entre Desenvolvimento Sustentável, Turismo Sustentável e o município de Barreirinhas, refletindo sobre os processos de inclusão e exclusão social. E o quarto e último subcapítulo voltado ao aprofundamento sobre os conceitos de cadeia produtiva e cadeia produtiva do turismo.

No Capítulo III, após a apresentação do material e dos métodos utilizados, analisam-se os dados e os resultados obtidos por meio da pesquisa de campo, desenvolvendo-se, sobre ela, uma reflexão crítica.

Por fim, são apresentadas as conclusões identificando os fatores que, aparentemente, parecem influenciar o processo de inserção social observado.

É de suma importância que se tenha claro que o objetivo deste trabalho não é definir a relação causal entre variáveis dependentes (inserção ou não inserção) e variáveis independentes (gênero, renda, idade, nível de escolaridade, etc.), mas, sim, reconhecer os fatores que geram indícios de contribuição para a inserção socioeconômica na cadeia produtiva do turismo.

CAPÍTULO 1: CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DE INTERESSE: MUNICÍPIO DE BARREIRINHAS (MA)

A elaboração do presente Capítulo parte do levantamento de informações secundárias disponíveis em *sites* específicos e em arquivos documentais e bibliográficos, assim como de informações primárias pela vivência e experiência adquirida pelo próprio autor no desenvolvimento do Projeto de “Produção de Base Comunitária Associada ao Turismo” em Barreirinhas.

Tal Projeto, fruto do Convênio entre Ministério do Turismo (MTur), Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e Instituto Ambiental Brasil Sustentável (IABS), teve sua execução realizada pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB) pelo período de um ano e seis meses, junto a duas comunidades locais, sendo uma de pescadores artesanais e uma de agricultores familiares.

1.1. ESTADO DO MARANHÃO

O Estado do Maranhão possui, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009), uma área territorial de 331.983,293 Km², contando com 217 municípios e um total de 6.367.138 habitantes⁴.

O Maranhão apresenta uma densidade demográfica de, aproximadamente, 17 hab/Km², o que o caracteriza como um estado ainda pouco habitado se comparado a outros estados brasileiros, a região Nordeste (em torno de 30 hab/Km²), ou mesmo o Brasil (19,92 hab/Km²). O município com maior densidade demográfica é a própria capital do estado, São Luís, com 978.824 habitantes. (IBGE, 2006 e 2007, *apud* CARVALHO, 2007)

Localizado a oeste dentro da região Nordeste (NE), o Estado do Maranhão – identificado na Figura 1 - tem a segunda maior extensão territorial dessa região, e a oitava do Brasil. É o estado limítrofe das regiões Nordeste e Norte, tendo como limites geográficos: ao Sul e Sudoeste o Estado do Tocantins; a Leste e a Sudeste o Estado do Piauí; a Oeste o Estado do Pará; e ao Norte o Oceano Atlântico.

⁴ População estimada pelo IBGE para o ano de 2009.



Figura 1: Localização do Estado do Maranhão
Fonte: Google Earth (adaptado pelo próprio autor).

Quanto ao relevo o Maranhão, caracteriza-se pela costa recortada por uma planície litorânea com dunas e planaltos em seu interior. Seu ponto mais elevado está localizado na Chapada das Mangabeiras a 804 metros do nível do mar. Os principais rios de influência no estado são os rios Tocantins, Gurupi, Pindaré, Mearim, Parnaíba, Turiaçu e Itapecuru. (Governo do Estado do Maranhão, 2009)

Os climas predominantes no Maranhão estão divididos em úmido, sub-úmido e sub-úmido seco. No estado podem ser identificadas duas estações bem definidas: o verão, que ocorre no período de julho a dezembro, caracterizando uma estação seca (ou de baixa precipitação pluviométrica); e o inverno, que ocorre no período de janeiro a junho, caracterizando um período chuvoso (ou de alta precipitação pluviométrica). A faixa de temperaturas registradas no estado está situada entre 22°C e 33°C. (ESTADO DO MARANHÃO, 2003 *apud* CARVALHO, 2007, p.75)

Sua vegetação tem como características uma variedade de ecossistemas, em especial regiões ecológicas como: Mata de Cocais a Leste; mangues no litoral; floresta Amazônica a Oeste; e cerrado ao Sul.

Os atrativos naturais de maior destaque do estado são: o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, a Baía de São Marcos (abrangendo a ilha de São Luís), o Delta do Parnaíba (com 75% de sua área pertencente ao Estado Maranhense e 25% ao Estado do

Piauí), o Parque Estadual do Parcel de Manoel Luís (maior banco de corais da América Latina), a Área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses (maior concentração de mangues do Brasil), e a Reserva Biológica do Gurupi. (MARANHÃO, 2000 *apud* SANTOS & TEIXEIRA, 2009)

O estado é beneficiado, ainda, pelas exuberantes áreas naturais do Parque Nacional da Chapada das Mesas, da Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense e do Parque Estadual do Mirador. (MARANHÃO, 2000 *apud* SANTOS & TEIXEIRA, 2009)

Possui, segundo o Governo do Estado do Maranhão (2010), a segunda maior costa litorânea brasileira, com uma extensão de 640 Km, permeados por praias tropicais, floresta Amazônica, cerrados, mangues e delta em mar aberto. Tal fato influi diretamente nas atividades econômicas desenvolvidas no Estado, sendo a atividade de pesca artesanal considerada a de maior produção nacional, chegando a, aproximadamente, 50 toneladas ao ano. (Governo do Estado do Maranhão, 2009)

O Estado maranhense volta-se ainda a outras atividades potenciais que complementam sua base econômica, dentre elas a agricultura, pecuária, indústria, comércio e turismo. Ainda em sua costa está localizado o Porto de Itaqui, com extensão de 420 metros, o qual é responsável, segundo o Governo do Estado do Maranhão (2009), por mais de 50% da movimentação de cargas portuárias do Nordeste e do Norte.

A capital do Maranhão, São Luís, é caracterizada por seus traçados urbanos e tipologias arquitetônicas representativos de sua colonização portuguesa, em especial sua arquitetura identificada em fachadas de moradias revestidas em azulejos portugueses, muito apreciada por visitantes locais.



Figura 2: Fachada revestida em azulejos

Fonte: Wikipédia, 2009.

A capital é reconhecida ainda por ser porto fluvial e marítimo de destaque na produção econômica do Brasil. Por fim, possui dois títulos: “Patrimônio da Humanidade”, concedido pela UNESCO no ano de 1997, e “Capital Brasileira da Cultura” pela ONG CBC⁵ no ano de 2009.

Sua identidade cultural é baseada em manifestações representativas do bumba-meu-boi, dança portuguesa, tambor-de-crioula (apresentada pela Figura 3), tambor-de-mina (patrimônio imaterial), cacuriá, além de uma culinária com influências africana e indígena. (MARANHÃO, 2000 *apud* SANTOS & TEIXEIRA, 2009)



Figura 3: Tambor-de-crioula

Fonte: acervo do autor.

Pela análise dos índices de desenvolvimento humano (IDH) o Estado do Maranhão aparece, no ano de 2005, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2008), em segundo lugar entre os piores índices da região Nordeste, atingindo

⁵ Integrante do Bureau Internacional de Capitais Culturais.

apenas 0,683, sendo este, ainda, inferior aos índices de desenvolvimento humano da região Nordeste, e do próprio país. Tais índices são destacados na Tabela 2:

Tabela 2: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Brasil e estados da região Nordeste, 2000 - 2005

Região / UF	2000	2001	2002	2003	2004	2005
BRASIL	0,773	0,778	0,782	0,782	0,787	0,794
NORDESTE	0,692	0,700	0,706	0,705	0,713	0,720
Maranhão	0,655	0,675	0,679	0,677	0,686	0,683
Piauí	0,667	0,677	0,688	0,688	0,698	0,703
Ceará	0,698	0,706	0,712	0,709	0,717	0,723
Rio Grande do Norte	0,710	0,716	0,721	0,715	0,724	0,738
Paraíba	0,685	0,688	0,699	0,702	0,709	0,718
Pernambuco	0,691	0,699	0,703	0,699	0,710	0,718
Alagoas	0,648	0,662	0,665	0,669	0,670	0,677
Sergipe	0,706	0,717	0,730	0,736	0,741	0,742
Bahia	0,715	0,720	0,727	0,727	0,732	0,742

Fonte: CEPAL/PNUD/OIT, 2008 (grifo do autor).

Porém, ao mensurarmos o componente “renda”, o Estado do Maranhão atinge, com seu IDH de 0,570, a primeira posição entre os piores índices da região Nordeste (0,619), superando até mesmo o Estado de Alagoas (0,589) muito longe do IDH-Renda do Brasil (0,713). As informações estão descritas na Tabela 3:

Tabela 3: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – componente renda, Brasil e estados da região Nordeste, 2000-2005

Região / UF	2000	2001	2002	2003	2004	2005
BRASIL	0,713	0,709	0,709	0,699	0,703	0,713
NORDESTE	0,609	0,607	0,610	0,598	0,610	0,619
Maranhão	0,568	0,576	0,577	0,573	0,584	0,570
Piauí	0,583	0,591	0,604	0,588	0,601	0,608
Ceará	0,608	0,610	0,606	0,592	0,605	0,616
Rio Grande do Norte	0,633	0,633	0,632	0,612	0,628	0,657
Paraíba	0,626	0,605	0,622	0,607	0,620	0,638
Pernambuco	0,629	0,626	0,625	0,604	0,627	0,632
Alagoas	0,594	0,588	0,587	0,586	0,577	0,589
Sergipe	0,622	0,615	0,629	0,632	0,645	0,643
Bahia	0,609	0,606	0,610	0,603	0,608	0,621

Fonte: CEPAL/PNUD/OIT, 2008 (grifo do autor).

No ano de 2000, o Governo Estadual do Maranhão deu início aos processos de planejamento, organização, operacionalização e desenvolvimento do setor de turismo no Estado, pensando nessa atividade como instrumento de geração de receitas, de trabalho e de aumento dos índices de desenvolvimento local e regional.

Foi implantado nesse mesmo ano, pelo governo estadual, o “Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo do Maranhão” – conhecido por Plano Maior. Tal plano foi elaborado para ser executado entre os anos de 2000 e 2010 buscando, entre outras coisas, o desenvolvimento turístico do Estado do Maranhão de forma sustentável.

Os objetivos desse Plano Maior (PLANO MAIOR, 2000) foram:

1. Alcançar um nível de qualidade turística coerente com a liderança desejada;
2. Conscientizar a sociedade quanto aos benefícios sociais do turismo de qualidade;
3. Criar uma imagem turística do Maranhão e de cada um dos seus pólos⁶;
4. Aumentar o fluxo turístico.

Junto aos objetivos supracitados o Plano Maior traçou metas gerais e específicas, para serem atingidas pelo Estado e por cada região definida como pólo turístico, respectivamente. São apresentadas, a seguir, as metas para o ano de 2010, gerais (Tabela 4) e específicas (Tabela 5) do Pólo Turístico dos Lençóis Maranhenses:

Tabela 4: Metas 2010 (GERAIS)

METAS 2010 (GERAIS)	
Turistas: 1.500.000 ⁷	Turistas nacionais: 1.200.000 Turistas estrangeiros: 300.000
Total de investimentos: R\$ 814 milhões	Setor Público: R\$ 475 milhões Setor Privado: R\$ 339 milhões
Empregos gerados	Fase de implantação: 130.700 Fase operacional: 10.300
Receita direta: R\$ 620 milhões/ano	

Fonte: PLANO MAIOR, 2000 (adaptado pelo autor)

⁶ Pólos são entendidos neste trabalho como “ações em uma área específica, delimitada por um espaço geográfico que tenha características semelhantes, dentro de um eixo econômico principal” (PETROCCHI, 2001, p. 53). Os cinco pólos turísticos do Maranhão são: Chapada das Mesas, Floresta dos Guarás, São Luís, Parque dos Lençóis e Delta das Américas.

⁷ Turistas circulando pelo Maranhão nos cinco Pólos, sendo que as entradas no Estado totalizariam 1.070.000 turistas. Os demais, que totalizariam os 1.200.000 turistas nacionais, seriam de turistas do próprio Estado se deslocando entre os Pólos. (PLANO MAIOR, 2000)

Tabela 5: Metas 2010 (ESPECÍFICAS)

METAS 2010 (ESPECÍFICAS – LENÇÓIS MARANHENSES)	
Turistas	220.000
Unidades habitacionais em ecopousadas	1.500 unidades
Investimentos	Setor Público: R\$ 114 milhões Setor Privado: R\$ 90 milhões
Empregos gerados	Indiretos na implantação: 34.000 Diretos na fase operacional: 2.800

Fonte: PLANO MAIOR, 2000 (adaptado pelo autor)

A metodologia de aplicação do Plano se deu por meio de três fases as quais buscavam cumprir com os objetivos e metas propostos. São elas:

➤ **Fase I:** Diagnósticos prévios voltados à identificação das potencialidades do Estado do Maranhão para exploração turística, e elaboração de estratégias de desenvolvimento do plano por meio da definição de cinco pólos de visitação: Chapada das Mesas; Floresta dos Guarás; São Luís do Maranhão; Lençóis Maranhenses; e Delta das Américas. Tais pólos foram definidos levando em consideração os recursos socioculturais e naturais de cada área (MARANHÃO, 2000). Período: maio a outubro de 1999.



Figura 4: Pólos turísticos definidos para o Estado do Maranhão

Fonte: Governo do Maranhão, 2009.

➤ **Fase II:** Plano Operacional, subdividido em cinco macroprogramas: Desenvolvimento; *Marketing*; Maior Qualidade; Sensibilização da Sociedade e Comunicação. Nessa fase objetivou-se o desenvolvimento integrado (social, ambiental e econômico), a promoção dos pólos de visitação, a qualidade dos serviços prestados, a

sensibilização das comunidades autóctones, e a interligação e comunicação dos diversos atores locais (MARANHÃO, 2000 *apud* SILVA, 2008). Período: outubro de 1999 a janeiro de 2000.

➤ **Fase III:** Implantação, subdividido em duas etapas: Estruturação (de 2000 a 2003) e Consolidação (até o ano de 2010). A primeira teve como objetivo central a melhoria da infraestrutura dos destinos para o atendimento e suporte ao visitante. Já a segunda busca o retorno das metas do Plano Maior, atraindo cerca de 1.200.000 turistas nacionais e 300.000 turistas estrangeiros para o Maranhão e, a partir desse fluxo turístico gerar uma receita direta de R\$ 620 milhões ao ano para o Estado. Além disso gerar, em torno de, 130.700 empregos na fase de implantação e 10.300 empregos na fase operacional (PLANO MAIOR, 2000).

Um primeiro efeito decorrente dos investimentos desse Plano Maior diz respeito à construção da rodovia MA-402, também conhecida por Translitorânea, a qual interliga o município de Barreirinhas com as rodovias BR 222 e BR 135, possibilitando o acesso à capital São Luis.

1.2. O MUNICÍPIO DE BARREIRINHAS

1.2.1. Localização Geográfica, Limites Territoriais e Acesso

O município de Barreirinhas está situado na mesorregião Norte Maranhense e na microrregião da Baixada Oriental Maranhense (Lençóis Maranhenses) – Figura 5.



Figura 5: Localização do município de Barreirinhas
Fonte: Wikipédia, 2010.

Com uma área de 3.111,30 Km², o município limita-se ao norte pelo Oceano Atlântico, a leste pelos municípios de Paulino Neves e Santana do Maranhão, ao sul pelo município de Santa Quitéria do Maranhão e a oeste pelos municípios de Santo Amaro do Maranhão e Primeira Cruz. Os principais acessos rodoviários ao município de Barreirinhas constam do Quadro 1, com suas respectivas distâncias.

MUNICÍPIOS	DISTÂNCIA
São Luís – Capital	269 km
Rosário	184 km
Morros	155 km
Humberto de Campos	95 km

Quadro 1: Distância entre Barreirinhas e outras localidades de destaque
Fonte: Plano de Desenvolvimento do Assentamento Lagoas – Barreirinhas – MA.

A uma distância de 269 km da capital São Luís o município de Barreirinhas possui três vias de acesso: rodoviária, aérea e marítima. Na primeira, percorre-se a BR-135 até o município de Rosário, podendo, a partir daí, ter acesso à rodovia MA-402 (Translitorânea) que se estende até o município de Barreirinhas (CARVALHO, 2007). O tempo estimado para esse percurso (Figura 6) é em torno de três horas.

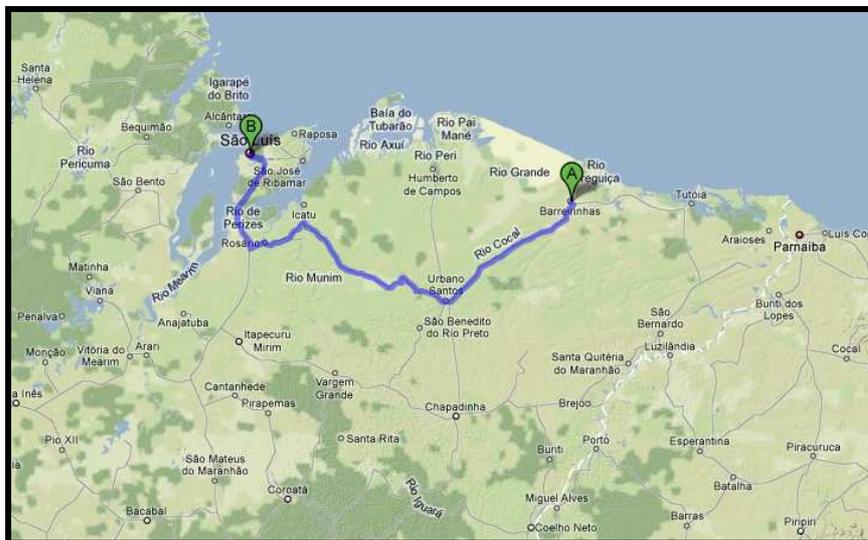


Figura 6: Localização e distância entre Barreirinhas e a capital São Luís
Fonte: GoogleMaps

O acesso por via aérea é realizado por meio de aviões de pequeno porte, a partir da capital – São Luís – partindo do Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado até o

campo de pouso em Barreirinhas (Figura 7). Nesse percurso o tempo médio despendido é de 45 minutos.



Figura 7: Campo de pouso em Barreirinhas.
Fonte: Marcos Comune

Já por via marítima parte-se de São José de Ribamar (Ilha de São Luís) a uma distância de 80 km de Humberto de Campos, 70 km de Primeira Cruz e 100 km de Santo Amaro. Nesses municípios tem-se acesso aos rios Alegre e Peria, os quais estão diretamente ligados ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e, conseqüentemente ao município de Barreirinhas.

1.2.2. Aspectos Histórico-Evolutivos

O município de Barreirinhas tem sua origem de povoamento desconhecida. Não existem dados precisos, ou registros, de quando e como se deu início à ocupação dessa região. Supõe-se, no entanto, que os processos migratórios na localidade tenham ocorrido pelo Rio Preguiças e por seus afluentes que permitem o tráfego de pequenas embarcações (IBGE, 2010).

Alguns relatos direcionam, ainda, para um processo inicial de migração proporcionado pela abertura de duas estradas. A primeira delas, construída em 1835, interligou duas localidades da região: São Bernardo do Parnaíba, atual Município de São Bernardo, à Freguesia de São José do Peria (Miritiua), atual cidade de Humberto de Campos.

A segunda estrada, estruturada com a construção de uma ponte sobre o rio Mocambo, em 1849, foi também uma das principais motivações para a chegada de grupos dispostos a habitarem as margens do rio Preguiças, contribuindo para a formação de pequenos

povoados. Sua ligação se dava entre a Comarca de Campo Maior, no Piauí, e Brejo e Icatu no Maranhão (IBGE, 2010).

Acredita-se que os primeiros grupos de habitantes da área tenham sido os índios Caetés, formadores dos primeiros núcleos de entorno do rio Preguiças (Figura 8), no século XVIII, atraídos pela fertilidade dessa área e pela abundância de pescados ali encontrados (BARREIRINHAS *apud* SILVA, 2008).

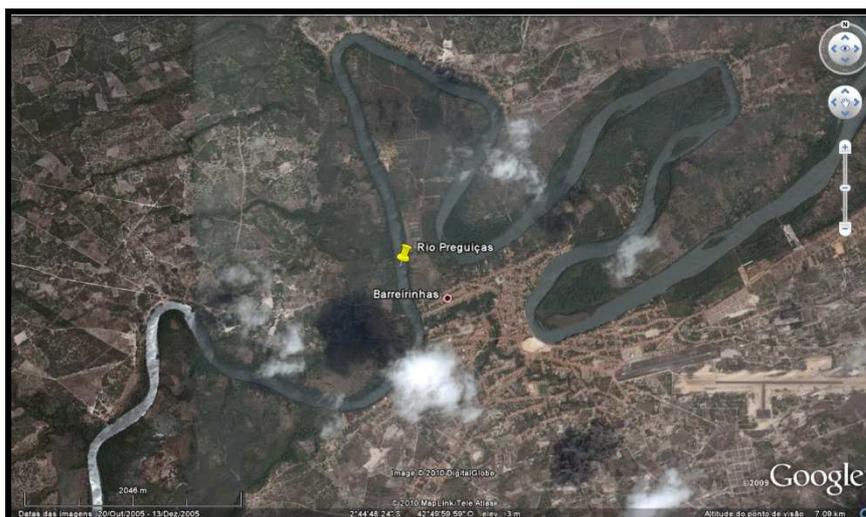


Figura 8: Localização do rio Preguiças.

Fonte: Google Earth

Ainda hoje, o rio Preguiças (Figura 9) - em sua extensão de 120 km - é considerado pelas comunidades locais como um recurso indispensável, tanto para fins de lazer, quanto para a própria sobrevivência dos barreirinhenses, como destacado por Álvaro D'Antona (2000, p.37):

Muito da vida de Barreirinhas ocorre em função do rio Preguiças ou graças a ele: via de acesso para as comunidades e para o Parque Nacional; fonte de alimentos e recursos; área de lazer e de trabalho; enfim, o rio integra a vida cotidiana das pessoas que, sem hesitar, dizem: “o Preguiça é a nossa riqueza”.

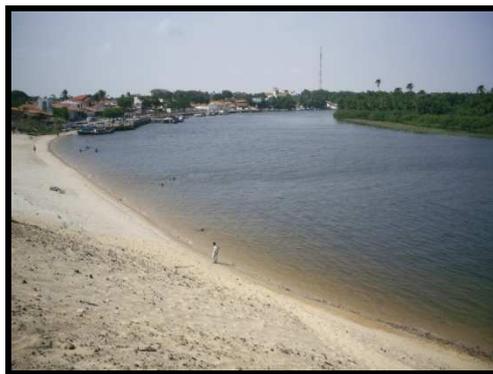


Figura 9: Imagem do rio Preguiças

Fonte: Moraes Brito

A ocupação das suas margens deu origem à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Barreirinhas, atual município de Barreirinhas. O município adotou esse nome há mais de 200 anos, antes mesmo de ser elevado à posição de município, ocorrido em 29 de março de 1938 (IBGE, 2010). Sua origem, segundo moradores locais, vem das “barreiras” - paredes de argila de até 20 metros de altura - ladeadas por dunas às margens do Rio Preguiças.

O município de Barreirinhas esteve, segundo Álvaro D’Antona (2002, p.69), em “relativo isolamento por várias décadas do século XX, vivendo, principalmente, da exportação da castanha de caju para outros estados”.

Conseguiu um maior destaque nos anos 1970, com a prospecção de petróleo na região, ensaiada pela PETROBRÁS. Atualmente o município é conhecido como o portão de entrada para o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, principal pólo de exploração turística do Estado do Maranhão (D’ANTONA, 2002).

1.2.3. Aspectos Físicos e Biológicos

O município de Barreirinhas possui um relevo caracterizado por ser moderado em sedimentos recentes, correspondente a uma baixada litorânea constituída por linhas de praias e restingas, com dunas móveis e fixas, tabuleiros e planícies fluvio-marinhas. Essas planícies são responsáveis pela formação de dunas que se deslocam constantemente e fazem parte da extensão da área conhecida como “Lençóis Maranhenses”, formada pela sucessão de dunas fixadas pela vegetação sob atuação de clima úmido. (IABS, 2008) (Figura 10)



Figura 10: Lençóis Maranhenses.
Fonte: Peter Kutuchian GreenDK

Ao Norte, o território do município é recoberto por formações que englobam tipos de vegetação de praias, dunas, restingas e manguezais. As primeiras formações são florestas herbáceo-arbustivas, esclerófilas, psamófilas das dunas interiores. Ao Sul, ainda sob solo arenoso dos Lençóis Maranhenses, o território é recoberto por vegetação de transição entre o cerrado e a caatinga. (IABS, 2008)

Os solos predominantes são de origem marinha, e são pouco desenvolvidos, formados pela ação dos ventos e com baixa fertilidade natural.

O Rio Preguiças também é o responsável pela divisão das duas partes dos Lençóis - os grandes e pequenos Lençóis (Figura 11) - e é utilizado pelos turistas para passeios de barcos rumo à entrada do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e pela própria população local como forma de deslocamento até as comunidades ribeirinhas.

A origem do seu nome é atribuída, por alguns, ao fato de terem existido em suas margens muitos bichos preguiças no período de colonização e por outros, ao fato de que suas águas correm “preguiçosamente” em qualquer período de enchente ou de vazante.



Figura 11: Rio Preguiças, comunidades ribeirinhas e os Lençóis Maranhenses
Fonte: Empresa de Turismo em Barreirinhas, 2006.

Os Lençóis Maranhenses se estendem até à beira do Oceano Atlântico, cercado por dunas de até 50 metros de altura. Em 1981, o Governo Federal, pela Lei nº 86.060, criou o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM), que compreende uma área de 155.000 ha. O Parque localiza-se na Costa do Maranhão, a leste da capital e se inicia na margem esquerda da foz do Rio Preguiças, no povoado de Atins. (IABS, 2008)

Sua Área de Influência (AI) possui 6.661,21 Km², abrangendo os municípios de Barreirinhas, Santo Amaro do Maranhão e Primeira Cruz (parcialmente inseridos no PNLM), além de Tutóia, Paulino Neves e Humberto de Campos. (SILVA, 2008)

Em Barreirinhas destaca-se uma vegetação diversificada constituída por buritizais, cajueirais e coqueirais, tangenciados pelos afluentes do Rio Preguiças que cortam a cidade com a complementação dos manguezais, praias e dunas intercaladas por lagoas formadas pelas águas das chuvas.

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses possui como principais biomas e ecossistemas: mangue, cerrado, restinga e campos de dunas. Este vasto conjunto de dunas possui várias denominações.

Originalmente foi chamado de “lençóis maranhenses” pelos primeiros navegadores que com suas embarcações navegavam próximos da costa da região, devido ao fato desta área apresentar um relevo plano, constituído por areias quartzosas marinhas e cordões de imensas dunas de coloração branca, as quais se assemelhavam a “lençóis jogados sobre a cama” (D’ANTONA, 2002).

O termo “morraria” também é bastante utilizado por comunidades locais para denominar a área de dunas, sendo, ainda, chamadas de “campos de dunas”. Tal termo se deve ao fato dos nativos viverem em um relevo de planícies, tomando as dunas como referências das maiores altitudes topográficas em relação ao nível do mar, como se fossem morros.

Esses mesmos “morros” servem inclusive como observatórios que permitem visualizar longas distâncias, georreferenciando assim, a cada topo de duna, a rota traçada e o rumo desejado, estratégia utilizada pelos guias turísticos e pela própria comunidade do interior.

1.2.4. Aspectos Sociais e Econômicos

1.2.4.1. Evolução populacional

Tendo como referência a contagem da população pelo CENSO 2010, realizado pelo IBGE para o ano de 2010, o município de Barreirinhas possui 54.991 habitantes. Sua evolução populacional se deu, em maior proporção, a partir do ano de 2001 quando o total de pessoas residentes era de 39.669 habitantes, chegando a 47.850 habitantes em 2007, 50.354 em 2009 e 54.991 em 2010, conforme a Tabela 6.

Ressalta-se, assim, um notório crescimento populacional no município, entre os anos de 2001 a 2010, atingindo uma taxa média de 3,69% ao ano, diante de 1,52% do próprio Estado.

Tabela 6: Número de habitantes do município de Barreirinhas e entorno

DADOS	Barreirinhas	Santo Amaro do Maranhão	Primeira Cruz	Humberto de Campos	Paulino Neves	Tutóia
População (2001)	39.669	9.612	11.019	21.266	11.526	37.728
População (2007)	47.850	11.155	11.999	24.275	12.799	46.280
População estimada (2009)	50.354	11.693	12.493	25.403	13.355	48.424
População (2010) – CENSO	54.991	13.821	13.896	26.197	14.498	52.711

Fonte: IBGE, 2011 (adaptado pelo autor).

Vale salientar que o processo de desenvolvimento turístico do pólo “Lençóis Maranhenses”, no qual se encontra o município de Barreirinhas, se deu a partir do ano de 2000, podendo ter sido fator determinante no expressivo aumento do número de habitantes do município. Muitos investidores externos e grupos de trabalhadores rurais foram atraídos

pelos investimentos governamentais voltados à estruturação desse novo cenário turístico, buscando novas oportunidades de trabalho, renda e melhores condições de vida.

1.2.4.2. Povoados, principais atividades e taxa de urbanização

Barreirinhas conta com, aproximadamente, 217 povoados, dentre inúmeras comunidades ribeirinhas, tendo como destaque as comunidades de Tapuio, Laranjeiras, Vassouras, Caburé, Mandacaru e Atins, distribuídas ao longo do rio Preguiças, reconhecidas como foco de visitação turística (Figura 12).



Figura 12: Localização das comunidades ribeirinhas de Barreirinhas.

Fonte: Google Earth.

Os povoados de Tapuio e de Laranjeira, mesmo separados por apenas uma ponte, possuem atividades econômicas distintas. No primeiro, a agricultura se destaca pelo extrativismo, em especial, de árvores frutíferas, e pelo cultivo de mandioca e, a partir dessa, realiza-se a produção artesanal de farinha. Algumas operadoras locais de turismo já possuem roteiros turísticos que incluem visitas a Tapuio como um destino cultural onde os visitantes podem conhecer as casas de farinha e todo o processo de produção. Já no segundo povoado volta-se à atividade de olaria por meio da confecção de tijolos para utilização em Barreirinhas. (SILVA, 2008)

O povoado de Vassouras está localizado na área dos Pequenos Lençóis. É constituído por grupos de pescadores e utilizado também como rota turística. Nesse povoado são encontradas pequenas cabanas rústicas onde são oferecidas refeições - à base de pescados - para os visitantes.

Caburé está localizado em uma estreita faixa de areia a qual separa o rio Preguiças do oceano. Nessa região de pescadores nota-se uma intensa ação eólica, o que dificulta a construção de cabanas de palha e de madeira. A atividade turística também se faz presente nessa localidade, porém a especulação imobiliária tem agido como fator de expulsão das comunidades autóctones para outras áreas. (SILVA, 2008)

Por fim, nas comunidades de Atins e Mandacaru a atividade pesqueira é a de maior destaque, sendo realizada durante todo o ano, e complementada pela roça familiar com o cultivo de arroz, feijão e mandioca, voltada apenas para o consumo próprio de seus moradores. (SILVA, 2008)

Na vila de Mandacaru pode ser identificado um farol construído para guiar os pescadores que se lançam ao mar no período noturno. Esse farol foi intitulado como “Farol Preguiças”. (SILVA, 2008)

Ao serem retratadas as principais características dos povoados supracitados pode-se perceber que as atividades econômicas e de subsistência desenvolvidas no município voltam-se, essencialmente, ao aproveitamento dos recursos naturais ali encontrados. A base dessas atividades são a pesca e agricultura, em especial a extração de produtos primários para a alimentação familiar como a mandioca (farinha), caju, milho, arroz, dentre outros. No que tange à exportação, destaca-se o artesanato feito com palhas (folhas) das palmeiras de buriti – abundantes na localidade – o doce de buriti, e a castanha de caju.

Segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD, a população do município de Barreirinhas estava, no ano de 1991, em sua grande maioria (74,8%), localizada na zona rural. Já no ano de 2000, antes mesmo do incremento da atividade turística no município, a taxa de urbanização chegou a 33,3%, reduzindo agora para 66,7% a comunidade rural dessa localidade.

Se comparada às taxas de urbanização do Estado do Maranhão, da região Nordeste, ou mesmo do Brasil, Barreirinhas, até o ano de 2000, se configurava ainda como uma região essencialmente rural. Sua densidade demográfica (19,9 hab/Km²) superou, no ano de 2005,

o mesmo índice referente ao Estado do Maranhão, atingindo a mesma média nacional. O tamanho médio das famílias é de seis indivíduos⁸.

Os dados podem ser melhor visualizados na Tabela 7:

Tabela 7: Indicadores demográficos de Barreirinhas, Maranhão, Nordeste e Brasil

	Densidade demográfica (hab/Km ²) ⁹	Taxa de urbanização (%) ¹⁰
Barreirinhas	19,9	33,3
Maranhão	17	59,5
Nordeste	30	70,5
Brasil	19,9	81,3

Fonte: Estado do Maranhão, 2005, p.18 *in* CARVALHO, 2007 (adaptado pelo autor).

1.2.4.3. Esperança de vida e condições do sistema de saúde

A média de esperança de vida em Barreirinhas, no ano de 2000, foi de 60,4 anos, ficando abaixo dos níveis do Estado do Maranhão, da região Nordeste, e do próprio Brasil, caracterizando a população barreirinhense como uma população com baixa expectativa de vida. (Tabela 8)

Tabela 8: Esperança de vida da população de Barreirinhas
Esperança de vida ao nascer (anos)¹¹

Barreirinhas	60,4
Maranhão	65,1
Nordeste	66,1
Brasil	68,9

Fonte: Estado do Maranhão, 2005, p.18 *apud* CARVALHO, 2007 (adaptado pelo autor).

Segundo o IBGE (2005) foram identificados, no ano de 2005, 27 estabelecimentos de saúde no município, sendo que 24 deles são estabelecimentos de saúde públicos. Ainda assim, dos 59 leitos para internação contabilizados no município, nenhum se encontra na rede pública de atendimento. Esse fato pode ser um indicativo de que um precário sistema de atendimento de saúde público, o que pode acarretar no baixo índice da esperança de vida em Barreirinhas.

O município possui um hospital privado que funciona em regime de municipalização plena do Sistema Único de Saúde (SUS), cujas especialidades disponíveis são cirurgia geral, clínica médica, pediatria e ginecologia. Dependendo da especificidade da exigência

⁸ Dados coletados em fontes primárias.

⁹ Dados relativos ao ano de 2005.

¹⁰ Dados relativos ao ano de 2000.

¹¹ Dados relativos ao ano de 2000.

de pacientes esses são levados a outros municípios. Em Barreirinhas não se encontra nenhum posto do INSS¹².

1.2.4.4. Incidência de pobreza, concentração de renda e repasses governamentais

No ano de 2003, já com o processo de desenvolvimento do setor de turismo em andamento no Pólo dos Lençóis Maranhenses, a incidência de pobreza¹³ no município de Barreirinhas – segundo o IBGE (2003) - ultrapassava os 57%. Porém, se comparado às demais localidades de influência do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, sua taxa ainda era a menor. Ver Tabela 9.

Tabela 9: Incidência de Pobreza em Barreirinhas e nos municípios vizinhos.

DADOS (IBGE)	Barreirinhas	Santo Amaro do Maranhão	Primeira Cruz	Humberto de Campos	Paulino Neves	Tutóia
Incidência de pobreza (2003)	57,65%	63,34%	58,23%	59,74%	60,50%	60,98%

Fonte: IBGE, 2005 (adaptado pelo autor).

Historicamente, a proporção de pobres no município de Barreirinhas vem diminuindo gradativamente, passando de 90,9% para 82,4% entre os anos de 1991 e 2000, mas, ainda assim se mantendo muito elevada.

Nota-se ainda que, entre os anos de 1991 e 2000, segundo o PNUD, a concentração de renda aumentou no município. O índice de Gini em Barreirinhas passou de 0,48 para 0,64, o que demonstra o aumento da desigualdade social identificada na localidade, atingindo o maior índice dentre os demais municípios vizinhos (Tabela 10).

¹² Instituto Nacional do Seguro Social.

¹³ Medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000.

Tabela 10: Indicadores de concentração de renda, renda *per Capita* e transferências governamentais

DADOS (PNUD)	MARANHÃO	Barreirinhas	Santo Amaro do Maranhão	Primeira Cruz	Humberto de Campos	Paulino Neves	Tutóia
Índice de Gini (1991)	0,60	0,48	0,49	0,50	0,45	0,50	0,51
Índice de Gini (2000)	0,66	0,64	0,58	0,50	0,56	0,57	0,60
% da renda proveniente de transferências governamentais (1991)	9,86%	9,92%	10,07%	11,09%	12,10%	11,22%	16,01%
% da renda proveniente de transferências governamentais (2000)	14,90%	18,05%	19,68%	16,58%	15,94%	23,18%	24,59%

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD. (adaptado pelo autor)

Ao analisarmos dados mais recentes (e de outra fonte) sobre a concentração de renda no município de Barreirinhas, o IBGE (2003) ressalta uma brusca diminuição no Índice de Gini municipal, chegando a 0,40 no ano de 2003.

Há indícios de que esse dado possa ser justificado pela implementação de projetos de transferências governamentais na área, a partir do ano de 2000. A Tabela 10 nos mostra que mais de 18% da renda obtida pela população barreirinhense foi, no ano de 2000, proveniente de transferências governamentais, porcentagem essa aproximadamente duas vezes maior do que no ano de 1991.

Alguns programas sociais podem ser destacados como o Programa de Garantia de Renda Mínima, implantado pelo governo federal no ano de 1998, posteriormente conhecido como Bolsa-Escola (em 2001) e como Bolsa Família (em 2003), referente a um programa maior intitulado Fome Zero de ações de transferência de renda, alimentação e nutrição e acesso à informação.

O Programa Bolsa Família (PBF), Lei nº 10.836, de Janeiro de 2004, visa:

articular os diversos agentes políticos em torno da promoção e inclusão social das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza. Nesse sentido, estabeleceu um modelo de gestão compartilhada, em que a União, os estados e os municípios atuam como co-responsáveis pela sua implementação, gestão e fiscalização. (MDS, 2010)

Grosso modo, é “uma ação de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias com renda mensal por pessoa de até R\$ 120,00 (cento e vinte reais) em todos os municípios do país” (MDS, 2008, p.19).

No município de Barreirinhas são atendidas por esse programa, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS, 2010), um total de 7.452 famílias¹⁴. O total destinado ao município pelo programa chega a R\$ 7.745.668,00. Nessa perspectiva os repasses governamentais acabam por influir diretamente na brusca diminuição dos índices de concentração de renda e de desigualdade social, destacados anteriormente.

Vale ressaltar que, segundo Pochmann (2003, p. 35), “a oferta de uma ação governamental isolada não é suficiente para a ruptura do ciclo estrutural de pobreza no Brasil”.

1.2.4.5. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) – emprego e renda, educação e longevidade

Barreirinhas se encontra com baixos níveis de desenvolvimento humano identificados pelo Índice de Desenvolvimento Humano do município (IDHM) e pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). O primeiro índice incorpora três aspectos de maior relevância para o bem-estar da população: vida longa e saudável (saúde), acesso ao conhecimento (educação) e padrão de vida digno (renda). Já o segundo – utilizado neste trabalho para a análise de dados socioeconômicos mais recentes - possui, além dos três aspectos destacados pelo IDH, o complemento do “emprego” junto à renda (Figura 13).

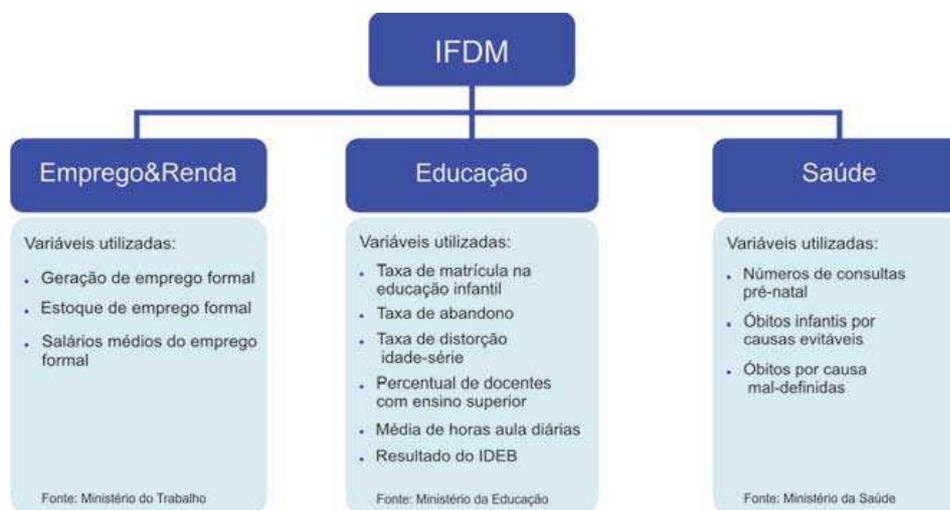


Figura 13: Componentes do IFDM
 Fonte: Sistema Firjan, 2010.

¹⁴ Dados adquiridos até o mês de Fevereiro de 2010.

O IDH de Barreirinhas atingiu 0,552 no ano de 2000, situando o município na margem inferior da categoria Médio Desenvolvimento Humano - que varia de 0,5 a 0,8 – sendo menor que os índices do Estado do Maranhão e do Brasil.

Tabela 11: Índice de Desenvolvimento Humano para Barreirinhas - MA, em 2000

IDH	Barreirinhas	Maranhão	BRASIL
Total	0,552	0,647	0,757
Renda	0,458	0,558	0,720
Longevidade	0,590	0,644	0,710
Educação	0,608	0,738	0,830
Posição no Brasil	5.284 ^o	26 ^o	-
Posição no Estado	158 ^o	-	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD, 2000.

Em relação aos outros municípios brasileiros, Barreirinhas se encontrava, no ano de 2000, em uma situação ruim, ocupando a 5.284^a posição, tendo 95,9% dos municípios em melhor situação. Dentro de seu Estado a situação também não era satisfatória, posicionando-se, também no ano de 2000, na 158^a posição, possuindo 72,4% dos municípios maranhenses em melhor situação. (Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD, 2000).

Álvaro D'Antona (2000) apresenta algumas explicações para a gravidade desses indicadores, justificando-os ao ressaltar que:

Os municípios da região estão assentados em imensos areais, impróprios à agricultura e à pecuária, além de se constituírem em naturais barreiras ao deslocamento e ao escoamento da produção, à manutenção da saúde e educação escolar (D'ANTONA, 2000). Além de tudo, a imposição da produção sazonal, ditada pelas estações de inverno e verão – chuva e seca – determina o quê, quando e como produzir. Insistir nos meios tradicionais de subsistência parece não ser a melhor saída. É natural, portanto, que os habitantes da região aspirem a uma vida melhor e tenham percebido no turismo a grande oportunidade de desenvolvimento.

Mesmo com baixos índices, pode-se considerar que no período entre os anos de 1991 e 2000 todos os fatores aumentaram, como indica o Gráfico 2:

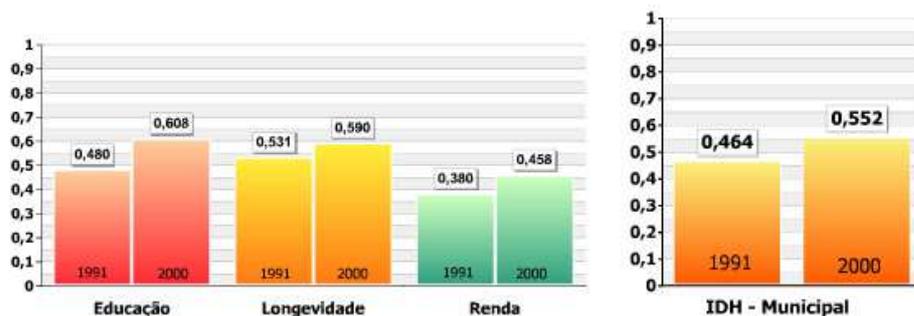


Gráfico 2: IDH - Municipal e fatores relativos à educação, longevidade e renda (1991-200)
 Fonte: CNM, 2010.

A partir da análise de dados mais recentes, por meio da utilização do IFDM, percebe-se que Barreirinhas sofreu um aumento desse índice no período de 2000 a 2006, passando de 0,3698 para 0,4627. Nota-se, porém, um decréscimo desse mesmo índice de 2006 à 2007, passando de 0,4627 para 0,4332. (IPEA, 2010)

Pela análise da Tabela 12 é possível notar que o IFDM de Barreirinhas, referente ao ano de 2007, chega a ser menor que os índices do Estado do Maranhão e do próprio Brasil.

Tabela 12: Índice Furjan de Desenvolvimento Municipal, em 2007

IFDM	Barreirinhas	Maranhão	BRASIL
TOTAL	0,4332	0,5900	0,7478
Emprego e Renda	0,0825	0,5334	-
Longevidade (Saúde)	0,6261	0,6601	-
Educação	0,5910	0,5765	-

Fonte: Ipeadata e Sistema Furjan, 2010 (adaptado pelo autor).

Componente “Renda e Emprego”

Considerando apenas o componente “renda”, o IDH municipal de Barreirinhas chega a ser inferior a 0,5, se enquadrando agora na categoria Baixo Desenvolvimento Humano (ver Tabela 11). Segundo o PNUD, o município de Barreirinhas possuía, no ano de 2000, uma renda *per Capita* de apenas R\$ 60,76, ainda assim, superior aos demais municípios próximos.

Tabela 13: Renda per Capita (1991-2000)

DADOS (PNUD)	MARANHÃO	Barreirinhas	Santo Amaro do Maranhão	Primeira Cruz	Humberto de Campos	Paulino Neves	Tutóia
Renda per Capita (1991) – R\$	80,4	37,98	47,4	55,6	44,2	41,4	47,3
Renda per Capita (2000) – R\$	110,4	60,76	35,1	57,3	44,0	38,2	59,1

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD. (adaptado pelo autor)

Porém, a partir do IFDM referente ao período compreendido entre 2000 e 2007, nota-se que o componente “emprego e renda” foi, dentre todos os componentes do índice, o de pior valor chegando a apenas 0,0825 em 2007. Esse dado pode refletir o precário cenário do município frente à problemática de emprego e renda, inclusive se comparado aos municípios vizinhos ou ao próprio Estado do Maranhão, como destacado na Tabela 14 seguinte:

Tabela 14: IFDM (Emprego e Renda) referente ao ano de 2007

IFDM (Ipeadata)	MARANHÃO	Barreirinhas	Santo Amaro do Maranhão	Primeira Cruz	Humberto de Campos	Paulino Neves	Tutóia
IFDM	0,5900	0,4332	0,3940	0,4015	0,4855	0,4344	0,4796
IFDM (Emprego e Renda)	0,5334	0,0825	0,2310	0,2045	0,3555	0,2607	0,2168

Fonte: Ipeadata, 2010 (adaptado pelo autor).

Componente “Educação”

Ao analisar-se o componente “educação”, esse foi o de maior crescimento - entre os anos de 1991 e 2000 - dentre os componentes do IDH municipal, aumentando de 0,480 (em 1991) para 0,608 (em 2000).

No período entre 2000 e 2007, de acordo com o IFDM, esse crescimento continuou, atingindo o maior índice se comparado aos municípios adjacentes e sendo, inclusive, maior que o índice do próprio estado (ver Tabela 15).

Tabela 15: IFDM (Educação) referente ao ano de 2007

IFDM (Ipeadata)	MARANHÃO	Barreirinhas	Santo Amaro do Maranhão	Primeira Cruz	Humberto de Campos	Paulino Neves	Tutóia
IFDM	0,5900	0,4332	0,3940	0,4015	0,4855	0,4344	0,4796
IFDM (Educação)	0,5765	0,5910	0,5283	0,4611	0,5337	0,5629	0,5454

Fonte: Ipeadata, 2010 (adaptado pelo autor).

Dados do Ministério da Educação apresentaram, no ano de 2000, taxas de analfabetismo de 40,90% da população barreirinhense com 15 anos ou mais - taxa essa maior do que o próprio Estado do Maranhão (28,39%) – e de 27,60% da população de 10 a 15 anos, também superior à taxa do próprio estado (16,66%). (Tabela 16)

Tabela 16: Taxa de Analfabetismo – 2000 – em Barreirinhas e no Estado do Maranhão

DADOS (MEC)	Maranhão		Barreirinhas	
Taxa de analfabetismo (2000) ¹⁵	População de 10 a 15 anos	População de 15 anos ou mais	População de 10 a 15 anos	População de 15 anos ou mais
	16,66	28,39	27,60	40,90

Fonte: MEC, 2000.

O Atlas de Desenvolvimento Humano do PNUD apresentou uma diminuição na taxa de analfabetismo da população adulta (25 anos ou mais) entre os anos de 1991 e 2000, passando de 56,0% para 51,7%.

A análise das taxas de analfabetismo pode ser potencializada por uma avaliação mais detalhada, e mais recente, sobre a qualidade do ensino fundamental público no município de Barreirinhas. Analisou-se, então, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de Barreirinhas que atingiu, no ano de 2009, apenas 3,8 e 3,0 para 4ª série (5º ano) e 8ª série (9º ano), respectivamente (IDEB, 2010)¹⁶. Na Tabela 17 percebe-se que o índice municipal está abaixo do índice do estado.

Tabela 17: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em 2009.

IDEB (INEP)	MARANHÃO	Barreirinhas	Santo Amaro do Maranhão	Primeira Cruz	Humberto de Campos	Paulino Neves	Tutóia
IDEB (4ª série)	3,9	3,8	4,1	2,7	3,2	3,4	3,5
IDEB (8ª série)	3,6	3,3	3,4	2,4	2,9	3,5	3,3

Fonte: INEP, 2010.

Um segundo dado refere-se à “Prova Brasil”, iniciativa criada no ano de 2005. Essa iniciativa é censitária e expande o alcance de seus resultados pelo oferecimento de dados também para cada município e escola participante (Ministério da Educação/INEP, 2007).

¹⁵ IBGE, CENSO DEMOGRÁFICO DE 2000.

¹⁶ Ressalta-se que no Brasil o mesmo índice atingiu 4,4 e 3,7, para 4ª série e 8ª série, respectivamente.

Na Tabela 18 pode-se identificar que, se comparado o nível de aprovação nas escolas estaduais de Barreirinhas¹⁷ com os mesmos indicadores das escolas estaduais do Maranhão e do Brasil, referentes aos anos de 2005 e 2007, percebe-se que Barreirinhas obteve um nível superior de aprovação às demais e, inclusive, aumentando esse nível de 82 para 82,8. Esses dados ressaltam indícios de melhoria da qualidade do ensino fundamental público no município entre os anos de 2000 e 2007.

Tabela 18: Níveis de Aprovação na Prova Brasil

PROVA BRASIL (Anos Finais do Ensino Fundamental)	Aprovação (2005)	Aprovação (2007)
Barreirinhas	82	82,8
Maranhão	80,5	79,5
Brasil	76,7	78,2

Fonte: Ministério da Educação/INEP, 2007.

Vale destacar ainda o desempenho dos alunos das escolas estaduais no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM - 2007) no município, atingindo a média total de 45,16 (redação e prova objetiva com correção de participação), porém, superior à média total do Estado do Maranhão, com 43,92.

Foram contabilizados no município, no ano de 2007, 175 estabelecimentos de ensino fundamental da rede municipal, sendo 12 deles encontrados na área urbana e 163 na área rural. Quanto aos de ensino médio não há nenhum estabelecimento identificado no município, segundo o MEC (2007), evidenciando assim uma lacuna no sistema educacional local e o conseqüente nível incipiente de escolaridade.

Componente “Longevidade - Saúde”

O último componente analisado separadamente é o de “saúde - longevidade” que, no município de Barreirinhas, atingiu 0,590 situando a localidade na margem inferior da categoria Médio Desenvolvimento Humano. Tal índice (IDHM-Longevidade), referente ao ano de 2000, delimita o município abaixo do Estado no Maranhão (0,644) e do Brasil (0,710).

Já pela análise do IFDM – Saúde (ver Tabela 19), relativo ao ano de 2007, nota-se que Barreirinhas possui índice menor que o do estado, porém, maior que o índice dos municípios vizinhos, com exceção de Tutóia.

¹⁷ Análise das escolas que participaram da Prova Brasil.

Tabela 19: IFDM (Longevidade - Saúde) referente ao ano de 2007

IFDM (Ipeadata)	MARANHÃO	Barreirinhas	Santo Amaro do Maranhão	Primeira Cruz	Humberto de Campos	Paulino Neves	Tutóia
IFDM	0,5900	0,4332	0,3940	0,4015	0,4855	0,4344	0,4796
IFDM (Longevidade - Saúde)	0,6601	0,6261	0,4228	0,5388	0,5674	0,4796	0,6768

Fonte: Ipeadata, 2010 (adaptado pelo autor).

1.2.4.6. Empregos, remuneração e PIB

A População Economicamente Ativa (PEA) no município chegou a 15.115 pessoas no ano de 2000 (IBGE, 2000). No que se refere ao número de empregos formais contabilizados no município, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2009) identificou 2.404 empregos formais no ano de 2009, sendo, a grande maioria desses, referentes a trabalhos junto à administração pública. Em segundo lugar, porém com um número bem inferior de empregados, se encontra o setor de serviços – no qual se insere o turismo – com um total de 450 empregos (Tabela 20). Tal fato denota a ainda baixa empregabilidade das comunidades locais no setor de turismo.

Tabela 20: Empregos Formais no Município (até 31 de Dezembro de 2009)

Número de Empregos Formais	2.404 empregos
Extrativa Mineral	0
Indústria de Transformação	12
Serviços Industriais de Utilidade Pública	5
Construção Civil	57
Comércio	204
Serviços	450
Administração Pública	1.675
Agropecuária	1

Fonte: MTE, 2009.

A remuneração média identificada no ano de 2009 para empregos formais no município é de R\$ 734,17, sendo que no setor de serviços a média atinge a quantia de R\$ 776,93.

Dados do Censo do IBGE (2010), disponíveis apenas para o ano de 2000, nos trazem que a informalidade nos trabalhos em Barreirinhas era expressiva, chegando a 6.854 o número de trabalhadores informais.

Nota-se, no entanto, pela análise da Tabela 21, que o Produto Interno Bruto (PIB *per Capita*) municipal, em 2007, foi o maior dentre todos os municípios adjacentes, somando R\$ 2.704, tendo como maior valor adicionado o setor de serviços, com R\$ 74.126, setor esse onde se insere a atividade turística (Gráfico 3).

Tabela 21: Produto Interno Bruto (2007) em R\$

DADOS (IBGE)	Barreirinhas	Santo Amaro do Maranhão	Primeira Cruz	Humberto de Campos	Paulino Neves	Tutóia
Produto Interno Bruto – PIB per capita (2007)	2.704 reais	1.811 reais	2.035 reais	2.120 reais	2.326 reais	2.054 reais
Produto Interno Bruto – Valor adicionado bruto dos serviços (2007)	74.126 reais	12.380 reais	14.978 reais	30.739 reais	18.005 reais	62.108 reais

Fonte: IBGE, 2008.

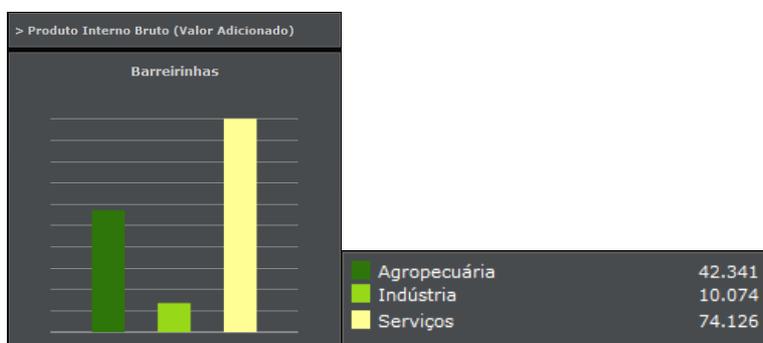


Gráfico 3: Valores adicionados aos setores de agropecuária, indústria e serviços
Fonte: IBGE, 2007.

1.2.4.7. Economia: principais atividades

As principais atividades econômicas de subsistência desenvolvidas em Barreirinhas voltam-se à pesca artesanal – pela riqueza píceca destacada pelo rio Preguiças - e à agricultura familiar. A partir do ano de 2002, com a conclusão da construção da rodovia MA-402 e a consequente facilidade de acesso ao município, potencializou-se o desenvolvimento de atividades turísticas voltadas à exploração do cenário natural encontrado no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Contudo, o fortalecimento do setor de turismo no município se viu pautado na estruturação e na expansão da rede de equipamentos e serviços turísticos para o atendimento ao visitante, principalmente no que diz respeito aos meios de hospedagem e restaurantes.

O dinamismo no gradativo crescimento do fluxo de turistas na cidade tem resultado em influentes alterações das práticas cotidianas da população local e até mesmo em seus hábitos de produção (CARVALHO, 2007).

As atividades voltadas à pesca e à agricultura, anteriormente destacadas como principais atividades econômicas desenvolvidas no município vêm, paulatinamente, dando lugar a atividades voltadas ao atendimento das necessidades na cadeia do turismo. Percebe-se, a partir daí, um processo de desenraizamento cultural dos modos tradicionais de produção na região, permeado pelo êxodo rural no qual pequenos produtores rurais são, por vezes, induzidos pela imagem estereotipada de melhores oportunidades de emprego, trabalho e renda no meio urbano.

As consequências mais visíveis são: o amadorismo nas atividades turísticas desenvolvidas por esses grupos de atores; o processo de urbanização desregrado e a formação de favelas; a exploração da mão-de-obra desqualificada; e a ausência de valorização e fomento da produção tradicional no meio rural.

Todavia, os setores primário, secundário e terciário, e suas respectivas atividades econômicas são analisados a seguir.

Setor primário

A produção agrícola tem como destaque a agricultura familiar, por meio do sistema produtivo de subsistência. Alguns mecanismos de troca – “escambos” – são comuns nas áreas rurais.

O cultivo é baseado, em grande quantidade, na produção da mandioca – e de sua farinha, preparada nas casas de farinha com destaque para a comunidade de Tapuio -, do feijão, do milho e do carvão vegetal. A fruticultura também possui destaque pelo cultivo de caju, de açaí e de buriti, abundantes na região, sendo o primeiro utilizado para exportação da castanha. A renda familiar é complementada pelo artesanato no qual muitas comunidades aproveitam a palha da palmeira do buriti para a sua confecção, além da cera, da fibra (linho), do coco, e da polpa da fruta para o preparo de doces e sorvetes.

No ano de 2004, de acordo com o IBGE, a extração vegetal teve como destaque a produção de madeira (lenha) com 95.000 metros cúbicos; madeira (carvão vegetal) com 780

toneladas; fibra do buriti com 120 toneladas; cera da carnaúba (pó) com 15 toneladas; e o açai (fruto) com cinco toneladas.

Em menor escala se encontra a produção animal desenvolvida no município. Seus valores de rendimento são apresentados na Tabela 22, a seguir.

Tabela 22: Rendimento Anual da Produção Animal do Município de Barreirinhas - MA

Rebanho / Produtos	R\$ / Ano
Bovino	88.800,00
Galináceo	199.800,00
Suíno	140.600,00
Leite	140.600,00
Ovos	170.200,00
Valor bruto da produção	R\$ 740.000,00

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Barreirinhas, 2003.

Quanto às atividades referentes à pesca, em Barreirinhas praticam-se duas modalidades distintas: pesca artesanal e a pesca comercial. No primeiro caso - pesca artesanal – a prática é realizada por meio de técnicas rústicas de pescarias, voltadas para o consumo próprio dos grupos de pescadores das comunidades ribeirinhas espalhadas ao longo do rio Preguiças, sendo considerada de subsistência.

No segundo caso – pesca comercial – essa se contrapõe à primeira, por ser realizada por empresas de fora do município, advindas em maior proporção das cidades de Belém (PA), Camocim (CE) e Luíz Correia (PI). De acordo com informações da Colônia de Pescadores Z-18 de Barreirinhas, foram identificados, no ano de 2005, cerca de 80 embarcações oriundas de outros estados. A técnica mais utilizada é a pesca de arrasto.

Muito da produção do pescado de Barreirinhas é vendida para a capital São Luís e para outros Estados, porém em sua maioria é utilizada para o consumo interno.

Setor secundário

As indústrias instaladas no município de Barreirinhas são de pequeno porte, voltadas à produção de móveis e esquadrias (portas e janelas) e recuperação de peças de carro. Existem ainda oficinas voltadas à prática da marcenaria naval.

Dados do ano de 2000 (IBGE) contabilizaram um total de cinco unidades de indústrias de transformação. A fabricação de tijolos, ladrilhos e telhas é também identificada pela existência de olarias artesanais que atendem a demanda tanto urbana quanto rural do município, atividade essa exercida em períodos de estiagem, como alternativa às atividades de pesca e de agricultura.

Setor terciário

Os processos de implementação e estruturação do Pólo Turístico dos Lençóis Maranhenses fizeram com que investidores, locais e externos, formais e informais, concentrassem grande parte de suas ações no aproveitamento do dinamismo econômico resultante das atividades turísticas. Nesse sentido, o setor terciário de Barreirinhas tem se adequado à demanda crescente de turistas locais, tendo tido principal foco nas atividades de suporte relacionadas ao turismo como restaurantes, lanchonetes, sorveterias, hotéis e pousadas, *lan houses*, cooperativas de taxistas e *toyoteiros*, dentre outros.

O setor terciário em Barreirinhas possui, formalmente, 135 unidades de comércio, sendo: 29 unidades relacionadas com alimentação e alojamento; 13 unidades relacionadas com transporte, armazenagem e comunicações; e quatro unidades relacionadas com atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas locais. Nesse contexto de unidades comerciais estão empregadas 194 pessoas (83 assalariados), gerando R\$ 348 mil reais em salários ao ano. (IABS, 2008)

Destaca-se, ainda, o comércio de produtos artesanais (bolsas, toalhas de mesa, redes, chapéus, artigos de decoração) confeccionados a partir da palha da palmeira de buriti, muito apreciado pelos turistas locais.

1.2.5. Aspectos Infraestruturais

Tendo como objetivo o desenvolvimento do pólo turístico dos Lençóis Maranhenses de forma sustentável, o governo estadual empregou inúmeros esforços para o fomento da atividade turística na região, em especial no município de Barreirinhas.

O Governo do Maranhão, em parceria com entidades de fomento nacionais e internacionais, e com o próprio Governo Federal, iniciou os processos de estruturação, implantação e desenvolvimento do Plano Maior (apresentado no início desse trabalho).

Para tanto, foram realizadas, segundo David Bouças Silva (2008), diversas atividades voltadas à estrutura de suporte para visitação do município de Barreirinhas, dentre elas:

1. Construção da rodovia MA-402;
2. Construção do aeroporto de Barreirinhas;
3. Incentivo a investimentos nos estabelecimentos de hospedagem;
4. Crescimento da oferta de equipamentos e serviços turísticos (restaurantes, locadoras, lojas de *souvenirs*, dentre outros);
5. Promoção de melhorias na urbanização e saneamento do município.

Essas atividades fizeram de Barreirinhas o destino com melhor infraestrutura urbanística da região, porém, ainda precária e inadequada para se atingir as mínimas exigências tanto dos visitantes quanto dos próprios moradores.

Até o ano de 2003 o fornecimento de energia na cidade era precário, não comportando o aumento excessivo no consumo na alta temporada quando a população chegava a ser triplicada, ocasionando constantes quedas de corrente. No mesmo ano o fornecimento de energia se regularizou com a construção de uma subestação de distribuição, porém podem ser ainda identificadas quedas de energia em períodos de alta estação.

As constantes quedas de energia acarretavam problemas no sistema de fornecimento de água, dado que o enchimento das caixas d'água era realizado por meio de bombeamento elétrico. Segundo a CAEMA (Companhia de Água e Esgoto do Maranhão) existe, atualmente, uma estação de distribuição de água que atinge 65% das casas da zona urbana.

O município possui, ainda, problemas quanto ao esgotamento sanitário e coleta de lixo. Alcançando 70% dos domicílios e equipamentos hoteleiros/turísticos do município a rede de coleta de esgoto acaba por não tratar seus dejetos, resultando em seu despejo, *in natura*, no Rio Preguiças, comprometendo a qualidade desse recurso. A utilização de fossas sépticas para esse despejo de esgoto, e de poços artesianos para o abastecimento de água, também são comuns na zona rural da localidade.

A sede urbana de Barreirinhas não possui, em praticamente toda sua extensão territorial, asfaltamento adequado, calçamento uniforme (identificado por pedras irregulares, barro ou ainda paralelepípedos) e iluminação pública de qualidade.

A sujeira nas ruas, a presença de lixo exposto e a imagem do descaso quanto ao ordenamento infraestrutural da cidade acabam por criar um cenário negativo aos olhos dos turistas. Os veículos utilizados para o recolhimento do lixo são impróprios. O número de garis é insuficiente e não se observa uma quantidade satisfatória de lixeiras pela cidade.

Há ainda a tentativa de viabilização de um aterro sanitário pela Prefeitura Municipal, em parceria com o Ministério do Turismo, porém, que vem esbarrando em processos político-burocráticos diante de uma licença ambiental já concedida.

Os serviços de fiscalização e inspeção sanitária junto aos estabelecimentos que oferecem produtos perecíveis - principalmente açougues e peixarias - à população local são, aparentemente, ineficazes (se é que realmente ocorrem). A grande maioria deles comercializa seus produtos frescos, como peixes e carnes, expostos ao sol e à temperatura ambiente, sem qualquer tipo de cuidado com o armazenamento e acondicionamento necessários para manter a qualidade do produto. Tal fato implica, diretamente, como um aspecto negativo à atividade turística, dado que os visitantes observam essa dinâmica de comercialização em qualquer espaço da cidade (Figura 14).



Figura 14: Açougue local
Fonte: próprio autor, 2009.

Não há serviço de transporte público. O meio de transporte mais utilizado pela população local são as motocicletas e bicicletas. Para a travessia do rio Preguiças utiliza-se

um serviço de balsas permitindo, dessa forma, acesso ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

No que diz respeito aos serviços de telefonia e de acesso à *internet*, esses vêm se estabilizando a cada ano, em gradativa expansão, porém ainda oferecidos (*internet*) apenas em estabelecimentos especializados como *lan houses* e, em residências por meio de linha telefônica.

Em Barreirinhas há apenas uma agência dos Correios, localizada no centro da cidade, uma agência do Banco do Brasil, além de postos de atendimento do Bradesco e da Caixa Econômica Federal onde, nesse último, são realizados os pagamentos dos programas assistenciais do Governo Federal.

A partir do acesso facilitado pela construção da rodovia MA-402 pode-se, atualmente, chegar ao município por três formas terrestres distintas: por carro; por ônibus intermunicipal que sai da capital São Luís; por táxi ou vans da cooperativa de taxistas de Barreirinhas (ou de terceiros) que operam o trecho em regime de lotação.

O deslocamento de pessoas dos povoados, e de municípios próximos, à sede de Barreirinhas é realizado por veículos tracionados nas quatro rodas (chamados pelos moradores locais de “toyotas”¹⁸), utilizados também para o deslocamento até as lagoas do Parque Nacional, no qual os passageiros são transportados em estruturas especiais adaptadas em suas carrocerias, sem qualquer tipo de segurança. Há ainda deslocamentos de pessoas de povoados ribeirinhos próximos à sede que são realizados por uma linha diária de barco.

A apresentação da estrutura de acesso ao município se conclui na identificação do aeroporto municipal, que comporta aeronaves de pequeno porte. Tal aeroporto apresenta irregularidades já advertidas por vezes pelo Departamento de Aviação Civil que podem comprometer as decolagens e pousos, influenciando na segurança dos passageiros.

O município de Barreirinhas não dispõe de serviços do Corpo de Bombeiros, e a segurança da navegação das embarcações no rio Preguiças (Figura 15) é realizada pela Capitania dos Portos de São Luís, disponibilizada periodicamente pela Marinha, em especial no período de alta temporada.

¹⁸ Justifica-se o título dado pela grande maioria dos veículos utilizados serem Bandeirantes da marca Toyota.



Figura 15: Embarcações no rio Preguiças.
Fonte: próprio autor, agosto 2008.

O crescimento urbano acelerado voltado ao desenvolvimento turístico local, refletido por irregularidades do Plano Diretor de Barreirinhas e pela instalação desordenada de empreendimentos turísticos – anterior às obras de estruturação básica de saneamento –, resultou em uma série de impactos sociais e ambientais no município (SILVA, 2008).

De acordo com Maurício Leite Lima, Gestor de Turismo do SEBRAE¹⁹, unidade de Barreirinhas, “um dos efeitos negativos trazidos pelo turismo em Barreirinhas foi o crescimento desordenado na cidade, há um caos na estrutura física [...] é uma grande estrutura turística fincada em uma péssima infraestrutura”.

1.2.6. Caracterização da Atividade Turística: Serviços e Equipamentos

Seguindo as etapas do Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo do Maranhão (Plano Maior), o processo de desenvolvimento do pólo turístico dos Lençóis Maranhenses aplicado ao município de Barreirinhas encontra-se, atualmente (ano de 2010), em período de consolidação.

Nessa etapa busca-se atingir as metas desse Plano a partir dos seguintes resultados: aumento do fluxo turístico; ampliação substancial da receita direta para o Estado e, por fim, geração de empregos diretos e indiretos.

¹⁹ Informação coletada na dissertação de David Leonardo Bouças da Silva (CDS/UnB) referente à entrevista realizada no dia 28 de novembro de 2007.

Nota-se, porém, que o processo de desenvolvimento turístico em Barreirinhas se deu de forma agressiva (no tocante ao meio ambiente) e desordenada (no que diz respeito ao atendimento das necessidades mínimas de saúde, educação, saneamento básico e moradia).

Alguns impactos, positivos e negativos, decorrentes do aumento do fluxo turístico no município são destacados por Costa (2009, p.57) em sua pesquisa na região, como:

- **Negativos:** ocupação desordenada da orla; formação de favelas possivelmente vinculada à expulsão de nativos para zonas periféricas; excesso de resíduos carentes de tratamento; intensidade do tráfego de veículos sobre as dunas; exclusão dos povoados de entorno na dinâmica do turismo; especulação imobiliária; abandono das atividades tradicionais; assoreamento de rios e lagoas; poluição das águas; aumento do tráfego de drogas e da violência urbana; exploração sexual de menores.
- **Positivos:** geração de trabalho e renda; melhoria dos equipamentos serviços e infraestrutura; valorização do patrimônio natural; crescente profissionalização da mão-de-obra; dinamização das economias locais; crescente preocupação ambiental e de preservação do ecossistema da região; estímulos à organização social e produtiva do turismo e de bens complementares.

Estudos realizados pelo Ministério do Turismo (MTur) corroboram no sentido de que a prática turística desencadeou uma série de impactos junto ao município de Barreirinhas, afirmando que:

[...] A cidade de Barreirinhas já possui, além de atratividade, infra-estrutura turística instalada, e um grande dinamismo turístico, com aumento do fluxo e, conseqüentemente, da migração. Neste sentido, convive com impactos positivos e negativos decorrentes desta atividade turística: assoreamento do rio Preguiças, abuso sexual infanto-juvenil, aumento do abandono escolar por parte dos adolescentes, crescimento do tráfego de drogas, dentre outros. E, atualmente, compete com Santo Amaro para manter sua posição de porta de entrada para o Parque dos Lençóis Maranhenses (MTUR; LIMA, 2006b, p.19).

Tais impactos se configuraram em um cenário turístico local emergente, possuidor de uma linha tênue que se vê refletida, por um lado, pelas precárias condições de vida de grande parte de sua população e, por outro lado, pela exploração desenfreada de um potencial natural singular, por parte de grandes empreendedores externos.

Grosso modo, o setor de turismo em Barreirinhas conta com uma infraestrutura turística²⁰ pautada nos elementos destacados a seguir.

1.2.6.1. Hotéis, Pousadas, Resorts, Flats e Albergue

Existem no município empreendimentos hoteleiros das mais variadas distinções, as quais atendem os mais diversos perfis de turistas. Todavia, o quadro de funcionários empregados apresenta, em sua maioria, pessoas despreparadas, com baixa qualificação.

É possível identificar estruturas de hospedagem de pequeno, médio e grande porte na localidade, dentre albergue, *resort* (Figura 16) e hotéis concentrados na sede do município e em povoados próximos. Algumas pousadas de pequeno porte foram instaladas na região das praias, em Caburé e no povoado de Atins.



Figura 16: Resort Solare Lençóis
Fonte: Hôteliier News

Dados não oficiais (IABS, 2008) contabilizaram, no ano de 2008, um total de 42 meios de hospedagem, sendo 35 deles na sede, três no povoado de Atins e quatro no povoado de Caburé, resultando num total de 49 empreendimentos de hospedagem no município, que somam 794 leitos. Não há, atualmente, nenhum espaço adaptado para *camping*, ou mesmo para *trailers*, nem motéis ou *lodges* ecológicos.

²⁰ Neste trabalho entende-se estrutura turística como o somatório da infraestrutura de acesso (rodoviárias, estradas, aeroportos, etc.), infraestrutura básica urbana (ruas, iluminação pública, etc.), equipamentos turísticos (agências, transportadoras, alojamentos, etc.), e equipamentos de apoio (redes de atenção médico-hospitalar, entretenimento, etc.) (BARRETO, 2002).

1.2.6.2. Agências de Turismo

Em Barreirinhas foram contabilizadas²¹ 13 agências de turismo localizadas na sede do município, com estruturas de pequeno porte (em sua maioria). Algumas agências são filiais de agências sediadas na capital, São Luís, que acabaram por se instalar em Barreirinhas como forma de otimizar o trabalho.

Essas agências dedicam-se à venda, administração e operacionalização dos serviços de suporte à visitação oferecidos aos turistas como hospedagem, transporte, alimentação, aluguel de equipamentos e roteiros turísticos.

1.2.6.3. Restaurantes

Grande parte dos restaurantes de Barreirinhas encontra-se às margens do rio Preguiças, na rua denominada “Beira Rio”. São estabelecimentos de pequeno e médio porte que oferecem comidas típicas como os pescados e as frutas da região como buriti, bacuri e murici. Muitos restaurantes podem também ser encontrados dentro das pousadas, hotéis, *flats* e *resorts*, ou mesmo nas comunidades distantes do centro da sede como três restaurantes instalados na praia do Caburé.

Pela falta de adequação sanitária e qualidade exigida pelos restaurantes locais as compras dos insumos, incluindo frutos do mar, pescados e vegetais frescos, são feitas, em grande proporção, em São Luís. Isso se deve, dentre outras coisas, ao fato de que o pescado de Barreirinhas é, em grande quantidade, exportado, resultado de atividades de embarcações de grande porte e do sistema de atravessadores. A sazonalidade do clima, em especial o período de chuvas, é também outro fator de influência.

Vale ressaltar a proposta “Produção Associada ao Turismo”²², desenvolvida no município, a qual buscou a estruturação de uma cadeia produtiva caracterizada pela compra e venda de produtos locais diretamente de grupos de produtores da pesca e da agricultura.

²¹ IABS-AECID, dados de 2008, não oficiais.

²² Trabalho desenvolvido pelo Instituto Ambiental Brasil Sustentável (IABS) em parceria com o Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/Barreirinhas), referente ao Projeto de Desenvolvimento do Turismo Sustentável nas regiões dos Lençóis Maranhenses, Delta do Parnaíba e Jericoacoara (Convênio MTur/IABS – 345/2007)

1.2.6.4. Transportes

Para o deslocamento de turistas da sede de Barreirinhas ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, e mesmo até lagoas, os veículos utilizados são as “toyotas” (como já destacado anteriormente).

Esses veículos diferenciam-se entre si pela qualidade de suas acomodações adaptadas, utilizando bancos com encosto, cobertura contra o sol e escapamento adaptado para transitar nas estradas de terra durante o período de chuvas. Os motoristas dos veículos são chamados de “toyoteiros”, possuindo inclusive uma cooperativa organizada para o atendimento ao público.

No caso de passeios pelo rio Preguiças são utilizadas, em geral, embarcações chamadas localmente de “voadeiras”. Essas embarcações são, em sua maioria, de pequeno porte, transportando um número de passageiros que varia de seis a 15 pessoas. São também adaptadas com cobertura contra o sol e assentos acolchoados. Existe, assim como no caso dos *toyoteiros*, uma cooperativa dos pilotos de voadeira.

1.2.6.5. Artesanato

Preparadas a partir da fibra de buriti, as peças do artesanato local são muito apreciadas pelos turistas, tornando-se um grande atrativo no município. As peças podem ser encontradas em diversos locais do município, mas são mais evidentes no centro da sede de Barreirinhas, onde são expostas em lojas e em um pequeno centro de artesanato.

Muitas peças confeccionadas constituem parte de vestuário feminino e peças de decoração domésticas, mas podem ser encontrados ainda brinquedos e produtos resultantes do beneficiamento de frutas locais, como os doces.

Foi formada no município uma cooperativa de artesãos com o respaldo do SEBRAE/Barreirinhas, da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-COPPE/UFRJ) e do Centro de Apoio dos Pequenos Empreendimentos do Estado do Maranhão (CEAPE-MA).

CAPÍTULO 2: DISCUSSÃO TEÓRICA

2.1. O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O discurso do desenvolvimento sustentável (DS) e o debate que engloba suas diferentes abordagens fundamentam-se em um processo histórico-evolutivo de criação, estruturação, remodelagem, e contextualização do conceito de DS.

Tal processo teve início, segundo Vilma Machado (2005, p.12), com a evolução do conceito de desenvolvimento, a partir de meados do século XVIII, tangido pela construção teórica da Biologia, ao trazer a ideia de que a palavra “desenvolvimento” referia-se ao “processo pelo qual os organismos atingiam a maturidade da sua forma genética, como também o movimento que poderia transformar a forma de um ser em outra mais perfeita”.

Essa compreensão do termo desenvolvimento passou a ser, posteriormente, analisada e entendida como “um processo gradual de mudança nas sociedades” (Machado, 2005, p.12), criando um novo enfoque – social – para sua utilização.

Após a Segunda Guerra Mundial o termo “desenvolvimento” era tido, de acordo com Sachs (2004, p.30), como instrumento de reconstrução e de mudança:

(...) a reflexão sobre o desenvolvimento, tal como se conhece hoje, começou nos anos 40, no contexto da preparação dos anteprojetos para a reconstrução da periferia devastada da Europa no pós-guerra.

Nos primeiros anos do século XIX, surge o debate sobre os “limites malthusianos” – referente aos trabalhos do economista inglês Thomas Malthus, que discutia sobre essas mudanças ao apontar para a relação direta entre crescimento demográfico e suas mazelas e a problemática ambiental (ROGERS *at all*, 2008; NOBRE & AMAZONAS, 2002). Segundo Malthus a população aumentava gradativamente em progressão geométrica, enquanto o padrão de subsistência para o homem em uma progressão aritmética, o que, por consequência, geraria uma catástrofe futura.

José Eli da Veiga (2005) observa que o termo desenvolvimento teve, até os anos 70, uma conotação de enriquecimento, de crescimento econômico, de progresso material. Nessa época, a visão do desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico era comum à participação do Estado nos processos decisórios, o qual por vezes tomava rumos diferentes daqueles voltados à melhoria dos padrões sociais. Fundamentalistas de mercado

voltavam-se ao “efeito cascata”, considerando como redundante o conceito e a teoria do desenvolvimento, pensando que este último viria como resultado natural do crescimento econômico (Sachs, 2004).

No entanto, Sachs (2004, p.26) contrapõe-se a essa visão fundamentalista de mercado, ao avaliar tal processo como inaceitável, nos lembrando que:

A teoria do “efeito cascata” seria totalmente inaceitável em termos éticos, mesmo se funcionasse, o que não é o caso. Num mundo de desigualdades abismais, é um absurdo pretender que os ricos devam ficar mais ricos ainda, para que os destituídos possam ser um pouco menos destituídos.

Dentre pensadores sociais, Celso Furtado buscou por um melhor entendimento sobre os problemas desse modelo de desenvolvimento (crescimento econômico) no contexto dos países subdesenvolvidos. Em muitas de suas discussões, o autor perpassa por questões como “dependência”, “mimetismo cultural”, “concentração de renda”, “relações assimétricas entre o centro e a periferia”, dentre muitos outros. Furtado (1974) destaca que o padrão do desenvolvimento deveria seguir num sentido mais igualitário, por meio da redução do desperdício provocado pelos padrões diversificados de consumo de grupos privilegiados.

Sachs volta-se ao indiano Amartya Sen (1990) ao ressaltar a insistência de Sen num requisito de reaproximação entre economia, política e ética, ao destacar que:

O desenvolvimento, distinto do crescimento econômico, cumpre esse requisito, na medida em que os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos”. (Sachs, 2004, p. 13)

Para o alcance dessa meta, Sen (2000, p. 10) afirma ser necessário o estabelecimento de uma relação fundamental entre a expansão da liberdade individual – como combate aos problemas enfrentados – e o desenvolvimento, ao mencionar que “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente”.

Posteriormente pensou-se que o desenvolvimento seria melhor entendido pela combinação entre crescimento e distribuição de renda (Veiga, 2005). Simon Kuznets, nessa perspectiva, apresenta essa relação pela “curva de Kuznets” ou “curva do U invertido”, afirmando que a desigualdade de renda seria aumentada no início do processo industrial, porém, minimizada de forma consistente após a concreta industrialização.

O período compreendido entre o pós-guerra (1945) e a Conferência de Estocolmo (1972) configura-se como um período de expansão da economia capitalista mundial, e de industrialização das economias periféricas (Machado, 2005). Logo após esse período, a problemática ambiental emerge junto às sociedades ricas e industrializadas, discutida por diferentes movimentos sociais que justificam tal realidade pelo decorrente fortalecimento do modelo de desenvolvimento “danoso” implantado pelo industrialismo.

Retoma-se, então, no ano de 1972, o debate do malthusianismo pela publicação do livro intitulado “Limites do Crescimento” (*Limits to Growth*) de autoria de Donella Meadows (et al), patrocinado pelo Clube de Roma. Nobre & Amazonas (2002) relatam que esse documento:

(...) introduziu a finitude na discussão econômica de uma nova perspectiva: não apenas aduziu as problemáticas da poluição e da utilização de recursos naturais finitos como variáveis fundamentais do processo econômico e social, mas também popularizou, de maneira antes impensada, a questão ambiental. (NOBRE & AMAZONAS, 2002, p. 28-9)

Vale ressaltar que esse documento tinha como premissa o “crescimento zero” – entendido como “equilíbrio global” e não como “estagnação” - como solução para os problemas apresentados, e o conceito de “desenvolvimento” desvinculado do sinônimo induzido de “crescimento econômico”. (NOBRE & AMAZONAS, 2002)

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (CNUMAH), realizada no mesmo ano (1972) em Estocolmo, caracterizou-se como o ponto de cisão do discurso de desenvolvimento, e o início da construção do discurso do desenvolvimento sustentável.

Vilma Machado (2005) relata que o contexto da discussão abrangia, de um lado, as Nações Unidas reforçando a necessidade de avanço no gradual crescimento econômico como meio de melhoria nas condições sociais nos países subdesenvolvidos. De outro lado, os países do Primeiro Mundo, desenvolvidos, e a sua notória insatisfação com os resultados do processo produtivo dominante.

A CNUMAH foi fundamental para o aumento nas discussões sobre a erradicação da pobreza, na análise de duas perspectivas distintas – ambientalista e desenvolvimentista - e no pensamento de que desenvolvimento e meio ambiente deveriam caminhar em conjunto, voltando-se à problemática ambiental no sentido que “não resultasse em entraves ao

crescimento econômico”, o que desencadeou “uma complexa movimentação de forças e disputas de poder que instituíram as bases da cisão produzida no DD²³” (Machado, 2005, p.21).

Por meio das discussões sobre essas perspectivas descritas – ambientalista e desenvolvimentista - surge, no ano de 1973, o conceito de “ecodesenvolvimento”, formulado por Maurice Strong, primeiro diretor-executivo do Unep²⁴, que mais tarde viria a se integrar a Comissão Brundtland (NOBRE & AMAZONAS, 2002).

Já na década de 80 houve uma reformulação do conceito de desenvolvimento, por meio de um relatório elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), em 1987, voltando-se de forma mais refinada às definições de desenvolvimento sustentável de Estocolmo, levando a importantes avanços epistemológicos (Sachs, 2004).

Esse relatório, conhecido por *Relatório Brundtland*, de título *Our Common Future - Nosso Futuro Comum*, “comparava as ‘necessidades’ desta e das próximas gerações” (Veiga, 2005, p.09), refletindo sobre “nosso futuro comum”. Nele cunhou-se o conceito de desenvolvimento sustentável como sendo o atendimento das necessidades das populações atuais sem que esse resultasse no comprometimento da capacidade das gerações futuras em atenderem as suas próprias necessidades, de forma equitativa (CMMAD, 1991).

O conceito de desenvolvimento sustentável pôde ser ainda mais aprofundado com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida por Rio 92. Na Rio 92, de acordo com Machado (2005, p.311), os “vínculos entre degradação do meio ambiente e problemas sociais já não ocupam o centro das discussões e nem são estabelecidos de forma tão direta”.

Estruturado pela reunião de 117 governantes de países, e fomentado pela busca por soluções para o desenvolvimento sustentável de populações carentes, a Rio 92 focou a discussão sobre sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos naturais.

Dentre uma série de protocolos negociados, foi lançado o primeiro documento de compromisso internacional voltado ao horizonte de longo prazo, pautado em princípios de sustentabilidade ambiental: a Agenda 21. (BURSZTYN & BURSZTYN, 2010)

²³ Discurso do Desenvolvimento.

²⁴ Programa Ambiental das Nações Unidas.

Bursztyn & Bursztyn (2010, p. 20) ressaltam que “ainda que tenha ficado vago o compromisso efetivo com o pagamento da conta dos termos acordados, a agenda dos ‘deveres de casa’ dos dirigentes políticos identificava problemas e estabelecia linhas de conduta”.

Depois de quase uma década de espera, pós Rio 92, foi assinado - em 1997 – o Protocolo de Kyoto, estabelecendo um compromisso dos países industrializados, com maior emissão de gases do efeito estufa, a reduzirem, até o período 2008-2012, suas emissões em 5%, relativas aos valores de 1990. (BURSZTYN, 2004)

Pouco antes da Conferência de Joanesburgo (2002) surge a Agenda 21 Brasileira, documento que apresentava as preocupações brasileiras tais como a fome, a reforma agrária, a distribuição da renda, o saneamento básico e a segurança populacional, à frente dos grandes temas ambientais globais como o efeito estufa, a poluição dos mares e o buraco na camada de ozônio. (BURSZTYN, 2002 *in* BURSZZTYN & BURSZZTYN, 2010)

No ano de 2002 - 30 anos após a Conferência de Estocolmo - realizou-se a Conferência de Joanesburgo, conhecida também por Rio+10, buscando a revisão dos compromissos da Rio-92. Bursztyn & Bursztyn (2006 *in* BURSZZTYN & BURSZZTYN, 2010) afirmam que tal evento foi, por insistência dos países africanos, muito mais um enfrentamento da pobreza do que um debate sobre a sustentabilidade do meio ambiente natural.

O adjetivo sustentável remete à “qualidade do desenvolvimento, desviando-se da noção puramente economicista do progresso econômico, atendo-se também a universalização de direitos sociais como educação, saúde, trabalho e moradia” (BELLEN, 2006, p. 21).

Na construção da ideia de desenvolvimento no último meio século, Sachs (2004, p.37) aponta para sua complexificação, assentada pela adição de alguns subjetivos como “econômico, social, político, cultural, sustentável – e, o que é mais importante, pelas novas problemáticas”.

Nesse sentido, sob a perspectiva de uma abrangência maior que a meramente pautada na sustentabilidade social ou ambiental, Sachs (2004) fundamenta que o DS significa a construção de um novo paradigma definido por cinco pilares: social, ambiental, territorial, econômico e político. Ele retoma, de certa forma, a ideia de Kuhn sobre os

processos de construção de um novo paradigma e os fatores de transição paradigmática, reforçando a necessidade de uma constante avaliação do conceito:

É por isso que uma nova teoria, por mais particular que seja seu âmbito de aplicação, nunca ou quase nunca é um mero incremento ao que já é conhecido. Sua assimilação requer a reconstrução da teoria precedente e a reavaliação dos fatos anteriores. (Kuhn, 2007, p.26)

A teoria do desenvolvimento sustentável, nesse sentido, deve ser constantemente revisada e reavaliada de acordo com os cenários ao qual está sendo aplicada. Machado (2005, p.24) relembra que tal paradigma foi criado com o intuito de construir alternativas ao modelo de desenvolvimento dominante, e ressalta que:

A noção de desenvolvimento sustentável tem sido discutida, debatida e utilizada sob diferentes perspectivas e pelos mais variados agentes sociais, seja no espaço acadêmico, seja no interior de instituições ligadas ao aparato estatal ou a outras organizações sociais. Tem suscitado uma imensa gama de entendimentos e posições que variam entre dois extremos: de um lado, aqueles que postulam ser o DS um caminho possível para a instauração de uma nova racionalidade econômica capaz de oferecer respostas adequadas às contradições e mazelas sócio-ambientais geradas pelo capitalismo; de outro, aqueles que acreditam ser a noção um artifício ou uma ideologia que busca mascarar o caráter essencialmente depredador do capitalismo.

Em contraponto, Rogers *et al* (2008) afirmam que para se atingir esse modelo alternativo pautado na sustentabilidade é amplamente necessário que sejam reconhecidos e analisados os três fatores determinantes do DS (consumo, produção e distribuição) para, a partir desses, se inverter a pergunta e questionar sobre o que torna o desenvolvimento insustentável.

Por fim, debates atuais vêm tecendo críticas radicais ao modelo de desenvolvimento pautado na rigidez economicista. Serge Latouche, autor do artigo “Por uma sociedade de decrescimento”, publicado no *Le Monde Diplomatique*, no ano de 2003, apresenta proposições construídas a partir do redesenho do projeto político atual de desenvolvimento, conhecido por “decrescimento”.

O autor afirma em seu artigo que o discurso do “decrescimento” não se resume a uma estrutura de um conceito, teoria ou mesmo como uma alternativa concreta. Segundo Latouche (2004), “decrescimento” é apenas um *slogan* que possui, internalizada, uma proposta voltada à abertura de espaços para a criatividade e inventividade de alternativas para uma política de pós-desenvolvimento.

Latouche (2004) ressalta que para se criar uma consciência sobre a construção de uma sociedade fora de crescimento é necessário que se analise os efeitos do modelo de desenvolvimento implantado mais precisamente nos países do Sul, onde sua falência foi maciça, e seus resultados afloraram pela incoerência, corrupção, e na transformação da pobreza em miséria.

2.2. TURISMO SUSTENTÁVEL: A EVOLUÇÃO DE UM CONCEITO

A evolução do conceito de turismo sustentável tem seu ponto de partida no aumento da percepção dos problemas ambientais resultantes da exploração massificada dos recursos naturais pela atividade turística. Dias (2008) afirma que:

Paralelamente ao crescimento da consciência ambiental, o turismo se desenvolveu de uma forma bastante rápida, e na mesma perspectiva dos demais segmentos da economia, com a utilização intensiva dos recursos naturais e sem uma preocupação com a preservação desses atrativos que formavam (e formam) a base de sustentação da atividade. (DIAS, 2008, p. 51)

Na década de 1970 são intensificados os estudos, nos países desenvolvidos, com foco nos impactos do turismo sobre o meio ambiente (meio físico) e sobre as comunidades locais. Em 1972 foi proposta pelo Banco Mundial a avaliação do impacto do turismo mediante a consideração de seis aspectos específicos: (1) vinculações entre o meio ambiente e os recursos; (2) *design* e construção do projeto; (3) operações; (4) fatores socioculturais; (5) repercussões na saúde; e (6) considerações a longo prazo (DIAS, 2008).

Já na década de 1980, tendo como pano de fundo os preceitos do discurso do desenvolvimento sustentável, apresentados no tópico anterior, e influenciado pelas implicações do Relatório *Brundtland* e do movimento ambientalista, o debate sobre turismo sustentável começou a tomar dimensões mais abrangentes, de forma mais consistente. Iniciado por expressões do tipo “questões verdes” e “turismo verde”, o debate sobre a sustentabilidade no turismo era caracterizado por uma maior preocupação com a redução dos custos e com a melhoria dos benefícios ambientais (SWARBROOKE, 2000).

No ano de 1985 a OMT (Organização Mundial do Turismo) apresentou, em sua sexta Assembléia Geral, realizada em Sófia na Bulgária, a Carta do Turismo e o Código do Turista. Tais documentos descreviam, em vários de seus artigos, a inter-relação entre o

meio ambiente e a atividade turística, atribuindo aos Estados o dever de “proteger o interesse das gerações presentes e futuras, o meio ambiente turístico que, por ser ao mesmo tempo um meio humano, natural, social e cultural, constitui o patrimônio da humanidade inteira” (OMT, 1985, art.3 *apud* DIAS, 2008, p. 55).

A partir dos anos 1990, incorpora-se à questão ambiental a abordagem social na qual se reconhece a importância que as comunidades locais têm no desenvolvimento da atividade turística e, além disso, a necessidade de maximização dos benefícios econômicos advindos do setor para essas comunidades (SWARBROOKE, 2000).

As interações entre os diversos grupos de atores envolvidos na cadeia turística (*trade*, visitantes, comunidades locais e o ambiente físico-natural) acabam por trazer complexidades maiores para o desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável, tornando-se “uma perspectiva que envolve esforço para a longa viabilidade e qualidade dos recursos naturais e humanos” (GARROD; FYALL, 1998, p. 201)

Nesse momento a expressão “turismo sustentável” torna-se mais frequente nas discussões relativas ao tema, dando origem a novas abordagens e entendimentos. O avanço do discurso se potencializou a partir da Conferência Globo '90²⁵, realizada em Vancouver, onde a OMT apresenta novas vertentes ao discurso do desenvolvimento do turismo sustentável, incluindo os aspectos “estéticos” e a “culturais”, ao afirmar que:

(...) o desenvolvimento do turismo sustentável pode satisfazer as necessidades econômicas, sociais e estéticas, simultaneamente as integridades cultural e ecológica. Pode ser benéfico aos anfitriões e para os visitantes enquanto protege e melhora a mesma oportunidade para o futuro. Essas são as boas notícias. Contudo, o desenvolvimento do turismo sustentável envolve tomada de medidas políticas vigorosas baseadas em trocas complexas aos níveis social, econômico e ambiental (OMT, 1993, p. 51)

Sinteticamente o turismo sustentável constitui um modelo de desenvolvimento econômico que foi concebido para “melhorar a qualidade de vida da comunidade visada; oferecer ao visitante uma elevada qualidade de experiências; manter a qualidade do ambiente de que tanto a comunidade anfitriã como os visitantes dependem”. (OMT, 1993, p. 12)

²⁵ *Globe 90 Conference, Tourism Stream, Action Strategy Sustainable Tourism Development*, Vancouver, BC, Canadá.

Müller (1994) sugere que para se atingir tais objetivos deve-se criar uma relação direta entre o desenvolvimento do turismo e o que posteriormente seria entendido como sustentabilidade, partindo da estratégia de “crescimento qualitativo”:

(...) o objetivo de um turismo ambientalmente e socialmente compatível tem muito a ver com a frequentemente citada (...) estratégia de “crescimento qualitativo”. “Crescimento qualitativo” pode ser descrito como qualquer aumento na qualidade de vida (ou seja, o crescimento econômico e o bem estar subjetivo) que pode ser alcançado com a menor utilização de recursos não-renováveis e menos estresse para o ambiente e para as pessoas. (MÜLLER, 1994, *in* SHARPLEY, 2009 – tradução do autor)

De acordo com Müller, “o turismo é uma condição para, mas está subordinado ao, o desenvolvimento sustentável no âmbito do objetivo global de desenvolvimento do turismo sustentável” (1994 *in* SHARPLEY, 2009, p. 60 – tradução do autor). Müller propõe, ainda, que o desenvolvimento do turismo sustentável pode ser conceituado a partir de um “pentágono mágico”, em que haja o equilíbrio entre cinco objetivos sem a predominância de nenhum deles, como apresentado a seguir (Figura 17):

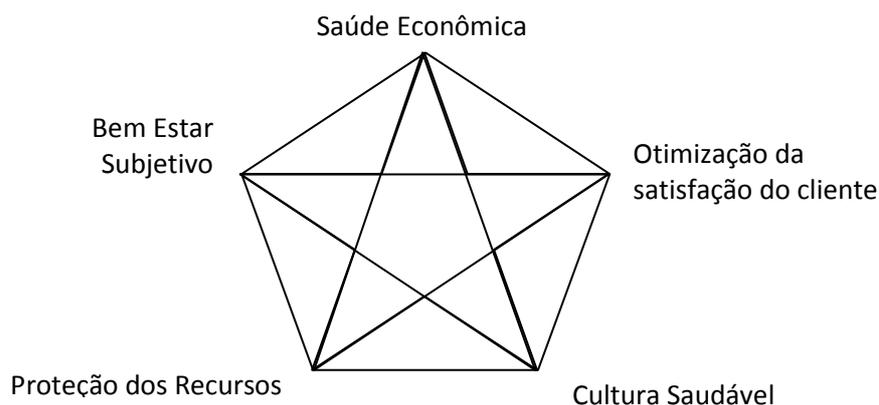


Figura 17: Pentágono mágico de Müller.
Fonte: Sharpley, 2009, p. 60.

A busca pela sustentabilidade nos processos de desenvolvimento turístico passou, então, a partir dos anos 1990, a ser tratada com maior propriedade, tomando as práticas de conservação e de preservação dos recursos naturais, de valorização da identidade cultural, e de canalização dos benefícios econômicos para as comunidades locais, como razões fundamentais para o equilíbrio da atividade, e não apenas como uma “boa ideia”.

De acordo com France (1997) os critérios de sustentabilidade devem estar presentes na estrutura de desenvolvimento turístico, fazendo com que este deva:

- Ser ecologicamente suportado e economicamente viável, simultaneamente;
- Distribuir equitativamente seus benefícios;
- Observar a ética e ser socialmente aceito pela comunidade receptora;
- Integrar-se com todos os aspectos do ambiente, de modo a respeitar áreas frágeis e a capacidade de suporte das áreas visitadas;
- Incentivar a participação de todos os atores envolvidos, pois a conservação da herança cultural e natural envolve cooperação, planejamento e manejo;
- Garantir a satisfação do turista e, concomitantemente, direcionar o seu comportamento no sentido da conservação dos ambientes e respeito à cultura local;
- Estar integrado à economia local e promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades receptoras;
- Ser necessariamente planejado e aplicar os princípios de sustentabilidade a todos os componentes do produto turístico (desde os transportes utilizados, a harmonia das instalações construídas com o ambiente, a questão do saneamento, o uso eficiente de energia etc.);
- Realizar *marketing* responsável;
- Pesquisar e monitorar a atividade turística de modo a garantir que o desenvolvimento dessa atividade aconteça de acordo com os princípios e critérios da sustentabilidade, de maneira que os avanços sejam mantidos, evitando retrocessos. (FRANCE, 1997 *apud* BRASIL, 2008, p. 44-5)

A lista de critérios apresentada por France para se atingir a sustentabilidade da atividade turística pode ser complementada, ainda, com cinco princípios destacados por Garrod & Fyall (1998): (a) redução do excesso de consumo e do desperdício, pensando que esses podem evitar os custos para o restabelecimento do ambiente degradado e melhorando a qualidade do turismo; (b) integração entre os poderes público e privado, trabalhando de forma articulada na busca por soluções de conflitos e problemas identificados; (c) qualificação de mão de obra local para atuação em todos os níveis do setor; (d) comercialização do turismo com responsabilidade para o aumento do respeito por ambientes culturais, sociais e naturais locais; (e) desenvolvimento de pesquisas para análise do quadro situacional do destino, pensando na melhoria da atividade e na minimização dos impactos e problemas.

Ainda no início da década de 1990 surgem novas definições de turismo sustentável, elaboradas pelo Fundo Mundial para a Vida Selvagem (WWF) em parceria com o *Tourism Concern*²⁶, e pela OMT, as quais afirmam que o turismo sustentável é aquele que:

Opera dentro das capacidades naturais de regeneração e produtividade futura dos recursos naturais; reconhece a contribuição que as pessoas e comunidades, costumes e estilos de vida fazem à experiência do turismo; aceita que estas pessoas devam ter uma participação equitativa nos benefícios econômicos do turismo; e é guiado pelos desejos das pessoas e comunidades locais nas áreas visitadas. (EBER, 1992, *apud* DIAS, 2008, p. 59)

(...) vai ao encontro das necessidades atuais dos turistas e das regiões anfitriãs e, ao mesmo tempo, garante oportunidades para o futuro. É a gestão de todos os recursos de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas mantendo-se, ao mesmo tempo, a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de apoio à vida. (OMT *apud* COOPER, 2007, p. 271)

Baseado em uma densa e extensa revisão de literatura, Jackie Clarke (1997) propõe um quadro composto de quatro posições, cronologicamente sequenciadas, de abordagens para o turismo sustentável como posse ou objetivo. Tais posições são: (a) polares opostos, (b) continuidade, (c) movimento e (d) convergência.

Na primeira abordagem apresentada por Clarke (polares opostos) – Figura 18 - o “turismo de massa” e o “turismo sustentável” são concebidos como pólos opostos. Clarke (1997) afirma que o turismo sustentável e o turismo de massa vinham seguidos de esteriótipos como o “bom” e o “mau”, delegando ao turismo de massa todos os impactos sociais e ambientais negativos, caracterizando-o como um turismo “destrutivo” que deveria se repulsado pelo turismo sustentável.

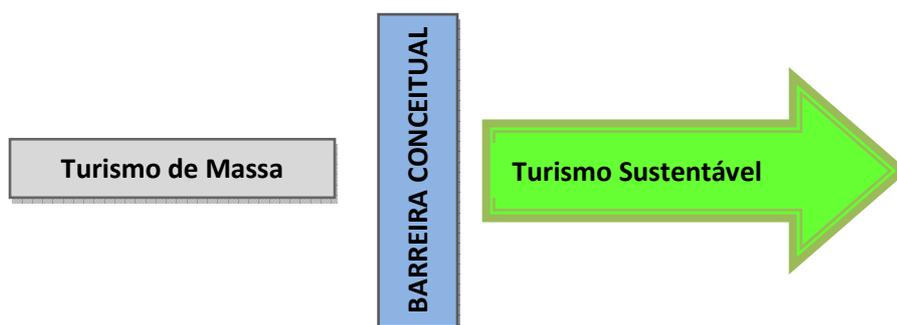


Figura 18: Polar Opposites

Fonte: Clarke, 1997, p. 225 (adaptado pelo autor).

²⁶ Interessados no Turismo. (NT)

A segunda abordagem - seguindo o trabalho de Clarke (1997) - reconhecia que o turismo sustentável, em sua estrutura de desenvolvimento, acabava por se utilizar da infraestrutura, do transporte e da reserva do turismo de massa, acompanhando a estrutura industrial do turismo. Porém, se mal gerido, teria potencial para acarretar um novo processo de desenvolvimento do turismo de massa. Nesse sentido, Clarke (1997) destaca que a interpretação simples de pólos opostos foi então ajustada para a “continuidade” (*continuum*) entre os dois extremos (Figura 19).

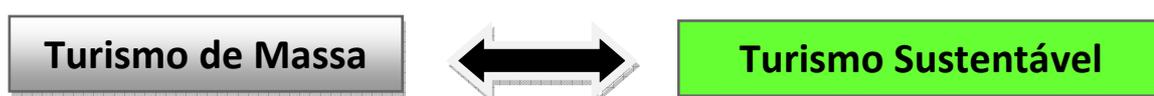


Figura 19: *Continuum*

Fonte: Clarke, 1997, p. 226 (adaptado pelo autor).

As críticas direcionadas às abordagens supracitadas resultaram na terceira abordagem: movimento (*movement*). Clarke (1997) relata que nessa nova abordagem faz-se um alinhamento mais próximo do desenvolvimento sustentável, focando a transformação (reforma) do entendimento de turismo de massa para formas mais sustentáveis.

Grosso modo, o turismo sustentável passou a ser entendido sob o “movimento” (transformação) – ver Figura 20 - de três dimensões principais (Clarke, 1997, p. 227):

(1) a questão de pequena e larga escala se tornou menos emotiva e mais objetiva, recriando o turismo de massa como objeto de melhoria, contrário ao seu entendimento anterior de “vilão ridicularizado”;

(2) o turismo sustentável passou a ser entendido como um objetivo a ser atingido, e não mais como um fator de posse de uma escala de turismo existente;

(3) abandonou-se o debate do “é ou não é turismo sustentável”, e operacionalizou-se o conhecimento atual com um enfoque mais prático para se atingir a meta final.

A quarta e última abordagem culmina na questão da “convergência” (*convergence*) na qual se entende o turismo sustentável ainda como uma meta, mas que, diferentemente da abordagem anterior, deveria ser buscado e alcançado independentemente da escala de turismo (Clarke, 1997). Segundo Clarke (1997) a interpretação do turismo sustentável em larga escala possui uma perspectiva predominantemente física e ecológica, enquanto que a em pequena escala oferece um cunho social de uma plataforma local ou do destino.

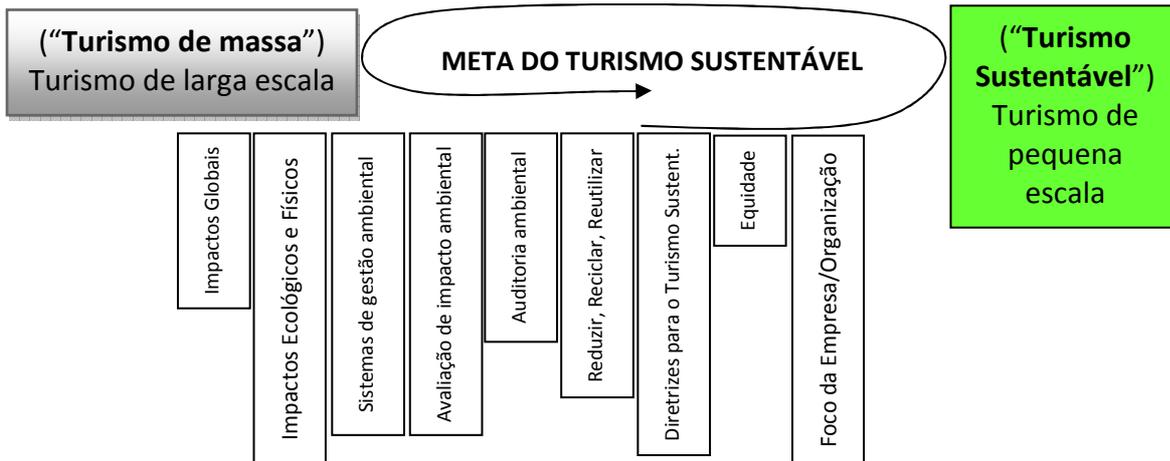


Figura 20: Movement

Fonte: Clarke, 1997, p. 228 (adaptado pelo autor).

Nessa abordagem o conceito de turismo sustentável, conjuntamente aos seus objetivos, não são os mais importantes (até porque deve-se aceitar que sua definição está em constante evolução), mas sim o movimento geral na direção correta (ver Figura 21).

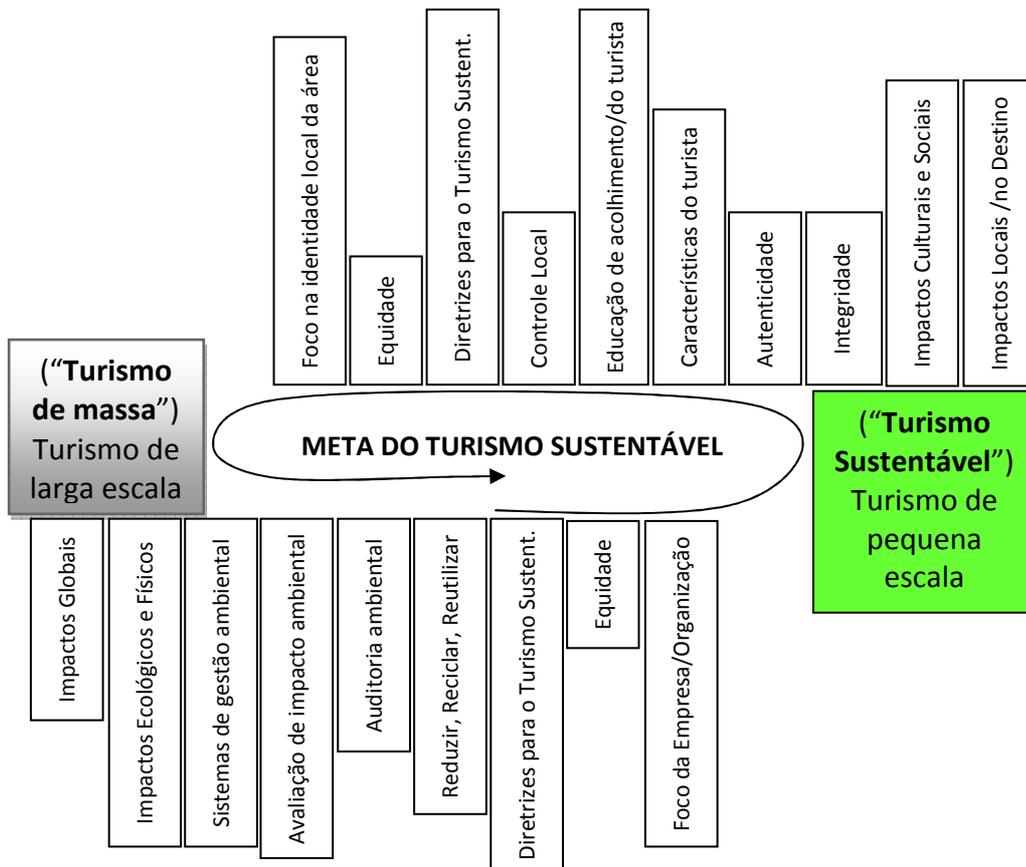


Figura 21: Converge

Fonte: Clarke, 1997, p. 230 (adaptado pelo autor).

No entanto, Sharpley (2009) reflete que mesmo com a criação de tantas teorias e estudos sobre turismo sustentável buscando a conscientização dos envolvidos, principalmente dos turistas, na prática ambientalmente consciente da atividade, ainda é necessário que haja uma transformação de valores sociais nas formas de consumo do turismo:

O desenvolvimento do turismo sustentável exige, em geral, uma transformação nos valores sociais e estilos de vida e, em particular, na adoção do consumo 'responsável'. No entanto, apesar de estudos que sugerem uma maior consciência ambiental por parte dos turistas, há pouca evidência para sugerir que, na realidade, formas mais adequadas ou aceitáveis de consumo do turismo estão sendo adotadas. (2009, p. 78 – tradução do autor)

Na mesma década (90) é realizada a Conferência Rio-92 (CNUMAD²⁷), na qual o setor de turismo aparece de forma pontual, sem muitas citações em suas discussões. O principal documento da Conferência, a Agenda 21, menciona o turismo nas sessões com temáticas voltadas à “Conservação e Gestão dos Recursos”, “Luta contra o desflorestamento”, “Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Montanha”, e “Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentáveis”. Porém, em todas estas vertentes, o turismo foi mencionado de maneira superficial (DIAS, 2008).

No mesmo ano, por meio da união de esforços entre o Conselho Mundial da Indústria de Viagens e Turismo (WTTC), a Organização Mundial de Turismo (WTO) e o Conselho da Terra, foi desenvolvido, e publicado pela OMT em 1994, o documento “Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo”. Esse documento, preparado como um plano de ação para o turismo, reconhecia os pressupostos do desenvolvimento sustentável e suas práticas como aspectos centrais do negócio do turismo. Como forma de compensar as poucas citações ao turismo na Agenda 21, na Rio 92, realizou-se, no ano de 1997, a 19ª sessão da Assembléia Geral da ONU quando vários parágrafos foram dedicados à temática do turismo sustentável. (DIAS, 2008)

Em 1999, a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CDS) “divulga um informe sobre Turismo e desenvolvimento sustentável, no qual estabelece um programa de trabalho internacional sobre desenvolvimento do turismo sustentável” (DIAS, 2008, p. 61).

²⁷ Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.

No mesmo ano é apresentado o Código Mundial de Ética do Turismo em uma assembleia geral da OMT, em Santiago do Chile. No referido documento, mais especificamente no Artigo 5 (“O turismo, atividade benéfica para os países e as comunidades de destino”), podemos destacar um parágrafo de alta relevância para a análise do turismo sustentável no presente trabalho:

As populações e comunidades locais se associarão às atividades turísticas e terão uma participação equitativa nos benefícios econômicos, sociais, e culturais, especialmente se beneficiando da criação direta e indireta de empregos. (BRASIL, Ministério do Turismo, 2007, p. 119)

Por fim, em 2002, com a realização da Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, na África do Sul, foi gerado, como documento principal, o plano de implementação das resoluções do encontro, no qual pôde ser destacado um parágrafo específico sobre turismo (número 41), com medidas gerais de contribuição do turismo para o desenvolvimento sustentável. (DIAS, 2008)

Nos últimos anos o modelo de turismo sustentável vem sendo utilizado por órgãos governamentais como um instrumento de real contribuição para o DS, por meio de sua utilização: na recuperação de antigas cidades industriais (EUA e Reino Unido); na base da economia rural e das sociedades rurais (França, Itália, Espanha e Portugal); no fortalecimento de economias emergentes (Cuba, Vietnã, Cambodja e Laos); etc. (SWARBROOKE, 2000)

Porém, alguns elementos ainda estão sendo desconsiderados dos modelos de turismo sustentável, dentre eles o objeto deste estudo: a inserção socioeconômica na cadeia produtiva do turismo. Beni (2003) ressalta que os modelos de turismo sustentável aplicados atualmente:

(...) Também desconsideram **a inserção da população residente no processo produtivo** e, com isso, não atentam até para o sistema de gestão, infra-estrutura, equipamentos e serviços receptivos, e a competitividade local, regional e internacional dos preços praticados na comercialização do produto turístico final. Conforme por nós entendido, o conceito de turismo sustentável deve ser ampliado (...) e, portanto, definido como um processo preservacionista estratégico de desenvolvimento interativo e articulado, espacialmente delimitado e localizado. (BENI, 2003, p. 116, grifo do autor)

Concorda-se com Swarbrooke (2000) ao afirmar que o turismo sustentável somente pode ser administrado com êxito se as inter-relações entre todas as suas dimensões forem

completamente identificadas. Para tanto, serão apresentadas no tópico seguinte as dimensões que compõem o turismo sustentável.

2.3. DIMENSÕES DO TURISMO SUSTENTÁVEL

Tendo como preceito básico deste trabalho a busca pelo equilíbrio da atividade turística em Barreirinhas, por meio da maximização dos impactos positivos e da minimização dos impactos negativos, vê-se necessário um maior aprofundamento nas três ramificações de sustentabilidade onde o turismo se insere. São elas:

- (a) Dimensão **Ambiental** da Sustentabilidade
- (b) Dimensão **Econômica** da Sustentabilidade
- (c) Dimensão **Social e Cultural** da Sustentabilidade

2.3.1. Dimensão Ambiental da Sustentabilidade

O meio ambiente pode ser entendido como as condições, influências ou mesmo as circunstâncias que cercam e afetam o desenvolvimento de um organismo, ou mesmo um grupo de organismos (CEBALLOS-LASCURÁIN, 2001). Mais precisamente, define-se como “a biosfera, isto é, as rochas, a água e o ar que envolvem a Terra, juntamente com os ecossistemas que eles mantêm” (HOLDER, 1991, p. 279).

Constituído como a matéria-prima para o desenvolvimento da atividade, o meio ambiente é consumido pela indústria do turismo moderno - moldada da racionalidade capitalista de consumo dos recursos naturais para obtenção de renda (DIAS, 2008) – por vezes, sem o ordenamento das ações antrópicas sobre os ambientes, muitos deles extremamente sensíveis.

Os autores Lickorish e Jenkins (2001) analisam essa inter-relação entre a atividade turística e o meio ambiente e a necessidade de um adequado planejamento das atividades, destacando que:

O relacionamento entre o meio ambiente e o turismo é muito próximo. Muitos recursos do meio ambiente são atrações para os turistas. As instalações e a infra-estrutura do turismo compreendem um aspecto do meio ambiente construído. O desenvolvimento do turismo e o uso de uma área geram impactos ambientais. É essencial que esses relacionamentos sejam compreendidos a fim de se planejarem, desenvolverem e gerenciarem os recursos adequadamente. (LICKORISH; JENKINS, 2001, p. 117)

Os impactos causados pelo turismo de massa²⁸ sobre o ambiente natural e sobre os recursos disponíveis que o compõe passaram a afetar não somente os visitantes, mas principalmente, as comunidades locais que dispunham desses recursos para a própria sobrevivência. Ruschmann (1997, p. 110) descreve esses impactos da seguinte forma:

O excesso de turistas conduz ao superdimensionamento dos equipamentos destinados a alojamento, alimentação, transporte e entretenimento, que impreterivelmente ocupam grandes espaços – agredindo paisagens e destruindo ecossistemas. Além disso, a falta de “cultura turística” dos visitantes faz com que se comportem de forma alienada em relação ao meio que visitam – acreditam que não têm nenhuma responsabilidade na preservação da natureza e na originalidade das destinações.

Alguns desses impactos negativos resultantes da atividade turística que influem diretamente no sistema natural são ressaltados por Dias (2008, p. 24-5):

- Grande urbanização de áreas rurais, sem planejamento e infraestrutura sanitária adequadas. Particularmente importante são as áreas próximas a represas, a santuários paisagísticos, praias de rara beleza etc.;
- Aumento de resíduos de todo tipo, particularmente os sólidos, que modificam a paisagem e o meio ambiente. São particularmente significativos os sacos de lixo e os vasilhames de bebidas em lugares públicos;
- Com o aumento de pessoas nas zonas naturais, há uma fuga da fauna silvestre e a diminuição de sua capacidade de reprodução. As espécies vegetais, por sua vez, são recolhidas de forma irresponsável, quando não destruídas pelo volume de trânsito no local;
- Modificações significativas e irreversíveis na paisagem, pela proliferação de infraestruturas e construções. Aqui se incluem a abertura de novas vias de comunicação, instalações turísticas de todo tipo etc.

Segundo Swarbrooke (2000), para se atingir a sustentabilidade ambiental no desenvolvimento do turismo é necessário que seja seguido um conjunto de princípios, dentre eles:

²⁸ Segundo Ruschmann (1997, p. 110) o turismo de massa é “caracterizado pelo grande volume de pessoas que viajam em grupos ou individualmente para os mesmos lugares, geralmente nas mesmas épocas do ano”.

1. **Pensamento Holístico (o Conceito de Ecossistemas):** deve-se definir o conceito de “ecossistemas” e, a partir dele, elaborar um plano de gestão;
2. **Controle dos Impactos Negativos:** Criar um sistema e uma legislação que contribua para o controle mais efetivo do uso do solo, visando a redução dos impactos negativos;
3. **Encorajamento de Práticas Corretas:** estimular práticas corretas como a eficiência no uso de energia e dos recursos naturais disponíveis no ambiente;
4. **O Despertar da Consciência entre Turistas e a Indústria do Turismo:** fomentar a conscientização das empresas de turismo e do próprio turista quanto aos impactos desses atores sobre o meio ambiente;
5. **Manutenção de um Equilíbrio entre Conservação e Desenvolvimento:** encontrar um ponto de equilíbrio entre o desenvolvimento da atividade gerando benefícios econômicos e sociais para a população local e a conservação do meio ambiente em seu estado atual.

2.3.2. Dimensão Econômica da Sustentabilidade

Se tivermos presentes que o turismo no Brasil é responsável pelo valor bruto agregado de produção de R\$ 76 bilhões, o que representa 2,47% das pessoas ocupadas e 3,36% (R\$ 15,3 bilhões) do total das remunerações no País (IBGE, 2007), poderemos compreender a importância desse setor na dinâmica e no desempenho econômico brasileiro na atualidade.

Nota-se, ainda, segundo pesquisas realizadas por Mollo & Takasago (2008, p. 91), a notória contribuição do turismo para o PIB nacional, atingindo 2,8%.

Entre 1950 e 2000, os deslocamentos internacionais cresceram vertiginosamente de 25 para 699 milhões de turistas por ano (OMT, 2002).

As atividades de viagens e turismo, no mundo, contribuíram com o PIB em 9,2% (US\$5.751 bilhões) em 2010, gerando, até 2009, mais de 235 milhões de empregos no setor turístico, o que representa, atualmente, 1 em cada 12 empregos em 2010 (WTTC, 2010). O turismo emprega 8% da força de trabalho global (Tourism Concern, 2010).

Para o conjunto da economia brasileira, o turismo apresentou uma composição mais intensiva de mão-de-obra em sua estrutura produtiva do que a observada para outros setores (IBGE, 2007).

Nota-se, então, que o turismo é uma das principais atividades econômicas geradoras de trabalho, emprego e renda, além de ser um importante dinamizador da economia local. Cooper, porém, pede atenção e precaução ao se analisar os dados expressos e publicados em diferentes meios, pois “da mesma forma que a bibliografia tende a exagerar os impactos negativos do turismo sobre as sociedades e o meio ambiente que o recebem, o impacto positivo do turismo sobre as economias é, muitas vezes, superestimado” (2007, p. 169).

Swarbrooke (2000, p. 93) afirma que o turismo é um fenômeno de grande força em todo o mundo, dado que o turismo:

- É a principal indústria e o principal motivo de entrada de divisas em moeda estrangeira em muitos países emergentes;
- é a base do crescimento de muitas empresas multinacionais;
- integra em proporção significativa a renda anual disponível de muitos povos nos assim chamados países desenvolvidos;
- consome bilhões em dinheiro todos os anos em investimentos de infraestrutura no setor público.

De qualquer forma, é importante ressaltar que a atividade turística traz, além de todos os seus muitos benefícios econômicos, custos econômicos que também devem ser contabilizados. Um projeto que canalize amplos benefícios econômicos a uma determinada região pode, da mesma forma, gerar altos custos para uma pequena parcela da população autóctone.

Nesse sentido, segundo Swarbrooke (2000), a análise de custo-benefício pode contribuir para a tomada de decisões e direcionamentos nos processos de desenvolvimento do turismo local. A Tabela 23 apresenta alguns exemplos de custos e benefícios resultantes da atividade turística:

Tabela 23: Custos e Benefícios resultantes da atividade turística

Benefícios	Custos
<ul style="list-style-type: none">• Criação de empregos• Injeção de renda na economia local pelo efeito multiplicador• Auxílio para a manutenção da viabilidade dos negócios locais• Reforma e reestruturação da economia em cidades e metrópoles onde outras atividades industriais estão em declínio• Estímulo a investimentos internos e industriais	<ul style="list-style-type: none">• Muitos empregos são mal remunerados e/ou sazonais• Custos de ocasião, ex: dinheiro investido em turismo que não poderá ser usado posteriormente para outras finalidades• Congestionamento• A necessidade de investir em infraestrutura dispendiosa que pode ser usada apenas em parte do ano• Excessiva dependência do turismo, tornando a economia local vulnerável a mudanças no mercado de turismo

Fonte: SWARBROOKE, 2000, p. 95 (adaptado pelo autor).

Mesmo com a gradual ascensão dos benefícios e diminuição dos custos, a sustentabilidade econômica na atividade turística deve priorizar importantes termos econômicos, como destaca Swarbrooke (2000):

1. Otimização dos benefícios econômicos do turismo diante da minimização dos custos econômicos;
2. Garantia de distribuição equitativa dos benefícios econômicos por toda a comunidade local, em especial os grupos economicamente mais carentes;
3. Certificação de pagamento de preço justo por parte dos turistas;
4. Ação de divisão imparcial dos custos entre a indústria do turismo e os órgãos governamentais locais;
5. Proteção de empresas locais quanto a concorrência desigual com empresas estrangeiras que não tenham compromissos notórios com o destino;
6. Redução da fuga de capital da economia local.

2.3.3. Dimensão Social e Cultural da Sustentabilidade

Pensando que o turismo é fruto do consumo *in situ* dos produtos oferecidos nos destinos, e que o contato entre visitantes e residentes é inerente à esse processo, toma-se

agora como foco de análise as implicações (impactos negativos e positivos) nos âmbitos social e cultural decorrentes da potencialização da atividade turística em seu meio de atuação.

Alguns aspectos como a intangibilidade e invisibilidade contribuem para que os impactos socioculturais, decorrentes da prática turística, não recebam – na maioria das vezes - o mesmo grau de atenção que os impactos ambientais recebem nas discussões sobre turismo sustentável (SWARBROOKE, 2000).

Cooper (2007, p. 257), por sua vez, acrescenta que esses fatores socioculturais são, em geral, de difícil medição e quantificação, ressaltando que:

Ao mesmo tempo em que a economia e muitos dos indicadores ambientais se prestam a uma quantificação objetiva, os impactos socioculturais são, em geral, qualitativos e subjetivos. A natureza desses impactos poderá envolver desde situações óbvias e mensuráveis, como a propagação de doenças ou de vírus, até aqueles que são difíceis de identificar e medir, como alterações nos costumes e nos padrões de conduta. Por outro lado, há impactos que podem ser identificáveis, como o aumento nos índices de criminalidade, de uso de drogas e de prostituição, mas são difíceis de serem atribuídos ao turismo, mais do que a outros fatores ou outras influências (como a intrusão dos meios de comunicação).

Por ocorrem, geralmente, de maneira discreta e gradual os impactos de âmbito social, incluindo o cultural, se manifestam através dos mais diversos aspectos, seja pelo comportamento dos grupos e indivíduos locais, por seus estilos de vida, ou mesmo pela representação em sua arte como o artesanato (COOPER, 2007).

O autor destaca, ainda, diferentes formas de representação dos impactos, positivos e negativos, resultantes da implementação da atividade turística em uma localidade:

Os impactos podem ser positivos, como nos casos em que o turismo preserva ou mesmo resgata as habilidades artesanais da comunidade, ou incentiva o intercâmbio cultural entre duas populações diferentes. Os impactos também podem ser negativos, como a comercialização e a degeneração das artes e do artesanato e a comercialização de cerimônias e rituais dos grupos locais. Os impactos podem prejudicar também o intercâmbio cultural, apresentando uma visão limitada e distorcida das populações visitadas (COOPER, 2007, p. 238).

É importante mencionar que as abordagens tradicionais, amplamente utilizadas em estudos e trabalhos da área de turismo, que correlacionam os impactos socioculturais com o contato direto entre a população local e os visitantes são bastante limitadas. “O verdadeiro

impacto sociocultural do turismo é muito mais abrangente e engloba efeitos diretos e indiretos, de forma semelhante aos impactos econômicos” (COOPER, 2007, p. 238)

Para Swarbrooke (2000, p. 112) há um grande número de fatores que caracteriza o resultado dos impactos socioculturais como positivos ou negativos, com destaque para:

- A força e a coerência da sociedade e da cultura locais;
- A natureza do turismo na localidade;
- O grau de desenvolvimento econômico e social da população local em relação aos turistas;
- As medidas tomadas, se for o caso, pelo setor público para administrar o turismo de modo a minimizar seus custos socioculturais.

No que tange sustentabilidade social, especificamente, Swarbrooke (2000) resume que essa só pode ser atingida por meio da implementação de quatro “E”s nos processos de desenvolvimento turístico:

- **Equidade:** assegurando o tratamento de todos os que investem no turismo de forma justa;
- **Equivalência de oportunidades:** tanto para a indústria do turismo quanto para os que desejam ser turistas;
- **Ética:** honestidade da indústria do turismo com os turistas e tratamento ético com seus fornecedores. Ética dos governos locais com a sua população e com seus visitantes;
- **Equivalência de parceria:** visitantes tratando os prestadores de serviços como parceiros iguais e não mais como subalternos.

Nesse sentido, Swarbrooke (2000, p.123) conclui que o turismo sustentável deve ser moldado, em sua dimensão para a sustentabilidade social, buscando atingir os princípios de:

- Tratamento justo a todos os participantes do turismo;
- Oportunidades iguais para todos os empregados independentemente de sua idade, sexo, raça ou incapacidade;
- Aumento das oportunidades para as pessoas de qualquer parte do mundo que queiram viajar nas férias;
- Tratamento dos habitantes locais e das equipes envolvidas de modo igual, não como inferiores e serviçais em relação aos turistas;
- Administrar o turismo de maneira que a população local possa manter sua dignidade e orgulho em si mesmos e em sua comunidade;
- Boicote do turismo nos países onde são negados direitos humanos à população local;

- Desenvolvimento do conceito de “comércio justo” no turismo, em que seja exigido dos turistas o pagamento de um preço justo pelas férias que desfrutaram, e em que os benefícios do turismo sejam amplamente distribuídos pela comunidade local.

2.4. OS BENEFÍCIOS DO TURISMO SUSTENTÁVEL

Para a identificação de como o turismo pode contribuir para o desenvolvimento sustentável é necessário que se tenha uma boa compreensão sobre as interações entre os atores do sistema turístico, bem como as estruturas governamentais de poder e seu engajamento na promoção de metas de sustentabilidade (BUDEANU, 2004, tradução do autor).

Ainda que o setor de turismo gere impactos diretos nos âmbitos social, ambiental e econômico (como apresentado no tópico anterior), muitos desses impactos podem ter resultados positivos relevantes, tanto para a comunidade local quanto para todo o sistema que compõe a cadeia produtiva do setor.

A OMT (2010), por exemplo, sinaliza para o potencial do turismo no desempenho de um papel significativo na redução da pobreza, sendo cada vez mais reconhecido por organismos internacionais e governos nacionais, destacando que a expansão geográfica e a natureza intensiva em trabalho e emprego podem ser, particularmente, relevantes em áreas remotas e rurais, onde vivem muitos moradores de baixa renda.

Segundo dados estatísticos da OMT (2010), há uma crescente estruturação da indústria do turismo para países em desenvolvimento. No ano de 2005, as receitas do turismo internacional para países em desenvolvimento (de baixa renda) teve uma ascensão de 203 bilhões de dólares. A OMT (2010, tradução do autor) afirma que “o turismo é um dos principais setores de exportação dos países em desenvolvimento, e é a principal fonte de divisas em 46 dos 49 países menos desenvolvidos”.

Para reconhecimento dessa amplitude de atuação apresenta-se, então, uma lista dos principais benefícios compilados pela OMT (1993, p. 12), decorrentes da estruturação e da efetivação dos princípios do turismo sustentável. A lista desses benefícios segue abaixo:

- O turismo sustentável estimula uma compreensão dos impactos do turismo nos ambientes natural, cultural e humano;
- O turismo sustentável assegura uma distribuição justa de benefícios e custos;

- O turismo gera empregos locais, tanto diretos quanto indiretos em outros setores de suporte e de gestão de recursos;
- O turismo estimula indústrias domésticas lucrativas – hotéis e outros tipos de alojamento, restaurantes e outros serviços de alimentação, sistemas de transporte, artesanato e serviços de guias locais;
- O turismo gera entrada de divisas para o país e injeta capital e dinheiro novo na economia local;
- O turismo diversifica a economia local, principalmente em áreas rurais onde o emprego agrícola pode ser esporádico ou insuficiente;
- O turismo sustentável procura tomar decisões em todos os segmentos da sociedade, inclusive populações locais, de forma que o turismo e outros usuários dos recursos possam coexistir. Ele incorpora planejamento e zoneamento assegurando o desenvolvimento do turismo adequado à capacidade de carga do ecossistema;
- O turismo estimula o desenvolvimento do transporte local, das comunicações e de outras infraestruturas básicas da comunidade;
- O turismo cria facilidades de recreação que podem ser usadas pelas comunidades locais, e não só por turistas domésticos ou internacionais. Ele também estimula e auxilia a cobrir gastos com preservação de sítios arqueológicos, construções e locais históricos;
- O turismo natural encoraja o uso produtivo de terras que são consideradas marginais para a agricultura, permitindo que vastas regiões permaneçam cobertas por vegetação natural;
- O turismo cultural intensifica a autoestima da comunidade local e oferece a oportunidade de uma maior compreensão e comunicação entre os povos de formações diversas;
- O turismo sustentável do ponto de vista do meio ambiente demonstra a importância dos recursos naturais e culturais para a economia de uma comunidade e seu bem-estar social, e pode ajudar a preservá-los;
- O turismo sustentável monitora, assessora e administra os impactos do turismo, desenvolve métodos confiáveis de obtenção de respostas e opõe-se a qualquer efeito negativo. (SWARBROOKE, 2000, p. 14-5)

2.5. O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL EM BARREIRINHAS: A SUSTENTABILIDADE NA ENCRUZILHADA

Ao pensarmos o turismo como uma atividade voltada ao lazer, sua prática já não é mais vista como “uma prerrogativa de alguns cidadãos privilegiados; sua existência é aceita e constitui parte integrante do estilo de vida para um número crescente de pessoas em todo o mundo” (RUSCHMANN, 1997, p. 13).

Mais do que a ideia do turismo como um vetor de lazer, Trigo (1998, p.11) identifica o turismo como um direito do ser humano, voltado à contemplação do lúdico para o atendimento de suas necessidades:

O turismo faz parte de um universo maior denominado *lazer*. Entende-se por lazer todas as atividades desenvolvidas fora do sistema produtivo (trabalho), das obrigações sociais, religiosas e familiares. O lazer é uma necessidade e um direito tão legítimo do ser humano quanto educação, saúde, transporte ou segurança. O ser humano é um animal muito especial e complexo, que não se contenta apenas com o mínimo indispensável à sua sobrevivência. Sua vida envolve aspectos mais amplos, como os lúdicos, imaginativos e criativos.

Dentre o conjunto de necessidades básicas como educação, saúde e moradia, está o restabelecimento físico e mental do homem. Em meio à crise ambiental dos séculos XX e XXI, o estilo de vida atual tem conduzido as populações a buscarem o contato direto com a natureza durante seu tempo de lazer, como alternativa para fugir dos tumultos dos grandes conglomerados urbanos, buscando recuperar o equilíbrio psicofísico pelo contato com o meio ambiente (RUSCHMANN, 1997).

Entende-se, neste trabalho, que o lazer proporcionado pelo turismo pode e deve ser desenvolvido em regiões possuidoras de um potencial ambiental-natural propício, porém, pautando suas atividades no aproveitamento sustentável dos recursos disponíveis.

Sachs (2002) relata que o aproveitamento sustentável dos recursos naturais poderia, ainda, fazer parte de um processo de desenvolvimento endógeno, em benefício da população residente:

De modo geral, o objetivo deveria ser o do estabelecimento de um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais, levando-as a incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente de estratégia de desenvolvimento. Daí a necessidade de se adotar padrões negociados e contratuais de gestão da biodiversidade. (SACHS, 2002, p.53)

Pensando no potencial natural singular encontrado na região do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (principal alvo de exploração turística do Estado do Maranhão) essa estratégia de desenvolvimento endógeno - destacada por Sachs – serviria de estímulo para a melhoria na qualidade de vida das populações residentes, haja vista o quadro de pobreza e os baixos índices de desenvolvimento humano encontrados.

O aproveitamento do setor de turismo como ferramenta potencial de combate à desigualdade e à pobreza é tratado por Andrade *et al* (2008, p. 95), ao afirmarem que:

a atividade turística pode ter um papel importante na redução da desigualdade, por ser uma atividade cujo serviço, produzido por pessoas de baixa renda, pode ser vendido a pessoas mais ricas no país. Isso vem de certa forma sendo confirmado em alguns trabalhos recentes sobre o papel que o turismo vem desempenhando na redução da pobreza no Brasil.

Todavia, o que se nota em Barreirinhas (portão de entrada do Parque Nacional), por meio de incursões anteriores à pesquisa e pelo trabalho de campo realizado, é um modelo de desenvolvimento contrário ao modelo supracitado. Suas características parecem estar mais voltadas para um modelo de crescimento econômico permeado pela concentração de riquezas por um mercado fortemente segmentado, o qual mantém uma grande parcela da maioria trabalhadora confinada a atividades informais, não direcionando benefícios e melhorias para as comunidades locais.

Pochmann (2004) caracteriza essa estrutura de trabalho – confinamento a atividades informais desprovidas de um conjunto de benefícios - como uma representação de exclusão social:

(...) o critério de exclusão social capta de forma mais abrangente as várias formas de inserção precária ou de falta de acesso a um conjunto de bens sociais. Associa-se mais de perto ao que Amartya Sen chamou de restrição às liberdades instrumentais, tais como: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora (POCHMANN, 2004, p. 67-8).

A origem do termo “exclusão social” está, segundo Rogers *et al* (2008), no ano de 1974, quando o filósofo francês Rene Lenoir utilizou o termo ao referir-se ao décimo da população francesa composta por deficientes mentais e físicos, suicidas, idosos, crianças maltratadas, tóxico dependentes, delinquentes, famílias monoparentais e disfuncionais, pessoas marginalizadas, dentre outros “desajustes” sociais.

Embora Lenoir tivesse criado o termo, outros nomes como o do filósofo grego Aristóteles e do economista político escocês e filósofo Adam Smith já exploravam alguns dos conceitos inseridos no termo de exclusão social. Tais pensadores traçavam uma linha tangente entre a exclusão e a falta de escolha individual, ou a liberdade de fazer escolhas (ROGERS *et al*, 2008).

A partir do estudo intitulado “*Social Exclusion: Concept, Application and Scrutiny in 2000*”, do vencedor do prêmio Nobel, Amartya Sen, pôde-se identificar duas grandes categorias da exclusão social: exclusão social ativa e exclusão social passiva.

- Exclusão social ativa – algo promulgado por lei ou por pronunciamento, como não permitir que um grupo de pessoas, por conta de sua etnia ou qualquer outra razão que a define, possa participar de um processo político.
- Exclusão social passiva – algo que vem através de processos sociais (em oposição ao legal) tais como pobreza ou isolamento. Ninguém pode excluir uma pessoa de comprar comida ou de participar em alguma atividade social, mas por conta de uma economia estagnada ou uma crise financeira, ele ou ela pode não ser capaz de pagá-lo, portanto, ser excluído. (ROGERS *et al*, 2008, p. 246)

Pochmann destaca que o combate à exclusão social no Brasil tem sido acompanhado, normalmente, por outros problemas sociais:

No caso do Brasil, a exclusão social tem se mostrado um fenômeno essencialmente complexo. Isto porque os avanços no combate às velhas formas de exclusão social (analfabetismo e pobreza absoluta) nos últimos vinte anos, têm sido ultrapassados pela expansão do desemprego, da violência e pela ampliação da desigualdade sob novas formas (POCHMANN, 2004, p. 68).

A expansão do desemprego acaba sendo acompanhada, substancialmente, pela informalidade nas atividades econômicas, característica dos processos de exclusão social, à qual possui, segundo Sachs (2004), uma distorção recorrente em suas idealizações, baseada em duas visões distintas: estratégias de sobrevivência e estratégias de desenvolvimento. Segundo este autor, mesmo tratando-se de propostas criativas, as primeiras só conseguem oferecer – às custas de sacrifícios e de muitas dificuldades - rendimentos insuficientes aos trabalhadores.

Em Barreirinhas os reais benefícios econômicos parecem estar concentrados nas mãos de poucos grandes empreendedores que dominam as ramificações da cadeia produtiva do turismo local, não criando condições efetivas para a inserção de uma parcela importante das comunidades barreirinhenses nessa cadeia.

Nota-se, então, que os benefícios advindos do turismo em Barreirinhas são distribuídos de forma acentuadamente assimétrica entre os diversos grupos de atores locais, o que faz com que muitos desses grupos permaneçam em condições de extrema pobreza (o conceito de “pobreza” é apresentado no Box 2).

A definição de **pobreza** possui uma dimensão subjetiva. Qual o critério para se definir o que uma sociedade num determinado momento considera como o mínimo necessário para se viver com dignidade? (...) Se por um lado, a definição de uma determinada linha de pobreza por corte de renda torna este conceito mais preciso e mensurável, por outro lado, não se soluciona a discussão metodológica, já que novas formas de exclusão não relacionadas à baixa renda continuam se expandindo, tornando a realidade social cada vez mais complexa.

Box 2: Definição de pobreza

Fonte: POCHMANN, 2004, p. 66-7 (grifo do autor).

Krippendorf (2001) destaca que inúmeras experiências de desenvolvimento turístico direcionam os seus esforços para a canalização dos benefícios econômicos, os quais, normalmente, os moradores locais não os usufruem devidamente.

Na tentativa de combate à pobreza evidente em Barreirinhas foram implantados no município programas do governo federal de garantia de renda mínima, dentre eles, e com maior destaque, o Bolsa Família. Entretanto, Pochmann (2003, p. 34-5) afirma que:

Da mesma forma que uma cirurgia em determinado paciente exige a ação integrada de uma equipe (médico-cirurgião, anestesista, enfermeira, entre outros), a inclusão social constitui um processo com começo, meio e fim, que envolve a coordenação de múltiplas e transversais ações. Apenas o pagamento de uma bolsa de garantia de renda a uma família carente não permite, necessariamente, a plena inclusão, pois pode haver pessoas com problemas psicológicos, de saúde, de dependência química, de baixa escolaridade, além dos problemas de moradia, de transporte, de saneamento básico, dentre tantas outras condições de exclusão social.

Sachs (2004) reflete sobre a ideia de que o crescimento econômico pode estimular o mau desenvolvimento, processo no qual o Produto Interno Bruto (PIB) é crescente, no entanto, vindo acompanhado de desigualdades sociais, desemprego e pobreza crescentes, como se evidencia em Barreirinhas. Seria necessário, segundo o autor, explorar as potencialidades do crescimento puxando números crescentes de empregos descentes (sem deixar de lado a melhoria das atividades informais) e referenciando-se em um modelo de desenvolvimento includente, em oposição ao por ele chamado de crescimento excludente.

De acordo com Sachs (2004, p.81) o desenvolvimento includente:

requer, acima de tudo, a garantia do exercício dos direitos civis, cívicos e políticos. A democracia é um valor verdadeiramente fundamental e garante também a transparência e a responsabilização necessárias ao funcionamento dos processos de desenvolvimento. Todos os cidadãos devem ter acesso, em igualdade de condições, a programas de assistência (para deficientes, mães e filhos) voltados para a compensação das desigualdades naturais ou físicas, a oportunidade de acesso a serviços públicos, tais como educação, proteção à saúde e moradia.

Contudo, o modelo de “desenvolvimento” (crescimento excludente) encontrado em Barreirinhas se sobressai pela carência de uma infraestrutura de atendimento às necessidades básicas dos moradores locais e dos próprios visitantes como saneamento, saúde, educação, emprego, moradia, etc.

Nesse sentido, a atividade turística em Barreirinhas – vista como a base sustentadora do modelo de desenvolvimento vigente – tem se mostrado, a partir da análise dos dados socioeconômicos previamente destacados, uma ferramenta de baixa eficiência para a inclusão social.

Marcio Pochmann (2005, p. 13) retrata sobre as bases que compõem o conceito de inclusão social (Figura 22) ao ressaltar que:

As bases da inclusão social podem ser identificadas sinteticamente na capacidade de um país fazer avançar tanto a renda individual de sua população como a oferta acessível de equipamentos e serviços públicos. (...) Como indicadores relativos à oferta de equipamentos e serviços públicos destacam-se os complexos da educação, saúde, habitação, cultura e informática. Já em relação à renda individual da população são fundamentais as variáveis referentes ao universo dos habitantes que vivem em condições de pobreza, de desemprego e sub-ocupação e, ainda, sem o precário acesso à proteção previdenciária. (POCHMANN, 2005, p. 13)



Figura 22: Bases da Inclusão Social

Fonte: elaboração própria, com base em Pochmann, 2005.

Cabe ressaltar que o foco deste estudo recai com maior propriedade, porém sem abandonar as demais bases, sobre a ramificação específica da inserção socioeconômica, reconhecida pela melhoria das condições de vida por meio do avanço da renda individual proporcionadas pelo emprego, somado ao acesso da população local aos equipamentos e serviços públicos indispensáveis.

O processo de desenvolvimento local assentado no setor turístico, o qual se apropriou do potencial natural encontrado em Barreirinhas para exploração e geração de receitas, possui indícios de baixa contribuição para a melhoria na qualidade de vida de seus moradores, conforme os indicadores sociais vigentes²⁹, caracterizando uma situação de injustiça social. Coriolano (2006, p.01) destaca que:

A injustiça social é um dos fatores de exclusão, pois abarca aspectos mais amplos da pobreza. A exclusão é a própria negação da cidadania, ou seja, pobreza e exclusão no Brasil são faces de uma mesma moeda. A alta incidência de concentração de renda e de desigualdade persiste em nosso País, convive com os efeitos perversos do desemprego estrutural, um agravante da questão atual, no Brasil e faz crescer cada vez mais a distância entre os 'excluídos' e os 'incluídos'.

Vislumbra-se, a partir daí, o fomento da atividade turística por meio de um modelo de desenvolvimento local includente no qual esteja refletida, como pano de fundo, a sustentabilidade nas ações de planejamento, organização, estruturação e desenvolvimento da atividade.

O conceito de desenvolvimento local é tratado nesse trabalho como um:

processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. BUARQUE (1999, p.09)

Irving (2001) complementa o conceito de Buarque entendendo o desenvolvimento local como:

²⁹ Incidência de pobreza de 57,65% (IBGE, 2003), IFDM de 0,4332 (IPEA, 2007).

a construção de poder endógeno para que uma determinada comunidade possa autogerir-se, desenvolvendo o seu potencial socioeconômico, preservando o seu patrimônio ambiental e superando suas limitações na busca contínua da qualidade de vida de seus indivíduos. (IRVING, 2000, p. 145)

Percebe-se, a partir dos conceitos utilizados por Buarque e Irving, que os processos de desenvolvimento local têm por objetivo a geração de melhorias na qualidade de vida da população residente, norteado pelo aproveitamento das especificidades, capacidades e potencialidades encontradas, promovendo o dinamismo econômico e a sustentabilidade social.

Hunter (2002), no entanto, não concorda que o turismo, isoladamente, seja capaz de promover a sustentabilidade de um local. Ou seja, nenhuma cidade, segundo o autor, pode ser considerada sustentável com bases fundadas estritamente no turismo, necessitando de muitos outros componentes para chegar a esse *status*.

Para que o local seja sustentável, é preciso articulação entre o turismo e os demais setores, com operação harmônica e diversificada, zelando por recursos naturais, pela inclusão social e pela viabilidade econômica em longo prazo (HUNTER, 2002).

Essa articulação entre o turismo e os demais setores produtivos locais parece não ter sido fomentada em Barreirinhas durante o processo de estruturação de sua cadeia produtiva. Grande parte das comunidades locais, em especial os grupos de pequenos produtores rurais como pescadores artesanais e agricultores familiares, se viu alijada dos benefícios econômicos advindos do setor.

O que se nota no município de Barreirinhas é que a absorção da mão-de-obra local na cadeia produtiva do turismo se deu – dentre outras formas – por trabalhos em meios de hospedagem e restaurantes em funções de subalternidade. Ou ainda, por trabalhos informais como na venda de artesanatos por artesãos locais.

Percebe-se na localidade que muitas comunidades autóctones se mantêm em suas atividades tradicionais, como a pesca artesanal e a agricultura familiar, sem buscarem no turismo formas alternativas de ampliação de suas rendas e de melhoria de suas condições de vida.

Alguns fatores podem ser destacados como possíveis variáveis que influenciam (e influenciaram) na inserção (ou não inserção) desses grupos de atores locais na cadeia produtiva do turismo em Barreirinhas: acesso à informação; grau de escolaridade dos atores; proximidade do local da atividade; gênero; idade; rede de relações sociais; experiências familiares; organização coletiva; naturalidade; capacitação profissional; religião; e renda familiar.

Entende-se por fatores que contribuem para a inserção socioeconômica na cadeia produtiva do turismo os processos sociais nos quais os atores estão envolvidos ou são por eles impactados em seus processos decisórios e no sucesso de sua implantação. No caso, atores são considerados todos os indivíduos, grupos ou organizações que possuem identidade própria, reconhecida socialmente (NASCIMENTO, 1997), agindo diretamente ou indiretamente na cadeia produtiva do turismo.

O presente estudo busca então, a partir da identificação e da análise desses fatores³⁰ apoiar a construção de políticas públicas de inserção socioeconômica no setor de turismo, como forma de melhoria das condições de vida das comunidades locais por meio da geração de trabalho e renda e da distribuição mais equitativa dos benefícios econômicos decorrentes da atividade turística:

Para alcançar o desenvolvimento faz-se necessária produção de riqueza, com partilha e distribuição social, considerando os princípios de equidade, as necessidades das pessoas, com justiça social ou respeito ao direito humano (CORIOLANO, 2009, p. 277).

2.6. CADEIAS PRODUTIVAS

2.6.1. Cadeia Produtiva: Conceitos e Discussões

Durante todo o desenvolvimento desse estudo buscou-se identificar quais fatores contribuem para a inserção socioeconômica da população barreirinhense na cadeia produtiva do turismo local. O conceito de “cadeia produtiva do turismo”, tratado e utilizado

³⁰ Fatores estudados: conhecimento da área; grau de escolaridade; proximidade física do local onde a atividade turística se desenvolve; gênero; idade; rede de relações sociais; experiências familiares anteriores, organização coletiva; naturalidade (socialização); capacitação profissional; religião; e renda familiar.

como instrumento analítico e descritivo nesse estudo, reproduziu uma série de reflexões que apontaram para a necessidade de uma abordagem crítica da literatura científica.

Uma dessas reflexões recaiu, com maior notoriedade, sobre a delimitação (não consensual) dos subsetores que compõem a cadeia produtiva do turismo no município de Barreirinhas. Como seria possível desagregar alguns subsetores - como o de saúde (hospitais) ou de comércio (lojas de roupas, farmácias, etc.) - de um conjunto de atividades articuladas, umas às outras, que surgiram para atender um processo progressivo de desenvolvimento local pautado no setor de turismo?

De acordo com Budeanu (2004):

o turismo é um complexo sistema de subsetores, e olhando para ele como uma indústria só será oferecida uma visão limitada das questões em jogo. Neste contexto, uma abordagem sistemática é a mais adequada para a análise e estudo de estratégias, ações e políticas para o desenvolvimento do turismo sustentável. (BUDEANU, 2004, p. 74, tradução do autor)

A própria PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) reconhece essa limitação para se definir quais são as atividades e/ou subsetores econômicos que compõem a cadeia produtiva do turismo, conhecidas na pesquisa por “Atividades Características do Turismo (ACT)”:

Uma das principais limitações das medições da ocupação no turismo, formal ou informal, decorre da definição de quais são as atividades características do turismo e do grau de detalhamento dos Códigos de Atividade Econômica com que cada fonte trabalha. (PNAD, 2010, p.10)

Procurou-se, então, ampliar o conhecimento a partir de consultas a publicações tangentes à área, buscando por conceitos, definições e estruturas que compõem a “cadeia produtiva” aplicada ao setor de serviços (onde se insere a atividade turística). E, pelo reconhecimento da literatura considerada, definir qual conceito de cadeia produtiva do turismo possui características mais apropriadas e próximas àquelas encontradas no cenário estudado.

De acordo com estudos realizados pela Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (FAPEC, 2006, p.14), o conceito de cadeia produtiva, ou cadeia de produção, “como conjunto de operações técnicas, constitui a definição mais imediata e mais conhecida do conceito. Esse enfoque consiste em descrever as operações de produção responsáveis pela transformação da matéria-prima em produto acabado”.

Esse conceito, comumente utilizado no setor de agronegócios, é também tratado por Batalha (1997) ao descrever a cadeia de produção como um encadeamento técnico gerado por uma sucessão de operações de transformação dissociáveis. Como um fluxo de troca entre clientes e fornecedores (produto final e matéria-prima) estabelecido por relações comerciais e financeiras entre os estados de transformação.

Um terceiro conceito de cadeia produtiva, complementar aos anteriores e utilizado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), trata a cadeia produtiva como:

(...) conjunto de atividades econômicas que se articulam progressivamente desde o início da elaboração de um produto (inclui matérias primas, máquinas equipamentos, produtos intermediários...) até o produto final, a distribuição e comercialização. (BRASIL, 2000a)

Por sua vez, Albagli e Brito (2003) tomam como definição de cadeia produtiva um conceito similar, porém mais detalhado:

o encadeamento de atividades econômicas pelas quais passam e vão sendo transformados e transferidos os diversos insumos, incluindo desde as matérias primas, máquinas e equipamentos, produtos intermediários até os finais, sua distribuição e comercialização. Resulta de e implica em crescente divisão de trabalho, na qual cada agente ou conjunto de agentes especializa-se em etapas distintas do processo produtivo. Uma cadeia produtiva pode ser de âmbito local, regional, nacional ou mundial. (ALBAGLI e BRITTO, 2003, p. 8).

Entretanto, Massari (2005 *apud* Oliveira et al, 2008) ressalta que os padrões conceituais supracitados estão relacionados, unicamente, à atividade industrial, não se aplicando plenamente ao setor de serviços onde se insere o turismo.

Os processos de formação das cadeias produtivas se dão, segundo Dantas, Kertsnetzky e Prochnik, pela:

(...) crescente divisão do trabalho e maior interdependência entre os agentes econômicos. Por um lado, as cadeias são criadas pelo processo de desintegração vertical e especialização técnica e social. Por outro lado, as pressões competitivas por maior integração e coordenação entre as atividades, ao longo das cadeias, ampliam a articulação entre os agentes. (...) Cadeia produtiva é um conjunto de etapas consecutivas pelas quais passam e vão sendo transformados e transferidos os diversos insumos. (DANTAS, KERTSNETZKY e PROCHNIK, 2002, p. 36-37).

Para os autores, a formação de uma cadeia produtiva pode gerar dois tipos distintos de cadeia: cadeia produtiva empresarial e cadeia produtiva setorial.

No entendimento de Silva (2004 (b), p. 167), na cadeia produtiva empresarial “cada etapa representa uma empresa, ou um conjunto de poucas empresas que participam de um acordo de produção”. Já na cadeia produtiva setorial, “as etapas são setores econômicos e os intervalos são mercados entre setores consecutivos”. Para a análise da cadeia produtiva do setor de turismo em Barreirinhas, deveremos tratá-la como uma cadeia produtiva setorial.

2.6.2. Cadeia Produtiva do Turismo: Conceitos e Discussões

A pesquisa sobre conceitos e discussões concernentes ao tema de cadeia produtiva do turismo acabou identificando uma expressiva escassez, em termos quantitativos, de conteúdo de base conceitual e metodológica, nos âmbitos nacional e internacional.

Muito da literatura consultada apresenta termos diversos, como “sistema”, “pólo”, “indústria”, “*cluster*”, dentre outros, para uma mesma definição de cadeia produtiva do turismo, acabando mais por confundir do que esclarecer sobre o que está se tratando (Silva, 2004).

Inicialmente desenhadas para atender aos sistemas de produção industrial, as aplicações de conceitos de cadeia de valor, ou cadeia produtiva (*supply chain*), para o setor de serviços possuem dificuldades na padronização dos processos dado às características precípuas deste setor, dentre elas: inseparabilidade, variabilidade, perecibilidade e intangibilidade (GARRIDO, 2001 *apud* SILVA, 2004).

Pode-se argumentar que o modelo de cadeia produtiva mantém o enfoque na produção de bens, controlando o processo de todos os elos que, nesse caso, são quase que totalmente previsíveis e resultam em produtos com características similares. No turismo mantém-se o enfoque na demanda e no consumo, e a referida “heterogeneidade” de componentes e produtos traz alguns obstáculos ao estabelecimento desse modelo, nos moldes convencionais. Entretanto, como referido anteriormente, verifica-se [que] em alguns sub-setores do turismo [onde] existem características assemelhadas à indústria, como, por exemplo, a hotelaria, [a] utilização desse modelo pode ser apropriada. [...] conclui-se que o modelo da cadeia produtiva é parcialmente representativo para o “setor” do turismo, ficando circunscrito a alguns sub-setores e/ou arranjos de integração horizontal de empresas, em segmentos específicos. (GARRIDO, 2001, p.61-62; 65).

O caráter complexo do setor turístico deve ser considerado ao se buscar o estabelecimento de um modelo de cadeia produtiva que lhe seja aplicado. Afinal, a atividade turística deve ser considerada como um fenômeno multisetorial.

Mollo & Takasago (2008, p. 85) dividem as atividades que compõem o setor de turismo em doze subsetores sendo:

restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação; serviços recreativos, culturais e esportivos; transporte rodoviário regular de passageiros; transporte aéreo regular; estabelecimentos hoteleiros e outros tipos de alojamento temporário; transporte rodoviário não regular de passageiros; agências de viagens e organizadores de viagens; transporte aéreo não regular; atividades auxiliares ao transporte terrestre; atividades auxiliares ao transporte aéreo; aluguel de automóveis e outros meios de transporte; transporte regular próprio para exploração de pontos turísticos.

Essa multisetorialidade destacada por Mollo & Takasago é complementada pela Organização Mundial do Turismo (OMT, citado em FAPEC, 2006) ao mencionar que o turismo impacta e é impactado por 52 setores da economia.

A CNI (Confederação Nacional das Indústrias) ressalta que vários são os segmentos da economia que acabam tendo formas de interação com o setor de turismo:

Além dos segmentos diretamente relacionados como Marketing e Serviços Turísticos, Agenciamento de Viagens, Transporte, Hotelaria, Gastronomia, Entretenimento e Lazer, Eventos e Conferências, Atrações Culturais e Ecológicas; os setores de infraestrutura básica e serviços públicos (saneamento, abastecimento de água e energia, telecomunicações, segurança e saúde) e o comércio em geral têm forte interação com o “setor” (...). (CNI, 1998, p. 5).

Toda essa abrangência de setores multivariados faz com que a cadeia produtiva do turismo seja tratada de forma diferenciada dos demais modelos-padrão de cadeias produtivas trabalhadas pelo setor de agronegócios. Souza (1998) a descreve como:

conjunto das empresas e dos elementos materiais e imateriais que realizam atividades ligadas ao turismo, com procedimentos, ideias, doutrinas e princípios ordenados, coesos e afins, para conquista dos seus mercados estratégicos respectivos, utilizando-se de produtos competitivos. (...) O objetivo final das atividades é o aumento do fluxo de pessoas que se deslocam para determinada área receptora, do seu grau de participação nas várias atividades de recreação, da oferta de unidades de alojamento, das taxas de ocupação dessas unidades, dentre outros. (...) Diferentemente de outras cadeias, na atividade turística o momento da produção coincide com o da distribuição e, muitas vezes, com o do consumo também, e esses aspectos dificultam a atuação das partes isoladamente. (SOUZA, 1998, p. 01).

Essa cadeia produtiva do turismo descrita por Souza contempla três componentes principais: **empresas líderes** (meios de hospedagem, agências de viagem, operadoras turísticas, empresas de alimentação turística, empresas de entretenimento, empresas vendedoras de artesanato e produtos típicos, centros comerciais e galerias de arte); **provedores de serviços** (transportadoras, informações turísticas, locadoras de veículos, oficinas de atendimento a veículos, centros de convenções, parques de exposições, auditórios, fornecedores de alimentação, construção civil, artesãos, sistema de comunicação, serviços de energia elétrica); e **infra-estrutura de apoio** (escolas de turismo, serviços de elaboração de projetos, assistência técnica, infra-estrutura física, instituições governamentais, telecomunicações, sistema de segurança, sistema de seguros, convênio com universidades, representações diplomáticas, casas de câmbio e bancos, equipamento médico e hospitalar, serviços de recuperação do patrimônio público, administração dos resíduos sólidos, preservação do meio ambiente) (SEBRAE, 2006). Ver Figura 23:

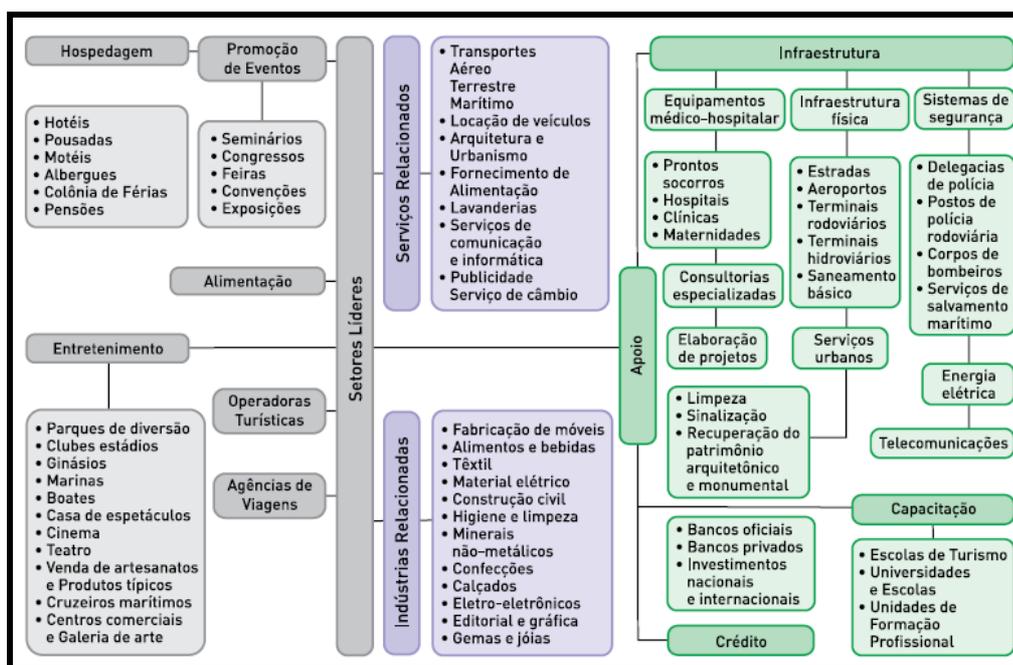


Figura 23: Cadeia Produtiva do Turismo
Fonte: SEBRAE, 2010.

Provinciali (2002, p. 11-12) descreve a cadeia produtiva do turismo como um “conjunto complexo de atividades e serviços ligados ao deslocamento, visitas, transportes, alojamentos, lazer, alimentação e circulação de produtos típicos”.

Como refletido por Silva (2004), o que se nota nas definições supracitadas é uma aproximação maior de representações da configuração de um *cluster*³¹ de turismo do que essencialmente de uma cadeia produtiva do turismo. Por isso Silva (2004, p. 357) menciona que “na verdade não se pode falar de ‘um’ turismo e sim de ‘vários’ turismos, logo não se pode delimitar e analisar ‘uma’ cadeia produtiva do turismo e sim ‘diversas’ cadeias produtivas relacionadas ao turismo”.

Entende-se **cluster turístico** como “o conjunto complexo de diferentes elementos, entre os quais se encontram os serviços prestados por empresas ou negócios turísticos (alojamento, restauração, agência de viagens, parques – aquáticos, temáticos, etc.); a riqueza que proporciona a experiência das férias de um turista; o encontro multidimensional entre empresas e indústrias relacionadas; as infra-estruturas de comunicação e transporte; as atividades complementares (dotação comercial, tradição em feiras, etc.); os serviços de apoio (formação e informação, etc.); e os recursos naturais e as políticas institucionais” [tradução livre de SILVA, 2004].

Box 3: Conceito de *cluster* turístico.

Fonte: MONFORT MIR, 2000, p. 46.

No caso de Barreirinhas, município assentado num modelo de desenvolvimento local pautado no setor de turismo, cujas dimensões urbanísticas (infraestruturais) foram resultantes da elaboração e aplicação do Plano de Desenvolvimento do Pólo Turístico dos Lençóis Maranhenses, como seria possível agrupar, em uma única cadeia produtiva, um leque tão variado de subsetores com características e especificidades tão heterogêneas? Ou ainda, por outro lado, como desvincular determinados setores (como o de saúde ou de comércio) da estrutura que compõe a cadeia produtiva do turismo, dado que muitos desses setores podem ter sido criados a partir da incidência de demanda, turística e local, por seus serviços?

Nessa perspectiva, e pensando no melhor aproveitamento e tratamento dos dados, foi definida uma delimitação desse conceito de cadeia produtiva do turismo, adotando-se duas conceituações complementares. No primeiro caso consideram-se todos os setores e subsetores que possuem ligação, direta ou indireta, com o setor de turismo como partes integrantes da **cadeia produtiva “ampla” do turismo**. Estariam contemplados aqui

³¹ *Cluster* pode ser entendido como “(...) um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas de instituições correlatas numa determinada área, vinculadas por elementos comuns e complementares” (PORTER, 1999, p. 211)

diversos empreendimentos como hospitais, escolas, farmácias, universidades, mercadinhos, dentre outros, resultantes desse processo de desenvolvimento local fomentado pela estruturação da atividade turística.

Em paralelo, os setores ou subsetores que possuem ligação direta com a atividade turística (núcleo da cadeia), foram agrupados num segundo conceito denominado de **cadeia produtiva “restrita” do turismo**. Ingressam neste conceito os empreendimentos que realizam atividades diretamente ligadas ao turismo, quais sejam hospedagem, alimentação, transporte, pacotes receptivos (passeios e guias), ou ainda a combinação entre essas atividades e, por fim, a renda direta pelo turista.

Esse último conceito foi o que se adotou na presente dissertação para definir a amostra do questionário aplicado na sede do município e nas comunidades rurais adjacentes.

CAPÍTULO 3: MATERIAIS, MÉTODOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1. MATERIAIS E MÉTODOS

Esta dissertação tem um caráter analítico-descritivo, com abordagem essencialmente quantitativa. O foco da pesquisa recaiu sobre cinco diferentes perfis de atores do terreno de pesquisa, município de Barreirinhas:

- a) empregados em empresa privada, inseridos na cadeia do turismo;
- b) empregados em empresa privada, não inseridos na cadeia do turismo;
- c) autônomos (pessoas que trabalham por conta própria), inseridos na cadeia do turismo;
- d) autônomos (pessoas que trabalham por conta própria), não inseridos na cadeia do turismo;
- e) desempregados;

Para cada um desses segmentos sociais foi aplicado um questionário previamente elaborado e testado. Entende-se como **autônomos** todos aqueles que possuem negócios próprios, que fornecem serviços ou vendem produtos diretamente. Já os **empregados** são definidos, nesse trabalho, como todos aqueles contratados (com ou sem carteira de trabalho assinada) por empresas. E, por fim, os **desempregados**, definidos aqui como todos aqueles que não possuem trabalho ou emprego, nem mesmo realizam algum tipo de atividade que gere renda, e estão a procura de um emprego.

Os diferentes perfis dos atores foram definidos levando-se em consideração as possíveis formas de inserção socioeconômica dos habitantes locais na cadeia produtiva do turismo - por meio do trabalho, autônomo ou por contratação, que gere renda – e buscando, a partir daí, analisar os fatores que contribuem (ou contribuiriam) para inserção (ou não inserção) econômica desses moradores no setor de turismo.

Dentre esses fatores alguns foram elencados, previamente, e testados no questionário aplicado. A seguir, seguem os fatores e suas respectivas justificativas para a escolha dos mesmos:

- 1. Conhecimento da área/ acesso à informação:** a carência de informação sobre, dentre outras coisas, os benefícios econômicos advindos do turismo, a vivência na rotina e na dinâmica de atividades específicas da área de trabalho, pode resultar na baixa procura por oportunidades de trabalho e emprego no setor. O acesso a estas informações pode ter um efeito inverso, mover os indivíduos a buscar uma inserção;
- 2. Grau de escolaridade:** o baixo índice de instrução formal dos habitantes locais pode ser uma barreira entre o seu interesse pela inserção e a oportunidade de emprego no setor. Ou ainda, pode ser um fator que inibe os mesmos de procurarem um trabalho que exija melhores qualificações; o alto índice de escolaridade pode ser um fator favorável;
- 3. Proximidade física do local onde a atividade turística se desenvolve:** o distanciamento entre a moradia de grupos de pequenos produtores rurais (dentre pescadores artesanais e agricultores familiares) pode se apresentar como um obstáculo a busca por trabalhos e empregos no setor de turismo no meio urbano; a maior aproximação pode ser estimulante;
- 4. Gênero:** o gênero pode ser imposto como um fator que influencia, ou mesmo determina, a escolha por um candidato à vaga de trabalhos específicos, como garçon(ete), auxiliar em serviços gerais, recepcionista, etc.;
- 5. Idade:** a idade também pode ser um fator de influência nos processos de inserção econômica na cadeia do turismo, tanto pelo interesse como pela seleção ao trabalho; os mais jovens poderiam ser favorecidos e os mais velhos preteridos;
- 6. Rede de relações sociais:** a indicação de conhecidos para compor o quadro de funcionários de empresas do setor turístico pode ser um fator que contribua diretamente na inserção de habitantes locais na cadeia produtiva do turismo, ou ausência de pessoas que o indiquem pode ser um fator que impede o acesso ao emprego;
- 7. Experiências familiares anteriores:** a experiência familiar anterior com atividades ligadas ao setor de turismo (como exemplo do artesanato) pode surgir como um fator que qualifique o interessado para a realização de trabalhos específicos; e a sua ausência pode funcionar no sentido inverso;

8. Organização coletiva: a organização coletiva pode, em determinadas circunstâncias, ser a única forma de grupos de habitantes locais se inserirem no setor de turismo, seja por meio de cooperativas ou associações, seja por programas sociais de educação e/ou trabalho.

9. Naturalidade (socialização): com o aumento gradativo da atividade turística nas regiões, a tendência é que um número crescente de habitantes locais venha a buscar por oportunidades no setor, como um aspecto natural, porém, se houver um estigma qualquer em relação aos nativos, teremos um movimento contrário.

10. Capacitação profissional: a capacitação técnica obtida por meio de cursos de capacitação profissional voltados à trabalhos no setor de turismo pode ser um fator que influencia, ou mesmo determina, a inserção socioeconômica de moradores locais na cadeia do turismo. Ainda assim, por uma segunda perspectiva, a mão de obra local agregada, atualmente, ao setor de turismo pode ser para trabalhos com características de subalternidade que não exijam nenhum tipo de capacitação técnica.

11. Religião: o segmento religioso pode ser uma barreira na busca por oportunidades de emprego no setor de turismo, pois algumas religiões condenam a realização de trabalhos assalariados em determinados dias da semana, além de outras imposições aos seus seguidores que podem ser contrárias àquelas identificadas no setor de turismo.

12. Renda Familiar: o suporte econômico proporcionado pela renda familiar pode, se suficiente para a manutenção da casa e de todos os membros que ali coabitam, servir como fator de estímulo à busca por capacitações técnicas no setor, ampliação do nível de escolaridade e à conseqüente procura por oportunidades de emprego no turismo. Em sentido contrário, se a renda familiar não for suficiente para a manutenção econômica da residência, os indivíduos poderão deixar de buscar por qualificações no setor ou por ampliação do nível de escolaridade pela necessidade de terem que trabalhar como informais para obterem renda.

A partir desse elenco de doze fatores foi possível realizar uma reflexão crítica, ao final da pesquisa, com respeito ao que se pensava como fatores potenciais, e ao que se obteve como resultado real.

Pensando no melhor tratamento dos dados e na busca por resultados mais expressivos, foi feita uma delimitação mais restritiva no que diz respeito ao conceito amplo de cadeia produtiva do turismo. Para tanto, foi tomada como base de estudo a inserção (ou não inserção) econômica de habitantes locais de Barreirinhas (destino turístico emergente) na cadeia produtiva “restrita” do turismo. Nessa conceituação foram englobadas empresas com ligação direta com o setor turístico (núcleo da cadeia), ou seja, que realizam atividades de hospedagem, alimentação, transporte, receptivos (passeios e guias), ou ainda uma combinação entre tais atividades. A renda direta pelo turista também foi trabalhada nessa capilaridade.

Nesse sentido, não foi focado neste estudo a geração de trabalho e renda por empreendimentos outros integrantes da cadeia produtiva “ampla” do turismo, hospitais, escolas, farmácias, mercadinhos, dentre outros, que resultaram do processo de desenvolvimento local do setor turístico.

A escolha do destino turístico foi baseada nos seguintes critérios: a expressiva dinâmica turística de Barreirinhas, o aumento crescente do fluxo de turistas e de equipamentos de acolhimento (agências de recepção, hotéis e pousadas, restaurantes e similares, entre outros) e sua importância no cenário turístico estadual (Maranhão) e nacional.

A intenção foi de que este estudo, limitado a uma localidade em uma região específica do Brasil, ofereça bases teóricas e metodológicas para expansão a outras localidades, em outras regiões, como proposta de pesquisa a ser apresentada ao curso de doutorado do CDS/UnB.

Os dados utilizados nesta pesquisa se originaram de fontes primárias e secundárias. Os dados secundários foram coletados por meio de pesquisas documentais e bibliográficas efetuadas em material impresso e em meio digital.

Já os dados primários, foram obtidos por intermédio de pesquisa de campo, com aplicação de questionários a uma amostra probabilística desenhada para o destino turístico.

A amostra de 759 questionários foi calculada com uma margem de erro de 3,6% e com um grau de confiança de 95%. A unidade escolhida para aplicação dos questionários foi a unidade “domiciliar”.

Em um primeiro momento foram elaborados e, depois de muitas discussões e correções, impressos os questionários utilizados na pesquisa (*survey*). Em seguida, foram selecionados, no local, um grupo de, aproximadamente, 20 jovens estudantes do ensino médio, dentre eles alguns jovens participantes de um projeto social local conhecido como Projeto “Ação e Arte” (Figura 24).



Figura 24: Apresentação e seleção de jovens do Projeto “Ação e Arte”
Fonte: próprio autor referente à pesquisa de campo

Esses jovens foram, logo de início, preparados por meio de uma oficina de capacitação, para trabalharem como entrevistadores na aplicação dos questionários no município.

A oficina foi realizada sob orientação do Prof. Dr. Elimar Pinheiro do Nascimento (orientador da pesquisa), tendo como conteúdo programático os seguintes tópicos de discussão:

- a) o que é uma pesquisa?;
- b) sobre o que se trata esta pesquisa em específico?;
- c) qual é o objetivo da pesquisa e onde ela será desenvolvida?;
- d) como será realizada a pesquisa?;
- e) o que é um questionário, como instrumento de coleta de informação, e para que ele serve? (apresentação do questionário ao grupo de entrevistadores – Figura 25);



Figura 25: Primeiro contato dos jovens com os questionários

Fonte: próprio autor referente à pesquisa de campo

- f) quais são as funções e obrigações do entrevistador na pesquisa?;
- g) quais são os erros comuns de um entrevistador?;
- h) quais serão os entrevistados e como se apresentar para realizar a entrevista?
- i) leitura do questionário (Figura 26);
- j) levantamento de dúvidas e esclarecimentos.



Figura 26: Leitura do questionário

Fonte: próprio autor referente à pesquisa de campo

Após a oficina, foram realizados “pré-testes” nos quais os entrevistadores aplicaram um questionário com um indivíduo da localidade e retornaram com o questionário preenchido para análise de eventuais erros cometidos. Estes erros foram apresentados a todos, e comentado como deveriam fazer para evitá-los.

Em seguida, com as dúvidas sanadas, os entrevistadores receberam crachás (Figura 27) nos quais estava identificado o nome do entrevistador e a instituição que esse

entrevistador estava representando (no caso, o Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília – CDS/UnB) – Figura 28.



Figura 27: Jovens selecionados devidamente identificados com os crachás
Fonte: próprio autor referente à pesquisa de campo

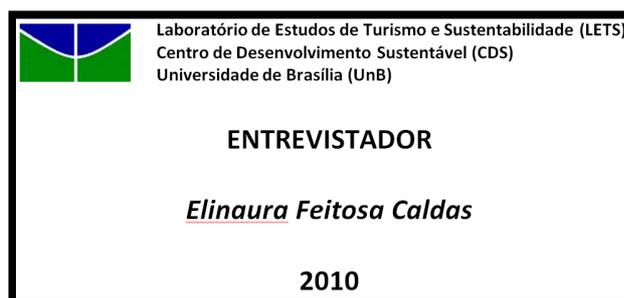


Figura 28: Modelo de crachá utilizado pelo grupo de entrevistadores
Fonte: próprio autor referente à pesquisa de campo

Os entrevistadores, devidamente identificados, foram distribuídos por bairros/regiões definidas com a ajuda de um mapa de ruas e avenidas do município de Barreirinhas. O mapa serviu para dividir a sede do município em quatro regiões, por sua vez os entrevistadores foram divididos em quatro grupos e explicado, a cada um, como proceder.

Foram abrangidas pela pesquisa, ainda, comunidades afastadas do centro do município, buscando o contato direto com pescadores artesanais, agricultores familiares, dentre outros. As comunidades rurais adjacentes abrangidas pela pesquisa foram: Atins, Tapuio, Laranjeira, Mandacaru, Tabocas, Gambá, Vassouras, Ponta do Manguê, Morro do

Boi, Bar da Hora, Carnaubal, Comunidade Residencial Brasil, Povoado de Santa Cruz, Chapadinha, Rio Novo, Atoleiro e Santarém.

Os entrevistadores aplicaram os questionários unicamente em domicílios, durante todos os dias da semana.

Determinou-se que a aplicação dos questionários deveria ser realizada, durante todos os dias da semana (de segunda-feira a domingo), com todas as pessoas em idade superior ou igual a 16 (dezesesseis) anos, que estivessem presentes naquele momento no domicílio. A escolha do domicílio pelos entrevistadores foi definida da seguinte forma:

- a) o entrevistador se deslocava para o lado direito da rua em que havia sido previamente orientado a aplicar os questionários;
- b) caminhava pela frente das três primeiras casas da rua;
- c) tentava aplicar o questionário na quarta casa;
- d) se conseguisse aplicar o questionário, o entrevistador deveria dar prosseguimento na atividade repetindo a ação até o final da rua, passando, em seguida, para o outro lado da rua;
- e) se não conseguisse aplicar o questionário, o entrevistador deveria se deslocar à casa da esquerda e tentar aplicar nesse domicílio. Caso ainda não conseguisse, o entrevistador deveria se deslocar à casa da direita.
- f) em casa de insucesso (casas vazias) deveria retomar o mesmo procedimento, passando por mais três casas e entrevistando as pessoas da quarta casa.

Vale ressaltar que em algumas pequenas comunidades ribeirinhas (de pescadores artesanais), ou ainda, em pequenas comunidades rurais (agricultores familiares) os entrevistadores não seguiam essa metodologia de domicílios anteriormente definida, dado que as casas eram, na maioria dessas comunidades, em pequeno número e afastadas umas das outras (Figura 29). Nesses casos, os entrevistadores buscaram abranger as residências localizadas em espaços próximos ao Rio Preguiças (no caso das comunidades de pescadores) e próximos às vilas centrais (no caso das comunidades de agricultores).



Figura 29: Comunidades rurais e ribeirinhas de difícil acesso

Fonte: próprio autor referente à pesquisa de campo

Nesse sentido, foram entrevistados, em uma mesma região, moradores de domicílios sequenciais. Para essa atividade foram contratados serviços de transporte aquaviário, embarcações conhecidas no local como “voadeiras” (Figura 30), que facilitaram o acesso até as comunidades ribeirinhas ao longo do Rio Preguiças.



Figura 30: Meio de transporte utilizado pelos entrevistadores (voadeira)

Fonte: próprio autor referente à pesquisa de campo

Os entrevistadores retornaram, então, com os questionários preenchidos e os entregaram para avaliação. A partir de então, foi realizada uma análise crítica desses questionários para identificação de possíveis erros no preenchimento dos mesmos.

Com os questionários analisados, foram sorteados 10% para a certificação de correta realização da atividade, por meio do deslocamento até o domicílio selecionado.

Atingiu-se um total de 759 (setecentos e cinquenta e nove) questionários aplicados em todo o município, abrangendo domicílios em regiões ribeirinhas, rurais e urbanas.

Por fim, foram realizadas as atividades finais de pesquisa:

1. pagamento dos entrevistadores pela correta aplicação dos questionários;
2. sistematização, tabulação e codificação dos dados obtidos;
3. criação de uma base de dados para o preenchimento das informações tabuladas e codificadas;
4. análise crítica dos resultados, por meio de contraposição de variáveis e técnicas de estatística uni e multivariada para análise dos dados quantitativos obtidos com os questionários. A ferramenta utilizada para a análise dos dados foi o *software* SPSS.

3.2. ETAPAS

A pesquisa foi desenvolvida com a realização de suas atividades distribuídas em seis etapas, descritas com maior detalhamento a seguir.

➤ ETAPA 01: Caracterização da região priorizada

A primeira etapa consistiu na caracterização, de forma integrada e multidimensional, do destino turístico priorizado neste estudo. Tal etapa se deu por meio da realização de pesquisa documental e bibliográfica de diversas fontes, escritas e orais, acerca da região e das relações sociais lá encontradas, tais como artigos em revistas científicas, livros, teses e dissertações. Foram realizados, ainda nesta etapa, o levantamento e análise de dados, qualitativos e quantitativos específicos proporcionados por instituições como IBGE, PNUD, CNM, MS (SUS), MTE, MEC e Ipea, referente aos anos de 1991 a 2010.

Por fim, foram realizadas ainda análises de “clippings” na mídia (local e nacional) que contextualizam os processos evolutivos locais, seus conflitos e a imagem do turismo construída pelos diversos grupos de atores junto à opinião pública.

Estas atividades permitiram o conhecimento do terreno de pesquisa e o diálogo com outros pesquisadores e projetos, zelando pela agregação de conhecimentos.

➤ **ETAPA 02:** Revisão da literatura e precisão metodológica

Na segunda etapa refinou-se a metodologia do estudo, conferindo maior detalhamento dos métodos e técnicas aplicados. Nesse sentido, foi realizada, em um primeiro momento, a revisão da literatura com uma análise mais abrangente da bibliografia inicial consultada e, posteriormente, foram realizadas discussões teóricas a partir do aprofundamento da bibliografia geral, refletindo sobre os principais conceitos abordados no trabalho, dentre eles: inclusão e exclusão social; desenvolvimento local; turismo sustentável; cadeia produtiva do turismo; e fatores de inserção econômica.

Vale ressaltar que no levantamento e na revisão da literatura foram encontrados estudos pouco específicos que abordassem como discussão central a “cadeia produtiva do turismo” (e suas especificidades) e os “fatores de inserção socioeconômica”. Nesse sentido, foi pensada e discutida – a partir da identificação de especificidades no desenvolvimento da pesquisa – uma nova capilaridade teórica (cadeia produtiva “restrita”) que pudesse, como citado anteriormente, com a sua utilização, gerar resultados mais precisos.

Alguns indícios de fatores a serem analisados já haviam sido identificados em trabalhos pretéritos (Costa; Nascimento, 2009).

➤ **ETAPA 03:** Planejamento do Trabalho de Campo

Na terceira etapa foi planejada e preparada a coleta de dados em campo, por meio das seguintes atividades:

1. Elaboração, discussão, refinamento e pré-teste do questionário;
2. Desenho do plano amostral para o município de Barreirinhas;
3. Seleção e capacitação dos entrevistadores do local;
4. Outros encaminhamentos quanto à logística e materiais a serem utilizados.

O desenho amostral probabilístico foi feito de modo que os dados coletados pudessem gerar variáveis para contraposição. Tais dados foram concebidos para serem analisados com ferramental estatístico univariado e multivariado.

➤ **ETAPA 04:** Realização do Trabalho de Campo

A quarta etapa foi destinada à realização do trabalho de campo, por meio da aplicação de questionários, segundo a amostra definida previamente, cujos procedimentos foram relatados anteriormente neste capítulo.

➤ **ETAPA 05:** Sistematização e Análise dos Dados Obtidos

Na quinta etapa foi realizada a digitação, codificação, tabulação, processamento e análise dos dados obtidos na pesquisa de campo por meio da utilização do *software* SPSS 17.0 (*Statistical Package for Social Science*). Foram utilizadas frequências, medidas descritivas de tendência central e dispersão (mediana, média, moda, e medidas de associação para a análise das variáveis nominais).

Para testar e avaliar a significância estatística e a força (intensidade e o grau) da associação das variáveis tabuladas de forma cruzada foram utilizados os seguintes testes estatísticos não-paramétricos, ou seja, que “supõem que as variáveis sejam medidas em uma escala nominal ou ordinal” (MALHOTRA, 2001, p. 415): “Qui-Quadrado” com duas amostras independentes³² e “U de Mann-Whitney”.

O teste Qui-Quadrado é utilizado quando se quer estudar a associação entre duas variáveis qualitativas nominais, que é o presente caso. Este teste é voltado para avaliar a dispersão dos dados, sem utilizar parâmetros populacionais, sendo assim um teste não-paramétrico.

A dispersão dos dados é quantificada em um valor pelo teste, quanto mais afastado de zero maior a dispersão dos dados das variáveis estudadas. Em alguns casos adotou-se um nível de significância igual à 5%, ou seja, pretendeu-se, a partir do nosso Erro Tipo 1, rejeitar a hipótese de que não há associação entre as variáveis dado que para que ela seja verdadeira tenha uma probabilidade menor que 0,05.

Após calcular o teste com um nível de significância estabelecido, calculou-se o P-valor do teste. Esta estatística dá a probabilidade de obter valores de dispersão maiores do que aquela encontrada pelo teste Qui-quadrado, ou seja, quanto menor for seu valor, mais

³² Amostras independentes são: “duas amostras que não estão relacionadas experimentalmente. As mensurações de uma amostra não têm qualquer efeito sobre os valores da segunda amostra” (MALHOTRA, 2001, p. 417)

evidências se terá para crer que exista associação entre as variáveis estudadas, caso o valor do Qui-Quadrado também seja pequeno.

Por fim, para se quantificar essa associação, utilizou-se o coeficiente de contingência. Esse coeficiente varia entre 0 e 1, mas pode-se calcular um limite superior, que será menor do que 1. Ao calcular seu limite superior faz-se a divisão intuitiva desse número por 4 e o classifica em uma das 4 categorias possíveis: fraca, moderada, forte e fortíssima. Caso não seja calculado esse limite superior a classificação é dada por:

- Menor que 0,25 é associação fraca;
- Entre 0,25 e 0,5 é associação moderada;
- Entre 0,5 e 0,75 é associação forte;
- Entre 0,75 e 1 é associação fortíssima.

O limite superior utilizado neste trabalho foi de 0,866, criando, então, um novo quadro de classificação, dado por:

- Menor que 0,2165 é associação fraca;
- Entre 0,2165 e 0,433 é associação moderada;
- Entre 0,433 e 0,6495 é associação forte;
- Entre 0,6495 e 0,866 é associação fortíssima.

Segundo Malhotra (2005, p.331) a estatística do Qui-quadrado “é usada para testar a significância estatística da associação observada em uma tabulação cruzada. Ela consiste em determinar se existe uma associação sistemática entre duas variáveis”. O coeficiente de contingência, por sua vez, “pode ser usado para avaliar a intensidade da associação em uma tabela de qualquer tamanho. Esse índice também está relacionado ao Qui-quadrado” (MALHOTRA, 2005, p. 334).

O segundo teste escolhido, *U* de *Mann-Whitney*, não-paramétrico como o Qui-Quadrado, é utilizado quando se pretende testar duas amostras independentes e reconhecer se as mesmas provêm de populações com médias iguais.

Sua metodologia de aplicação consiste em:

As duas amostras são combinadas e os casos são dispostos em ordem crescente de tamanho. Calcula-se a estatística de teste U como o número de vezes que um escore da amostra ou grupo 1 precede um escore do grupo 2. Se as amostras provêm da mesma população, a distribuição de escores dos dois grupos na lista de postos deve ser aleatória. Um valor extremo de U indica um padrão não-aleatório, o que sugere desigualdade entre os dois grupos. Para amostras de tamanho inferior a 30, calcula-se o nível exato de significância para U . Para amostras maiores, U é transformada em uma estatística z com distribuição normal. Esta z pode ser corrigida para empates dentro dos postos. (MALHOTRA, 2001, p. 420-1)

De acordo com Bisquerra (2004, p.176), o teste U de Mann-Whitney “é uma das principais provas para comparar grupos com dados independentes. Exige que as variáveis sejam medidas pelo menos em uma escala ordinal”, como foi o caso encontrado neste trabalho.

➤ **ETAPA 06:** Preparação de comunicações

Por fim, a sexta etapa previu a elaboração do texto da presente dissertação. Pretende-se, posteriormente, apresentar os resultados da pesquisa em eventos nacionais e internacionais, a fim de discutir os resultados com outros especialistas, e publicar artigos em revistas e demais periódicos científicos.

3.3. ANÁLISE DOS RESULTADOS E REFLEXÃO

O presente capítulo busca apresentar e analisar os dados colhidos na pesquisa de campo, tratados com o suporte operacional do *software* SPSS 17.0, organizados e sistematizados por meio de gráficos, de quadros e de boxes distribuídos em três tópicos:

- (A) Descrição dos dados gerais;
- (B) Descrição e análise dos dados específicos dos três segmentos sociais da amostra (autônomo, empregado em empresa privada e desempregado);
- (C) Análise e interpretação dos fatores elencados.

Ressalta-se que a análise da frequência das respostas foi por porcentagens válidas, entendidas neste trabalho como a porcentagem total de respostas menos a porcentagem de respostas perdidas ou faltantes (possivelmente pela lacuna de preenchimento no questionário ter sido encontrada em branco, no momento da digitação).

3.3.1. Descrição dos Dados Gerais da Pesquisa

O total de entrevistados abrangidos na pesquisa foi de **759 pessoas** (100%), residentes em toda a extensão territorial do município, tanto na sede do município quanto nas pequenas localidades selecionadas.

Sexo e idade dos entrevistados

A maioria dos entrevistados é do sexo feminino (59%), possivelmente pela utilização da unidade domiciliar na pesquisa.

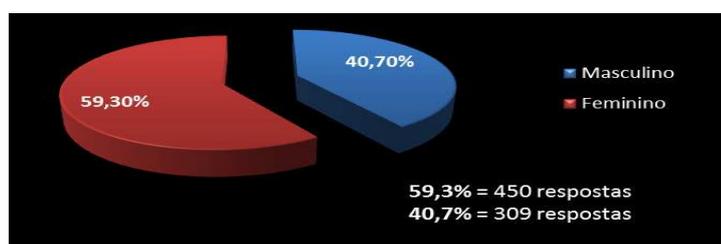


Gráfico 4: Sexo dos entrevistados

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

Foram entrevistados moradores locais com idade que variou de 16 anos de idade (mínima) até idades superiores à 55 anos. As faixas etárias com maior frequência nos questionários foram: (a) de **16 a 24 anos** (225 respostas – 30,1%) e (b) de **25 a 34 anos** (210 respostas – 28,1%).

Tabela 24: Faixas etárias dos entrevistados

Idade	Frequência	Porcentagem
16 a 24 anos	225	30,1%
25 a 34 anos	210	28,1%
35 a 44 anos	126	16,8%
45 a 54 anos	76	10,2%
55 anos ou mais	111	14,8%
Perdidas	11	-
TOTAL	759	100%

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

Comunidade/Local onde reside

Como os atrativos e as atividades turísticas estão em torno da sede do município, e tendo em vista sua relevância demográfica, dedicaram-se dois terços dos questionários à sede municipal e os outros 25% foram distribuídos pelas principais comunidades adjacentes

conforme o Gráfico 5. Assim, foram utilizados dois critérios para selecionar as comunidades objeto da aplicação dos questionários: proximidade dos atrativos e peso demográfico.

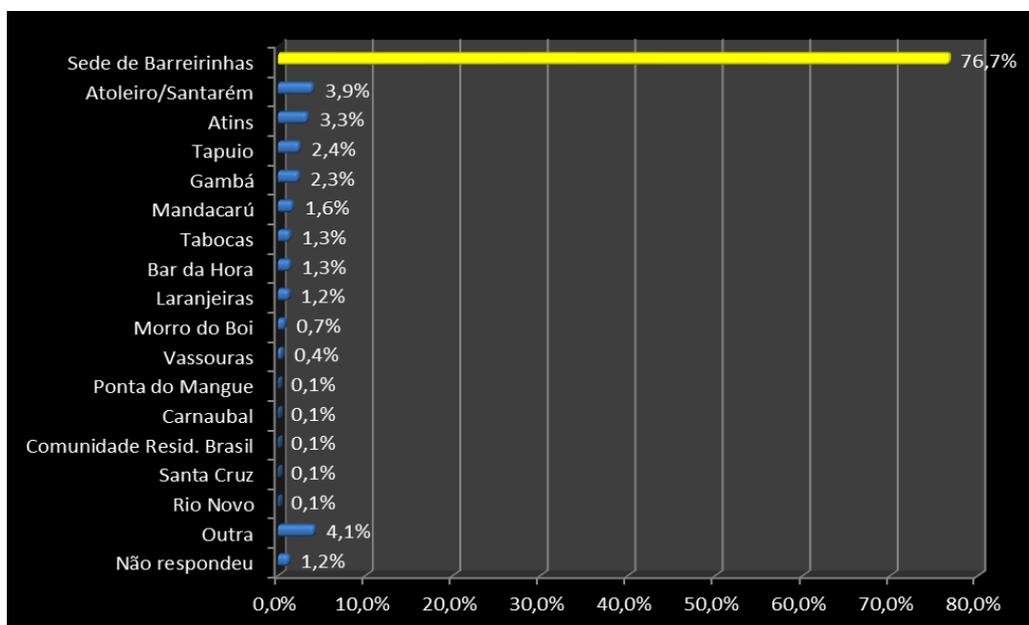


Gráfico 5: Comunidades e locais e residência dos entrevistados

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

De acordo com o gráfico anterior, as comunidades adjacentes com maior abrangência na aplicação dos questionários foram Atins, Atoleiro, Santarém, Tapuio, Mandacaru, Tabocas, Bar da Hora e Laranjeira. Porém a pesquisa atingiu outras comunidades, dentre elas: Gambá, Vassouras, Ponta do Manguê, Morro do Boi, Carnaubal, Comunidade Residencial Brasil, Povoado de Santa Cruz, Chapadinha e Rio Novo.

Escolaridade

O baixo nível de instrução formal dos entrevistados na pesquisa, em correspondência com a realidade municipal, se expressa pelo percentual dos que não tem escolaridade ou possuem o ensino fundamental incompleto, ou seja, quase metade da população (49,2%). O nível de escolaridade mais presente nas respostas foi o fundamental incompleto (39,9%).

Tabela 25: Escolaridade dos entrevistados

Escolaridade	Frequência	Porcentagem
Sem escolaridade	70	9,3%
Fundamental Incompleto	301	39,9%
Fundamental Completo	43	5,7%
Ensino Médio Incompleto	130	17,2%
Ensino Médio Completo	144	19,1%
Superior Incompleto	19	2,5%
Superior Completo	41	5,4%
Pós-Graduação	05	0,7%
Não respondeu / Não sabe	06	0,8%
TOTAL	759	100%

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

Não se deve, porém, negligenciar que quase um terço da população (27,7%) possui escolaridade equivalente ou superior ao ensino médio completo. É um segmento importante para se posicionar como agentes do desenvolvimento ou empreendedores em atividades diversas, inclusive turísticas.

Religião

A religião, com maior frequência de respostas, foi a católica com 531 respostas (70,4%). Porém, notou-se que a religião protestante (protestantismo) também é bastante seguida por parte dos habitantes locais, atingindo um total de 117 respostas (15,5%).

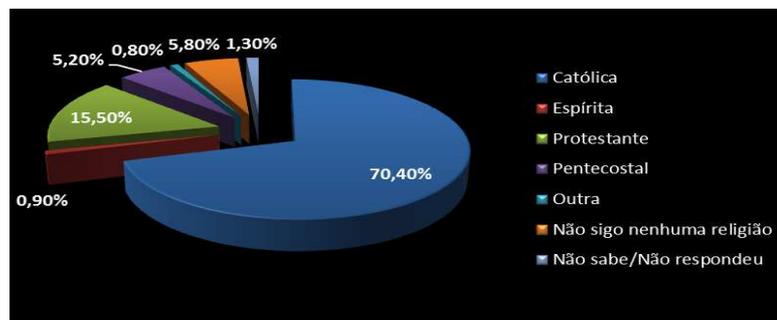


Gráfico 6: Religião dos entrevistados

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

Agrupamento domiciliar

Nos domicílios pesquisados habitam em geral entre quatro a cinco pessoas (44,8%), conforme o gráfico 7.

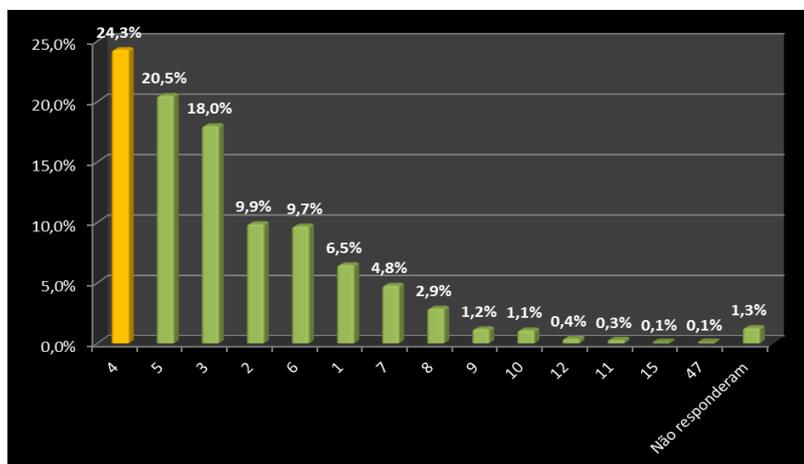


Gráfico 7: Quantidade de pessoas por domicílio

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

Os habitantes desses domicílios em geral guardam laços sanguíneos entre si pela relação paternal (pais/filhos – 45%) ou marital (marido e mulher – 17%). Os agregados, porém, em número expressivo, representam 15%.

Chamou a atenção do autor o percentual de pessoas sem trabalho nos domicílios pesquisados, chegando a atingir 65%.

A renda média mensal do domicílio se encontra, em maior proporção, na faixa entre $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo³³ (28%). Este índice condiz com o grau de transferência de renda do Programa Bolsa Família no município (destacado anteriormente) que atende justamente às famílias com renda mensal, por pessoa, de até R\$ 120,00.

³³ Considera-se como salário mínimo o valor de R\$ 510,00, em 2010.

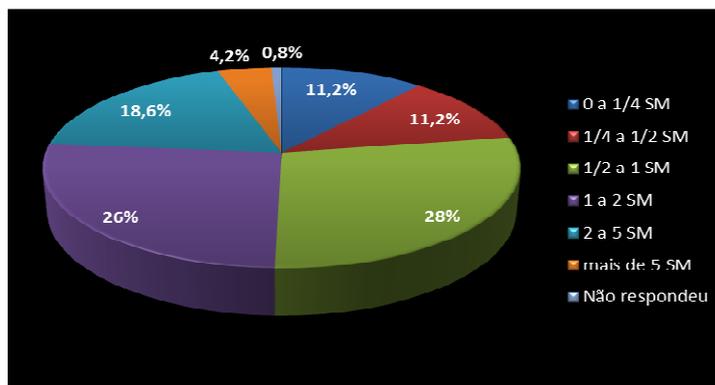


Gráfico 8: Renda Familiar Mensal

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

Local de nascimento do entrevistado

Dentre os indivíduos entrevistados, ressaltou-se uma grande maioria nascida no próprio município de Barreirinhas (82,8%).

Do total de entrevistados nascidos em outros municípios, foi identificada a capital do Estado do Maranhão, São Luís, como o principal município de egressos para Barreirinhas (22,4%). O Estado do Maranhão também se destacou dentre os estados citados pelos entrevistados egressos (85,4%), como demonstra o Gráfico 9:

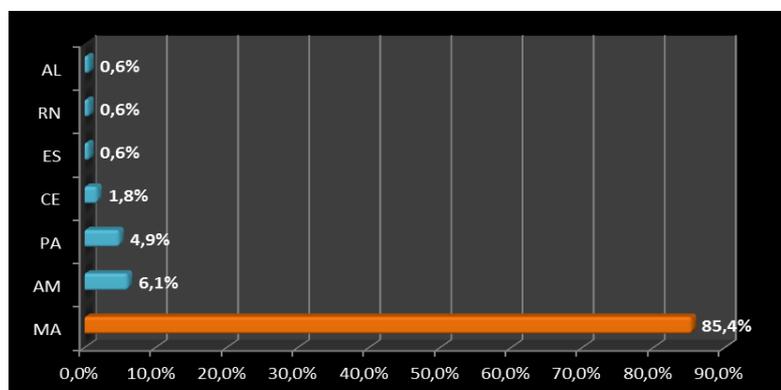


Gráfico 9: Estados dos entrevistados egressos

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

Desse mesmo total notou-se, a partir dos dados obtidos, que a maior frequência de indivíduos egressos residem no município há até 10 anos (44,7%), como apresentado no Gráfico 10:

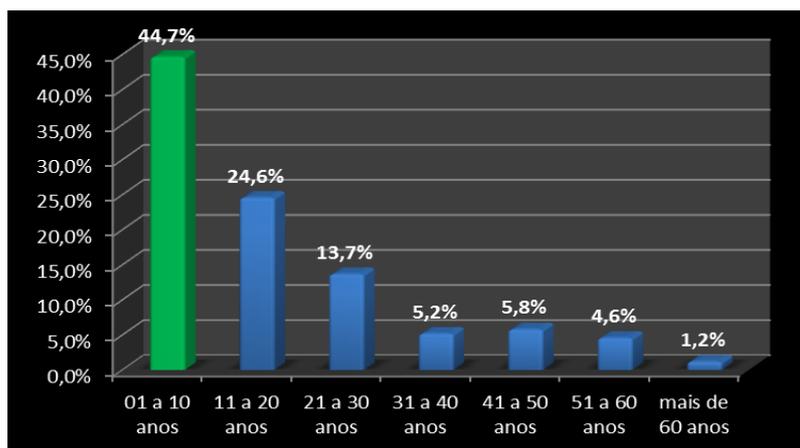


Gráfico 10: Período de residência em Barreirinhas (egressos)
Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

Participação do entrevistado em associações e/ou cooperativas

Do total de entrevistados em Barreirinhas (759 indivíduos), aproximadamente 30% disseram participar de alguma associação/cooperativa, enquanto que 69,2% afirmaram não participar.

Tabela 26: Pertence a alguma associação ou cooperativa?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	226	29,2	29,8	29,8
	Não	525	67,9	69,2	98,9
	ns/sr	8	1,0	1,1	100,0
Total		759	98,2	100,0	

Fonte: análise gerada pelo autor com a utilização do SPSS (dados da pesquisa).

Se se analisar o total de entrevistados por cada segmento social, em separado, pode-se notar que a maior porcentagem de indivíduos participantes de alguma associação ou cooperativa se concentra no segmento de “autônomos”, atingindo 34,2% do total de entrevistados desse grupo.

Tabela 27: Participação em cooperativas/associações, por cada segmento social

SEGMENTO SOCIAL	PARTICIPAM	NÃO PARTICIPAM
Empreg. Emp. Privada	18,5%	81,5%
Autônomos	34,2%	65,8%
Desempregados	28%	72%
Outros (dona de casa, estudantes, etc.)	30%	70%

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

A maior frequência de respostas dos entrevistados foi para a participação em Associações de Moradores/Comunitárias (28,2%), seguido pela participação junto à Colônia de Pescadores (12,8%).

Distribuição na estrutura de trabalho

A notória maioria de trabalhadores autônomos (aproximadamente 29%), diante das demais ocupações dos entrevistados, no total de 921 respostas³⁴, demonstra que a absorção de grande parte da mão de obra local para o trabalho formal (com carteira assinada), seja no turismo ou nos demais setores econômicos do município, ainda é reduzida.

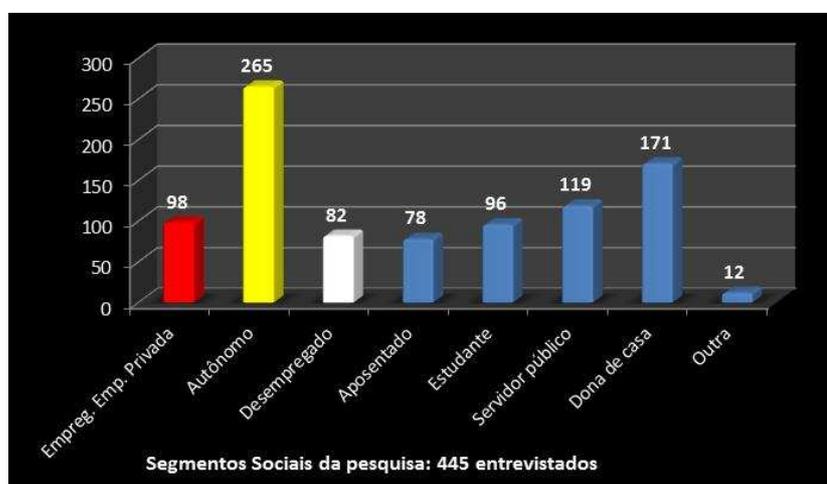


Gráfico 11: Situação que corresponde à do entrevistado

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

³⁴ A questão sobre segmentos sociais admitia múltiplas respostas dos entrevistados. Nesse sentido o número total da amostra de 759 questionários foi ultrapassado nessa questão.

Porém, vale ressaltar a alta frequência de respostas indicando a inserção no setor público (12,9%), assim como a presença de donas de casa (18,5%).

Foram, então, selecionados aqueles entrevistados que pertenciam a um dos três segmentos sociais focados pela pesquisa: Empregados em Empresa Privada; Autônomos e Desempregados. Esses totalizaram 445 entrevistados. Vale ressaltar que não foi citado, por nenhum entrevistado, em um mesmo questionário, mais de um segmento social dentre os três segmentos foco da pesquisa.

3.3.2. Descrição e Análise dos Dados Específicos dos Três Segmentos Sociais da Pesquisa

Conforme citado anteriormente foi selecionada parte da amostra relativa aos três segmentos sociais sobre os quais estudou-se os fatores de inserção: (A) empregados em empresa privada; (B) autônomos, e (C) desempregados, que corresponderam respectivamente a 10,6%, 28,7% e 8,9% do total de respostas dessa questão (921 entrevistados), ou seja, quase metade (48,2%), e o equivalente a 58,6% da amostra dos 759 questionários.

Foram criados quadros e gráficos para melhor visualização das diferenças e semelhanças entre os três segmentos sociais, na tentativa contribuir para a análise estatística dos fatores de inserção dos habitantes locais no mercado turístico.

Tendo como base os dados e os resultados específicos aos três segmentos sociais da pesquisa (empregados em empresa privada, autônomos e desempregados), buscou-se criar uma metodologia de análise dividida em dois momentos:

- (1) Primeiro momento: análise agrupada dos três segmentos sociais, com a utilização de testes estatísticos específicos;
- (2) Segundo momento: análise descritiva e comparativa entre os três segmentos sociais;

Entende-se que com essa variação analítica os dados gerados possam vir a ser mais consistentes no que diz respeito à individualidade e à especificidade de cada grupo, assim como na complementariedade do conjunto.

Vale ressaltar que o modelo de análise supracitado utilizou algumas “perguntas-chave” do questionário, e não todas. Questões específicas a cada grupo serão apresentadas no final do segundo momento de análise, por meio da utilização de “boxes”.

3.3.2.1. Primeiro momento: análise agrupada dos três segmentos sociais

Em um primeiro momento buscou-se identificar o perfil dos três segmentos sociais da pesquisa aprofundando a análise por meio do agrupamento desses segmentos em duas categorias (variáveis dependentes): inseridos e não inseridos na cadeia produtiva do turismo. A partir desse agrupamento foram realizados cruzamentos entre essas duas categorias e os 12 fatores elencados para serem testados na pesquisa (variáveis independentes).

Pela Tabela 28 é possível analisar a distribuição de entrevistados como **não inseridos** ou **inseridos**, de acordo com seus respectivos segmentos sociais específicos (a descrição completa da frequência e porcentagens de inseridos e de não inseridos referente a cada segmento encontra-se no Apêndice 2):

Tabela 28: Número de entrevistados “Não Inseridos” e “Inseridos” por segmento social

SEGMENTOS SOCIAIS	NÃO INSERIDOS	INSERIDOS	TOTAL DE ENTREVISTADOS
Empreg. Emp. Privada	54 entrevistados	44 entrevistados	98 entrevistados
Autônomos	159 entrevistados	106 entrevistados	265 entrevistados
Desempregados	51 entrevistados	31 entrevistados	82 entrevistados
TOTAL	264 entrevistados	181 entrevistados	445 entrevistados

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

Nota-se que 59,3% do total de entrevistados dos três segmentos sociais “**não estão (estiveram) inseridos**” na cadeia do turismo, enquanto que 40,7% se encontram (encontravam) “**inseridos**”.

Ao serem analisados os três segmentos em separado percebe-se uma maior proporção de “**inseridos**” no grupo dos Empregados em Empresa Privada (44,9% do total do grupo), diante de 40% do grupo dos Autônomos e 37,8% do grupo dos Desempregados.

A análise dos resultados dos cruzamentos entre as variáveis dependentes e independentes foram distribuídos por tópicos, apresentados a seguir.

o **ESCOLARIDADE**

De início foi realizado o teste de Qui-quadrado para identificar se pode haver alguma relação entre o grau de inserção na cadeia produtiva do turismo (inserido ou não inserido), em Barreirinhas, e o nível de instrução formal dos entrevistados. Seguem os resultados obtidos (Tabela 29).

Tabela 29: Inserção X Escolaridade

Inserção	Escolaridade									Total
	Sem escolaridade	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Pós-graduação	Não respondeu	
Não inserido	16	122	12	45	53	4	9	0	3	264
Inserido	10	72	9	48	34	2	4	1	1	181
Total	26	194	21	93	87	6	13	1	4	445

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

- Qui-quadrado: 7,926
- P-valor: 0,339

Devido ao alto p-valor do teste podemos rejeitar a hipótese de associação entre o grau de inserção socioeconômica no turismo e a escolaridade.

o **PROXIMIDADE FÍSICA DO LOCAL ONDE A ATIVIDADE TURÍSTICA SE DESENVOLVE**

Em seguida, foi realizado o teste Qui-quadrado buscando a análise da relação entre a proximidade física da residência dos entrevistados do local onde a atividade turística possui maior concentração e o grau de inserção. Os resultados foram (Tabela 30):

- Qui-quadrado: 31,388
- P-valor: 0,008
- Coeficiente de Contingência: 0,258

Tabela 30: Inserção X Proximidade

Município de Residência	Inserção		
	Não inserido	Inserido	Total
Na própria sede de Barreirinhas	210	126	336
Atins	9	5	14
Tapuio	5	3	8
Laranjeiras	1	4	5
Mandacaru	0	4	4
Tabocas	1	3	4
Gambá	6	2	8
Vassouras	1	2	3
Outra	17	7	24
Não respondeu/não sabe	6	2	8
Morro do Boi	0	3	3
Bar da Hora	2	3	5
Carnaubal	1	0	1
Comunidade Resid. Brasil	0	1	1
Atoleiro/Santarém	7	14	21
Total	266	179	445

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

Em conformidade com o pequeno p-valor do teste Qui-quadrado, pôde-se aceitar a hipótese de associação entre grau de inserção e a proximidade física do local onde a atividade turística se desenvolve, com um nível de confiança de 95%. O coeficiente de contingência sugere uma associação moderada, onde seu limite superior, nesse caso, é 0,866.

o **GÊNERO**

A terceira análise pelo teste de Qui-quadrado procurou reconhecer se há alguma associação relevante entre o grau de inserção e o sexo (gênero) do entrevistado. Os resultados foram (Tabela 31):

- Qui-quadrado: 0,046
- P-valor: 0,83

Tabela 31: Inserção X Gênero

Inserção	Sexo		
	Mas	Fem	Total
Não inserido	130	134	264
Inserido	91	90	181
Total	221	224	445

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

Devido ao alto p-valor do teste, pôde-se rejeitar a hipótese de associação entre inserção na cadeia do turismo e o gênero do entrevistado.

o **IDADE**

O quarto teste realizado (Mann-Whitney) se deu na busca pela identificação de possível associação entre inserção no mercado turístico e idade. Os resultados são apresentados a seguir (Tabela 32):

Tabela 32: Inserção X Idade

Inserção	Idade		
	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Não inserido	257	218,13	56059,50
Inserido	179	219,03	39206,50
Total	436		
Mann-Whitney U	22906,500		
Wilcoxon W	56059,500		
Z	-,073		
Asymp. Sig. (2-tailed)	,941		

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

Pelo resultado do teste de Mann-Whitney pôde-se aceitar a hipótese de que as médias dos dois grupos são iguais, devido ao alto p-valor encontrado (0,941), o que nos indica que não há associação entre o grau de inserção na cadeia produtiva do turismo e idade.

○ EXPERIÊNCIAS FAMILIARES ANTERIORES

O quinto teste buscou reconhecer o nível de associação entre a experiência (ou falta de experiência) do entrevistado com atividades ligadas ao setor de turismo – resultantes da realização da mesma atividade por familiares – e o grau de inserção na cadeia do turismo. Os resultados obtidos foram (Tabela 33):

Tabela 33: Inserção X Experiências Familiares Anteriores

Inserção	Experiências familiares anteriores com o mesmo trabalho?			
	Sim	Não	Não respondeu	Total
Não inserido	93	160	11	264
Inserido	62	113	6	181
Total	155	273	17	445

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

- Qui-quadrado: 0,674
- P-valor: 0,714

A partir da identificação do alto p-valor do teste, pôde-se rejeitar a hipótese de associação entre o grau de inserção e as experiências familiares anteriores com o mesmo trabalho.

○ ORGANIZAÇÃO COLETIVA

Em continuidade foi realizado o sexto teste, no qual foram cruzadas as variáveis de inserção socioeconômica e de participação em organizações coletivas de trabalho (como associações e cooperativas). A partir daí pôde-se reconhecer o nível de associação entre o grau de inserção e a influência da organização coletiva nesse processo (Tabela 34).

Tabela 34: Inserção X Organização Coletiva

Inserção	Pertence a alguma associação ou cooperativa?			
	Sim	Não	Não respondeu	Total
Não inserido	69	190	5	264
Inserido	63	117	1	181
Total	132	307	6	445

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

- Qui-quadrado: 4,99
- P-valor: 0,082
- Coeficiente de contingência: 0,105

Pelo baixo valor do teste Qui-quadrado pôde-se aceitar a hipótese de associação entre o grau de inserção na cadeia do turismo e a participação do entrevistado em alguma organização coletiva de trabalho, com um nível de confiança de 90%. O coeficiente de contingência, utilizado para quantificar essa associação, sugere uma associação leve, onde seu limite superior, nesse caso, é de 0,814.

o CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

No sétimo teste realizado buscou-se reconhecer o nível de associação entre a capacitação profissional dos entrevistados – por meio da realização de cursos voltados à trabalhos na área de turismo – e o grau de inserção socioeconômico na cadeia do turismo. Os resultados obtidos foram (Tabela 35):

Tabela 35: Inserção X Capacitação Profissional

Inserção	Já realizou algum curso voltado à trabalhos na área de turismo?			
	Sim	Não	Não respondeu	Total
Não inserido	15	244	5	264
Inserido	26	152	3	181
Total	41	396	7	445

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

- Qui-quadrado: 9,653
- P-valor: 0,008

- Coeficiente de contingência: 0,146

Dado ao baixo valor do teste Qui-quadrado pôde-se aceitar a hipótese de associação, com um nível de confiança de 95%, entre a capacitação profissional dos entrevistados para trabalhos na área de turismo e o grau de inserção na cadeia. O coeficiente de contingência sugere uma associação fraca, onde seu limite superior, nesse caso, é 0,814.

É importante destacar, por fim, que 89,2% dos entrevistados dos três segmentos sociais priorizados na pesquisa não realizaram cursos (ver Gráfico 12 e Tabela 36), o que traz indícios de que os cursos de capacitação profissional oferecidos em Barreirinhas não têm tido uma participação considerável de sua população.



Gráfico 12: Cursos voltados a trabalhos no setor de turismo
Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo

Tabela 36: Realização de Cursos

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid				
Realizou	41	5,3	9,2	9,2
Não realizou	397	51,4	89,2	98,4
Não respondeu	7	,9	1,6	100,0
Total	445	57,6	100,0	
Missing				
System	328	42,4		
Total	773	100,0		

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

o **RELIGIÃO**

A oitava análise de variáveis testou a associação entre o segmento religioso dos entrevistados e o grau de inserção na cadeia produtiva do turismo. Os resultados foram (Tabela 37):

Tabela 37: Inserção X Religião

Inserção	Religião							Total
	Católica	Espírita	Protestante	Pentecostal	Outra	Sem religião	Não respondeu	
Não inserido	187	3	41	12	3	15	3	264
Inserido	134	1	21	9	0	9	7	181
Total	321	4	62	21	3	24	10	445

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

- Qui-quadrado: 8,477
- P-valor: 0,205

Ao ser analisado o resultado de alto p-valor do teste (0,205) pôde-se rejeitar a hipótese de associação entre o grau de inserção e a religião dos entrevistados.

o **FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA O EMPREGO NO TURISMO (REDE DE RELAÇÕES SOCIAIS E CONHECIMENTO DA ÁREA)**

O nono teste buscou identificar a associação entre o grau de inserção socioeconômica no turismo e os fatores citados pelos entrevistados como aqueles que contribuíram para que conseguissem o emprego no setor, em especial: a rede de relações sociais (pela indicação de conhecidos) e o conhecimento da área (pela vivência do indivíduo na rotina e na dinâmica de atividades específicas do setor).

Vale ressaltar que neste teste foram utilizadas apenas as respostas dos segmentos “empregados em empresa privada” e “desempregados”, dado que no segmento de autônomos os entrevistados não estão (ou estiveram) empregados no setor de turismo. Foram obtidos os seguintes resultados (Tabela 38):

Tabela 38: Inserção X Rede de Relações Sociais/Conhecimento da Área

Fator que contribuiu para o emprego atual	Inserção		Total ³⁵
	Não inserido	Inserido	
Nível de escolaridade	4	6	10
Capacitação técnica para o serviço	7	4	11
Experiência anterior com o mesmo trabalho	3	5	8
Indicação de conhecidos	17	28	45
Conhecimento da área	25	22	47
Outro	4	0	4
Ns/Sr	5	1	6
Total	65	66	131

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

- Qui-quadrado: 6,384
- P-valor: 0,469

Tomando como base o alto p-valor do teste (0,469), pôde-se rejeitar a hipótese de associação entre o grau de inserção e os fatores destacados. Ainda assim, deve-se enfatizar que os fatores “indicação de conhecidos” e “conhecimento da área” tiveram uma notória frequência de respostas como fatores que contribuíram para que os entrevistados conseguissem seu emprego, como indicado na Tabela 39.

Tabela 39: Frequência dos Fatores

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Nível de Escolaridade	10	7,6	7,6	7,6
Capacitação técnica	11	8,4	8,4	16,0
Experiência anterior	8	6,1	6,1	22,1
Indicação de Conhecidos	45	34,4	34,4	56,5
Conhecimento da área	47	35,9	35,9	92,4
Outro	4	3,1	3,1	95,4
Não respondeu	6	4,6	4,6	100,0
Total	131	100,0	100,0	

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo (grifo do autor).

³⁵ Foram encontradas 49 respostas em branco.

o **RENDA MENSAL FAMILIAR**

Em seguida foi realizado o décimo teste tendo como variáveis o grau de inserção socioeconômica e a renda familiar mensal, pensando na hipótese de que o suporte econômico da residência pode, se suficiente para a manutenção da casa e de seus moradores, contribuir para a inserção na cadeia do turismo. A Tabela 40 mostra os resultados.

Analisando o teste de Mann-Whitney a partir do alto p-valor resultante deste teste (0,316), pôde-se aceitar a hipótese de que as médias dos dois grupos são iguais, o que indica a não associação entre o grau de inserção na cadeia produtiva do turismo e a renda familiar mensal.

Tabela 40: Inserção X Renda Familiar

Inserção	Renda Familiar Mensal		
	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Não inserido	262	225,50	59082,00
Inserido	178	213,13	37938,00
Total	440		
Mann-Whitney U	22007,000		
Wilcoxon W	37938,000		
Z	-1,003		
Asymp. Sig. (2-tailed)	,316		

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

o **NATURALIDADE (SOCIALIZAÇÃO)**

Por fim, procurou-se reconhecer a associação entre o grau de inserção e a variável “naturalidade”, entendida pela tendência natural de um número crescente de habitantes locais vir a buscar por oportunidades de trabalho e emprego no setor. Especificamente neste caso não foi possível realizar nenhum dos dois testes (Qui-quadrado ou Mann-Whitney) dado que só os entrevistados “não inseridos” responderam se buscaram ou não por oportunidades.

Ainda assim, foi realizada uma análise descritiva crítica na qual se utilizou apenas das respostas daqueles entrevistados “não inseridos” na cadeia produtiva do turismo. Os resultados são apresentados a seguir (Tabela 41).

Tabela 41: Busca por oportunidades no setor de turismo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Buscou	27	3,5	10,4	10,4
	Não buscou	217	28,1	83,8	94,2
	Não respondeu	15	1,9	5,8	100,0
	Total	259	33,5	100,0	
Missing	System	514	66,5		
Total		773	100,0		

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo (grifo do autor).

Nota-se, pela análise da tabela anterior, que 83,8% dos entrevistados não inseridos na cadeia do turismo não buscaram por oportunidades de trabalho/emprego no setor, no município de Barreirinhas, diante de apenas 10,4% que buscaram (ver Gráfico 13).

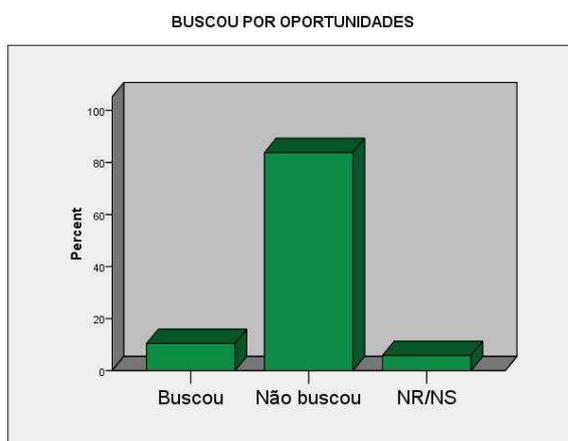


Gráfico 13: Busca por oportunidades

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo

Essa notória diferença de percentagens válidas traz indícios de que, ainda que a atividade turística na região esteja em processo de gradual ascensão - no que tange aos aspectos infraestruturais e de suporte – grande parte da comunidade local que não está inserida (59,3% do total dos entrevistados dos três segmentos sociais) parece não enxergar

na atividade turística sua fonte de trabalho e de renda para combater os baixos índices econômicos de suas famílias.

No segundo momento (análise comparativa entre os segmentos) será possível identificar que, dentre outras afirmações, os motivos pelos quais os entrevistados não buscaram por oportunidades no setor foram: (a) por não gostar desse tipo de atividade e (b) por não querer abandonar suas atividades tradicionais.

Nesse sentido entendeu-se, pela análise crítica demonstrada, que grande parte da comunidade barreirinhense não possui uma tendência natural em buscar por oportunidades de emprego/trabalho no setor de turismo.

Ao somar-se à este fato os dados do IFDM que demonstram que os níveis de emprego e renda no município, nos últimos anos, decresceu, pôde-se aceitar a hipótese de que com o aumento gradativo da atividade turística parece estar havendo um movimento contrário ao de inserção socioeconômica no setor, valendo então a associação entre inserção na cadeia e naturalidade.

3.3.2.2. Segundo momento: análise descritiva e comparativa entre os três segmentos sociais

Nesse segundo momento da análise dos três segmentos sociais (445 entrevistados – 98 EEP, 265 Autônomos e 82 Desempregados) foram tratadas algumas questões específicas, comuns aos mesmos, que pudessem gerar tanto similaridades de respostas como contraposições das mesmas.

Para facilitar a análise comparativa, a partir de gráficos, foram divididos os três segmentos em três cores distintas:

- ✓ Azul: Empregados em Empresa Privada
- ✓ Vermelho: Autônomos
- ✓ Amarelo: Desempregados

➤ Renda mensal

A renda mensal obtida com as atividades realizadas pelos três segmentos sociais se distingue uma das outra. Aparentemente, os entrevistados empregados em empresa privada

em Barreirinhas, em sua maioria, conseguem obter uma renda superior aos dois outros grupos, porém, de apenas um salário mínimo.

Se se analisar a média de renda dos entrevistados de cada grupo em separado (Gráfico 14) pode-se notar que os empregados em empresa privada possuem uma média salarial acima dos demais segmentos, com um valor aproximado de R\$ 621,00.

Renda do entrevistado, por mês, com o (último) emprego/trabalho			
	<i>Empregado em Empresa Privada</i>	<i>Autônomo</i>	<i>Desempregado</i>
Respostas mais frequentes (moda)	R\$ 510,00 (25,5%)	R\$ 100,00 (13,5%)	R\$ 200,00 (11,5%)
Média de renda (aproximada)	R\$ 621,00	R\$ 582,00³⁶	R\$ 323,00

Quadro 2: Renda mensal dos segmentos sociais da pesquisa

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

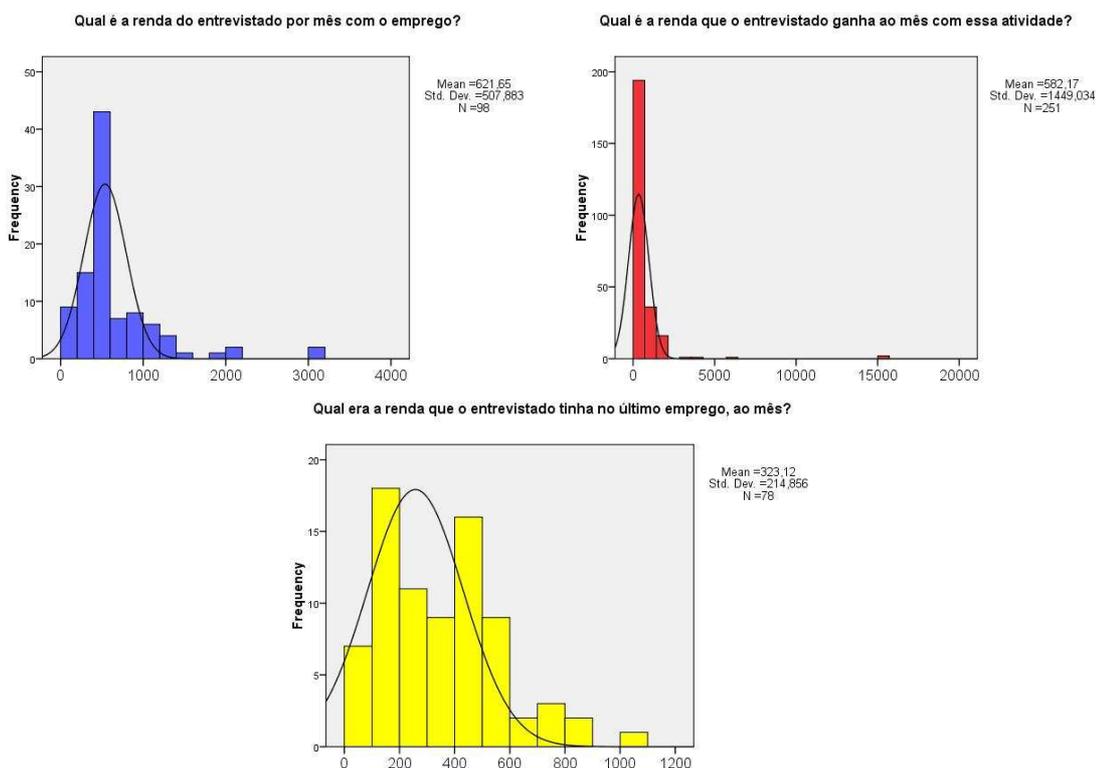


Gráfico 14: Renda mensal do entrevistado

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

³⁶ Nota-se, por meio da análise dos gráficos seguintes, que a média de renda dos autônomos foi claramente influenciada por um valor citado, incongruente com os demais, de R\$ 15.000 (*outliers*).

➤ **Participação em organizações coletivas de trabalho**

A não participação dos empregados em empresa privada, autônomos e desempregados, em organizações coletivas equivalem, respectivamente, à 79,6%, 64,5% e 70,7% (Tabela 42).

Tabela 42: Participação em organizações coletivas de trabalho

		SEGMENTOS_SOCIAIS			Total
		empregado em empresa privada	trabalha por conta própria (autônomo)	desempregado	
Pertence a alguma associação ou cooperativa?	Sim	19	89	23	131
	Não	78	171	58	307
	ns/sr	1	5	1	7
Total		98	265	82	445

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

Por meio do Gráfico 15 é possível notar que, ainda que grande parte dos entrevistados de cada segmento não participe de organizações coletivas de trabalho, a maior frequência de participantes dessas organizações está concentrada no segmento dos autônomos (33,6%).

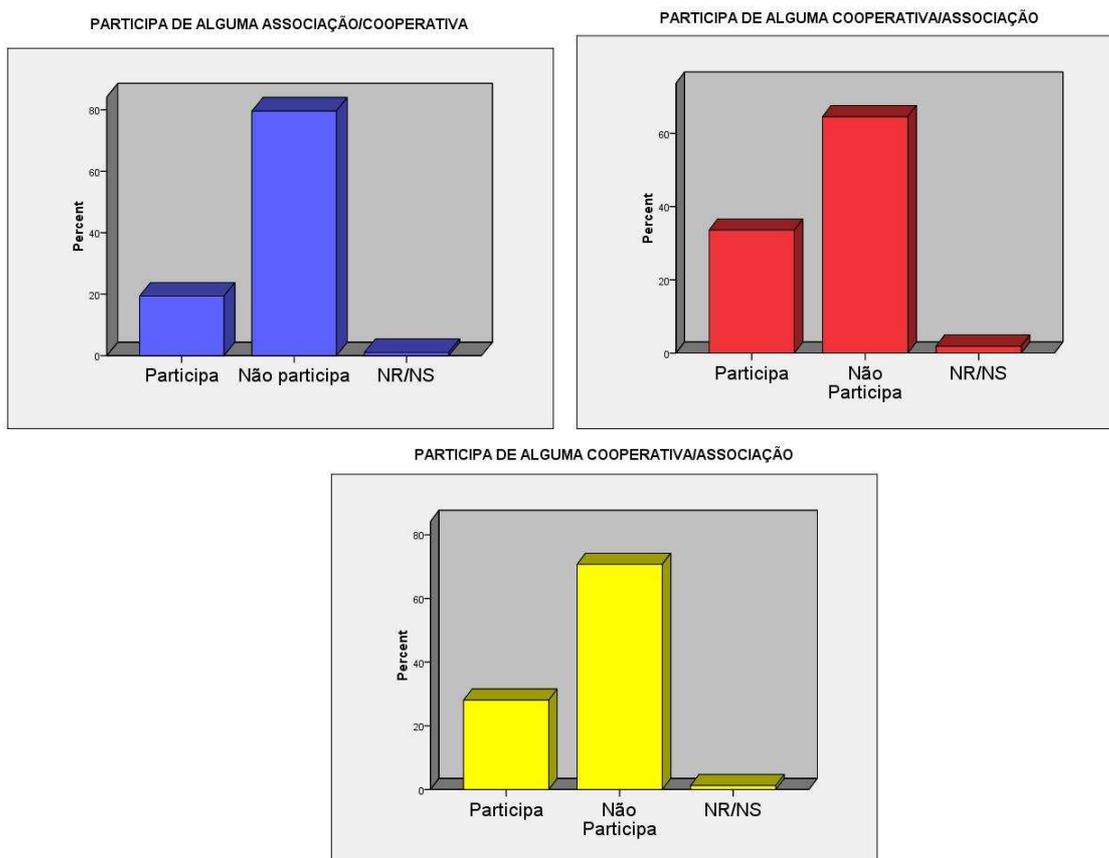


Gráfico 15: Participação em cooperativas/associações
Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo

➤ **Atividade exercida anteriormente por alguém da família**

Os diferentes trabalhos realizados atualmente³⁷ pelos segmentos sociais não são, em sua maioria, os mesmos realizados anteriormente por seus familiares (ver Quadro 6).

Tal fato nos leva a pensar que, por um lado, as atividades desenvolvidas recentemente por moradores locais possam ser resultantes de novas oportunidades e demandas surgidas com o processo de desenvolvimento local. Por outro lado, o desenraizamento cultural pode estar sofrendo uma gradual ascensão pelo abandono das atividades tradicionais (em especial a pesca artesanal e a agricultura familiar).

³⁷ No caso dos desempregados, refere-se aos últimos trabalhos realizados por eles.

No (último) emprego/trabalho, a atividade realizada já era exercida por alguém da família?		
<i>Empregado em Empresa Privada</i>	<i>Autônomo</i>	<i>Desempregado</i>
Não (76,5%)	Não (51,7%)	Não (76,8%)

Quadro 3: Atividade exercida anteriormente por alguém da família
Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

Ainda assim, se se analisar o Gráfico 16 referente a cada segmento social pode-se perceber que o grupo dos autônomos se distingue dos demais. Mais de 45% dos entrevistados desse grupo afirmaram que realizam trabalhos que já eram exercidos por familiares. Como era de se esperar esse resultado nos traz indícios de que a permanência na realização de atividades tradicionais em Barreirinhas está concentrada nas atividades informais como artesanato, pesca e agricultura.

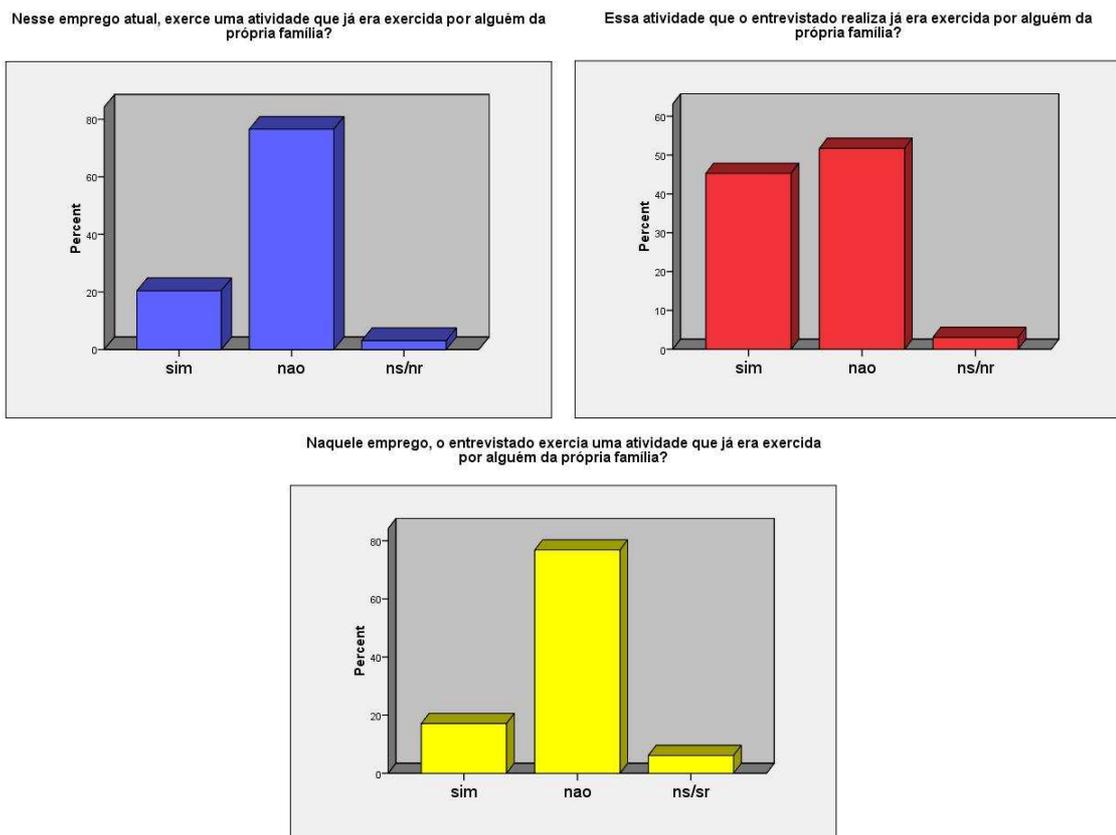


Gráfico 16: Atividade exercida anteriormente por alguém da família
Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

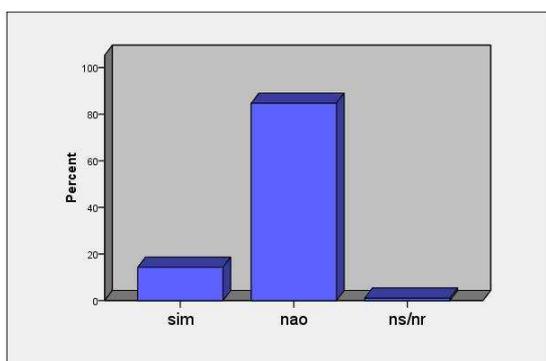
➤ **Realização de cursos voltados a trabalhos no setor de turismo**

De acordo com os resultados da pesquisa houve, novamente, similaridade nas respostas. A alta porcentagem de entrevistados que não realizaram cursos voltados a trabalhos no setor de turismo pode ser notada claramente.

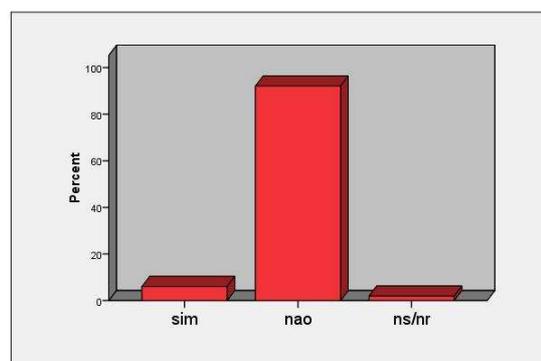
O entrevistado já realizou algum curso voltado à trabalhos no setor de turismo?		
<i>Empregado em Empresa Privada</i>	<i>Autônomo</i>	<i>Desempregado</i>
Não (84,7%)	Não (92,1%)	Não (85,4%)

Quadro 4: Realização de cursos voltados à trabalhos no setor de turismo
Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

Já fez algum curso voltado à trabalhos na área de turismo?



O entrevistado já fez algum curso voltado à tragalhos na área de turismo?



O entrevistado já fez algum curso voltado à tragalhos na área de turismo?

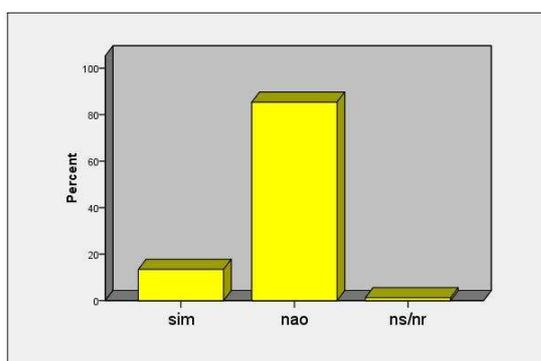


Gráfico 17: Realização de cursos voltados à trabalhos no setor de turismo
Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

Há, no entanto, uma pequena diferença entre os segmentos sociais, pois entre os empregados em empresas privada e os desempregados cerca de 14% já realizaram algum curso na área de turismo, enquanto que os autônomos não passam de 6%.

Pressupõe-se, então, três possíveis justificativas para a melhor reflexão dos dados apresentados:

- (a) A maioria dos entrevistados dos três segmentos **não gosta de trabalhos na cadeia de turismo e/ou não quer abandonar suas atividades tradicionais**³⁸;
- (b) Não estão sendo oferecidos **cursos de capacitação e de qualificação profissional** à comunidade barreirinhense como forma de incentivo à inserção no mercado de trabalho do setor;
- (c) Os **meios de divulgação** dos cursos não têm sido nem efetivos nem eficazes na localidade.

Registra-se ainda que a mão de obra empregada na cadeia produtiva “restrita” do turismo de Barreirinhas aparenta ser desqualificada, dado que parte dos entrevistados desses três segmentos sociais que, em sua maioria, nunca realizaram cursos de qualificação profissional, realizam trabalhos no setor de turismo (aproximadamente 40%).

➤ **Busca por oportunidades de emprego no setor**

Quanto à busca por oportunidades de emprego no setor de turismo, mais uma vez, as respostas dos entrevistados dos três segmentos sociais foram semelhantes. Foi observado que a maior parte dos entrevistados, nos três segmentos, nunca buscou por oportunidades de emprego no setor de turismo (Gráfico 18).

O entrevistado buscou, em algum momento, por oportunidades de emprego no setor de turismo? ³⁹		
<i>Empregado em Empresa Privada</i>	<i>Autônomo</i>	<i>Desempregado</i>
Não (81,5%)	Não (89,9%)	Não (64,7%)

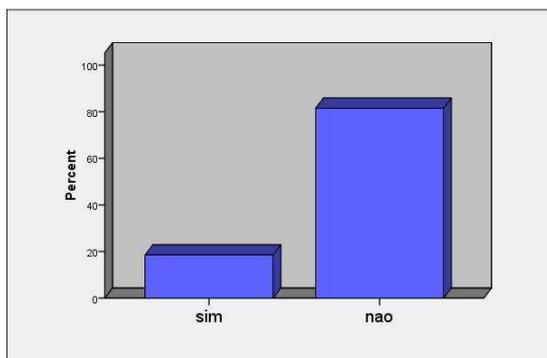
Quadro 5: Busca por oportunidades de emprego no setor de turismo

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

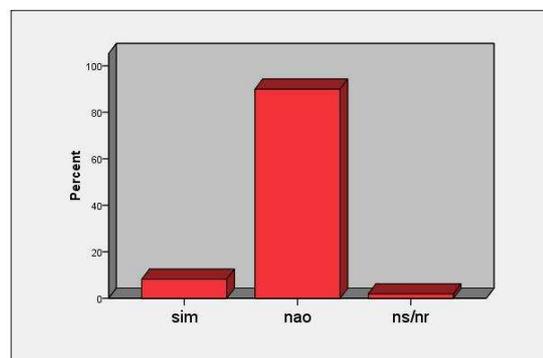
³⁸ Dados que comprovam essa justificativa podem ser identificados no item “Por que não procuraram” por oportunidades no setor de turismo (próximas páginas).

³⁹ Questão aplicada apenas com aqueles entrevistados que não trabalham (trabalharam) na cadeia produtiva do turismo.

Em algum momento, buscou por oportunidades de emprego no setor de turismo, em Barreirinhas?



Em algum momento, o entrevistado buscou por oportunidades de emprego no setor de turismo, em Barreirinhas?



Em algum momento, o entrevistado buscou por oportunidades de emprego no setor de turismo, em Barreirinhas?

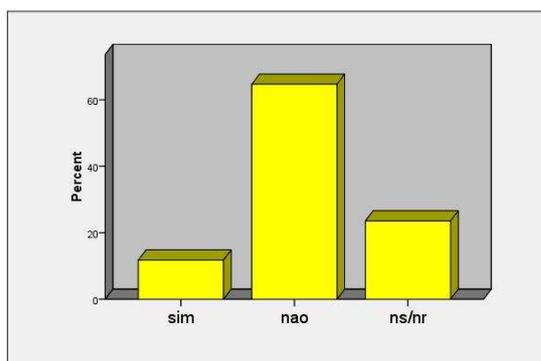


Gráfico 18: Busca por oportunidades de emprego no setor de turismo

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

Observou-se uma leve diferença percentual entre os autônomos e os outros dois segmentos, denotando uma ainda maior proporção de entrevistados que não buscaram por oportunidades de emprego no setor, atingindo, aproximadamente, 90% do total de entrevistados desse segmento social, enquanto que nos dois outros segmentos a margem ficou entorno de 80%.

No que diz respeito aos entrevistados que procuraram por oportunidades de emprego no setor, estes estão concentrados, em maior proporção, no grupo dos empregados em empresa privada, atingindo 18,5% do total de entrevistados do grupo.

➤ **Para os que “buscaram” por oportunidades, por que as buscaram?**

Dos entrevistados que, em menor porcentagem, afirmaram ter buscado por oportunidades no setor, uma justificativa foi frequente e comum aos três segmentos sociais: Por **gostar desse tipo de atividade**. No mais as respostas foram distintas (Quadro 6).

Para aqueles entrevistados que “buscaram” por oportunidades de emprego no setor de turismo, por que buscaram?

<i>Empregado em Empresa Privada</i>	<i>Autônomo</i>	<i>Desempregado</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Por gostar desse tipo de atividade (18,2%) • Por não querer mais trabalhar em suas atividades tradicionais (18,2%) • Pelos muitos benefícios (18,2%) • Por valorizar sua cultura (18,2%) 	<ul style="list-style-type: none"> • Por gostar desse tipo de atividade (17,4%) • Por não querer mais trabalhar em suas atividades tradicionais (17,4%) • Pelos altos salários (17,4%) • Pelas boas condições de trabalho (17,4%) 	<ul style="list-style-type: none"> • Por gostar desse tipo de atividade (37,5%) • Por querer se qualificar nas áreas do setor (37,5%)

Quadro 6: Motivos que levaram a busca por oportunidades de emprego no setor de turismo

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

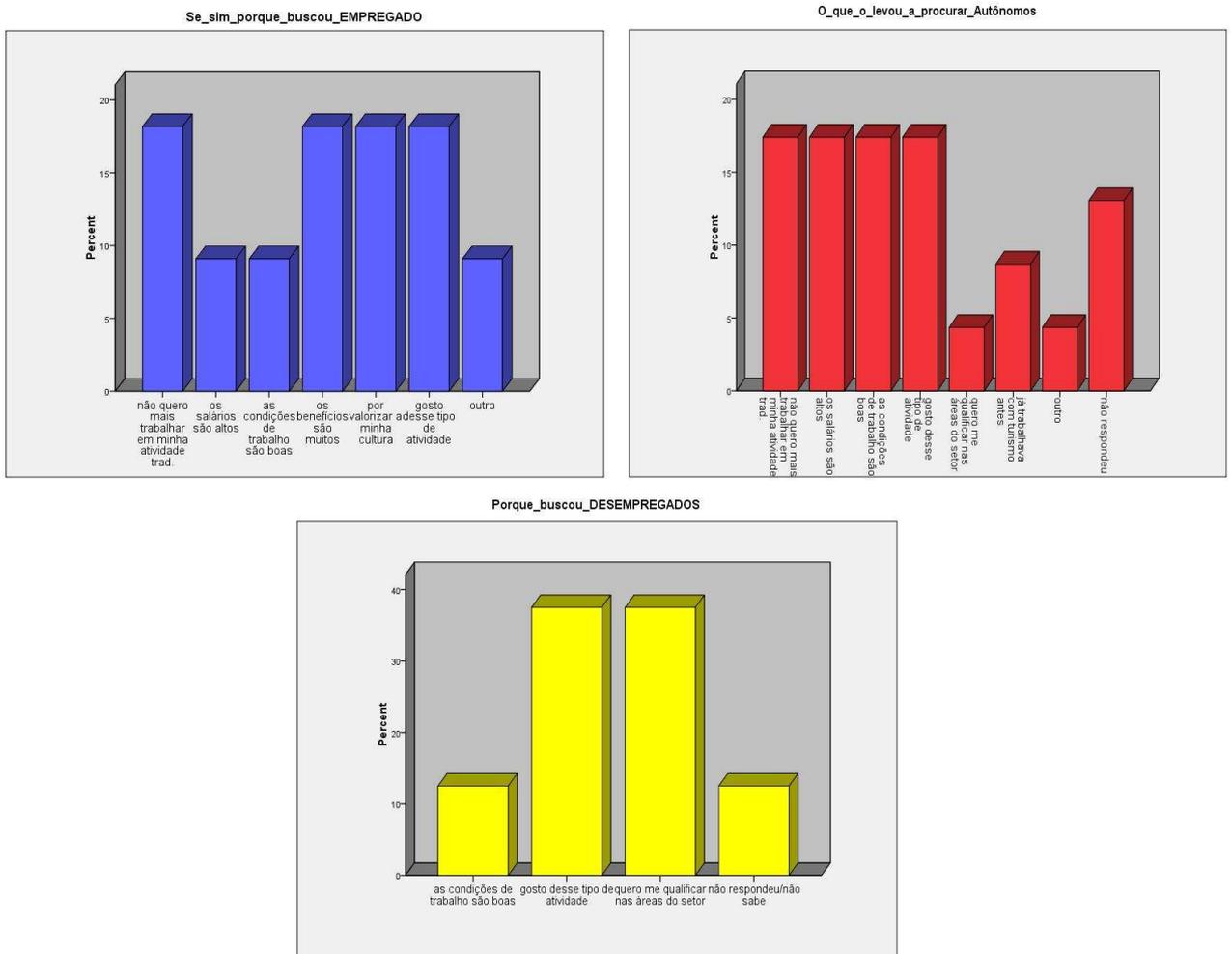


Gráfico 19: Motivos pelo qual buscou

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

➤ Para os que “buscaram” por oportunidades, para qual atividade seria essa procura?

A atividade pretendida que recebeu respostas mais frequentes dos entrevistados e foi comum aos três segmentos sociais foi a de **receptionista/telefonista**. A função de **guia turístico** também teve destaque entre os segmentos de empregados em empresa privada e de autônomos.

Para aqueles entrevistados que “buscaram” por oportunidades de emprego no setor de turismo, para qual atividade seria?		
<i>Empregado em Empresa Privada</i>	<i>Autônomo</i>	<i>Desempregado</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Guia turístico (30%) • Receptionista/telefonista (20%) 	<ul style="list-style-type: none"> • Receptionista/telefonista (29,4%) • Garçon(ete) (17,6%) 	<ul style="list-style-type: none"> • Receptionista/telefonista (22,2%) • Camareiro(a) (22,2%)

Quadro 7: Atividades buscadas pelos entrevistados no setor de turismo

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

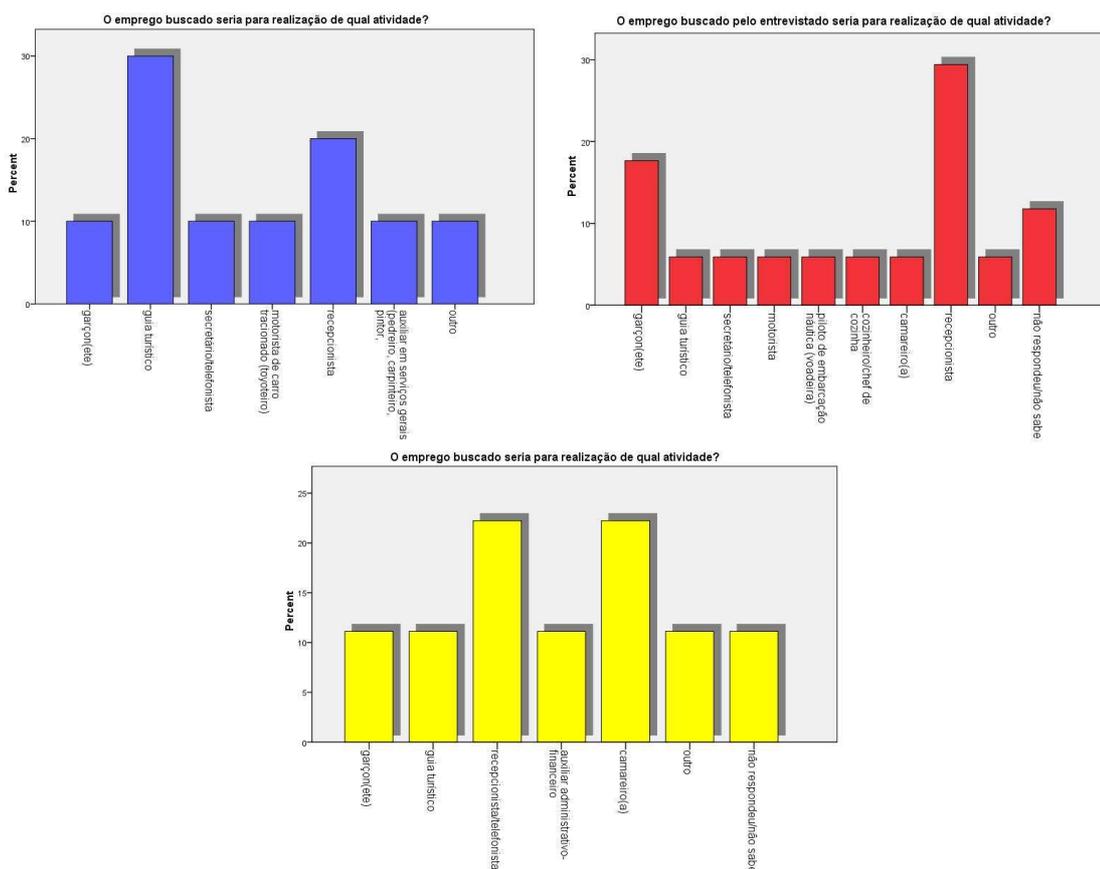


Gráfico 20: Busca para a realização de qual atividade

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

➤ **Para os que “buscaram” por oportunidades, qual fator impediu o sucesso?**

Na opinião dos entrevistados que buscaram por oportunidades de emprego no setor de turismo, os fatores que impediram que conseguissem a vaga de emprego foram similares (por maior frequência de respostas) apenas entre os segmentos de autônomos e desempregados: **baixo nível de escolaridade** e **baixa capacitação técnica para o serviço** (Quadro 8).

Para aqueles entrevistados que “buscaram” por oportunidades de emprego no setor de turismo, qual fator impediu que conseguissem a vaga de emprego?		
<i>Empregado em Empresa Privada</i>	<i>Autônomo</i>	<i>Desempregado</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Falta de experiência anterior com o mesmo trabalho (20%) • Não sabem/Não responderam (20%) 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixo nível de escolaridade (23,5%) • Baixa capacitação técnica para o serviço (23,5%) • Idade (23,5%) 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa capacitação técnica para o serviço (44,4%) • Baixo nível de escolaridade (22,2%) • Não sabem/Não responderam (22,2%)

Quadro 8: Fatores que impediram os entrevistados de conseguirem a vaga de emprego

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

Assim, para os entrevistados, a baixa capacitação, o baixo nível de escolaridade e a falta de experiências anteriores com o trabalho (para os empregados em empresa privada) são os fatores impeditivos mais expressivos de ingresso na cadeia do turismo. Vale destacar a porcentagem significativa de entrevistados que não souberam dizer quais os fatores que impediram sua inserção na cadeia do turismo.

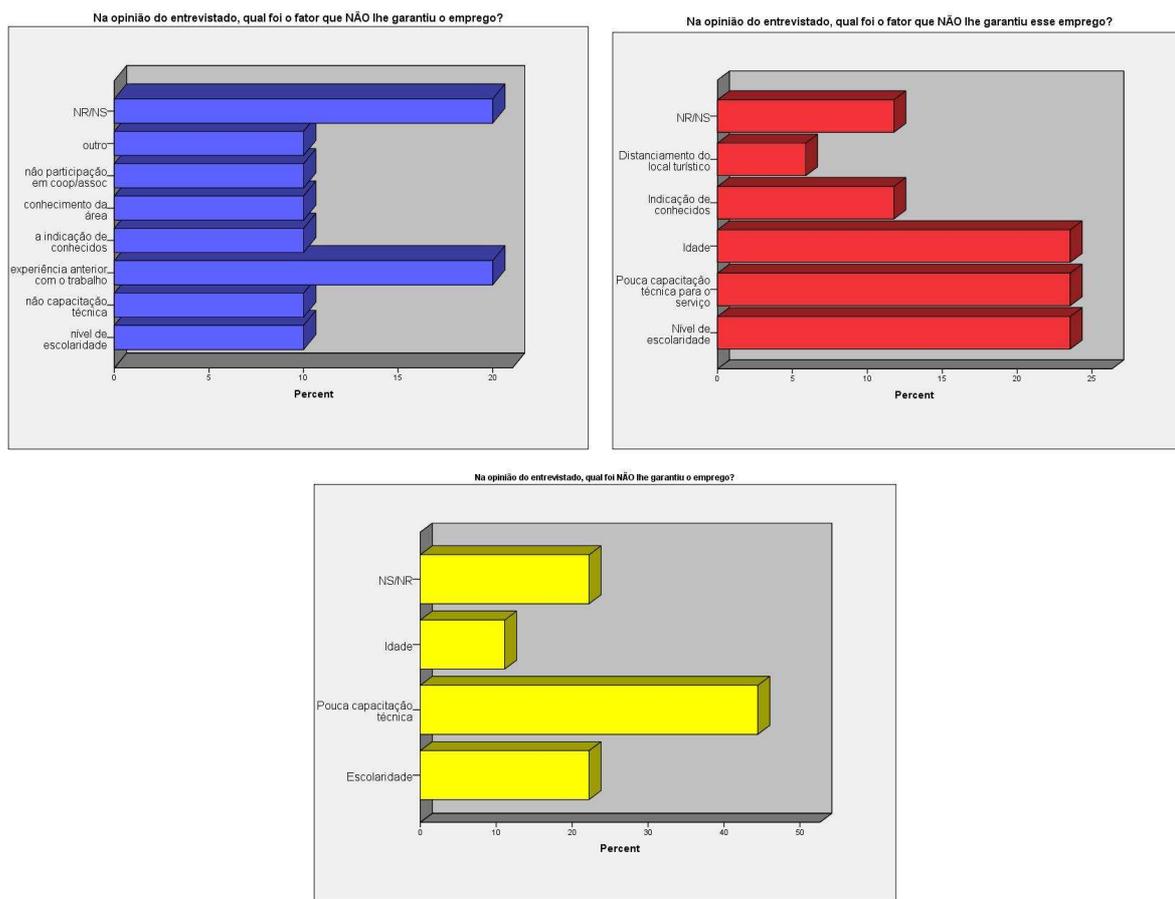


Gráfico 21: Fatores que não garantiram/impediram
Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

➤ **Para os que “não buscaram” por oportunidades, por que não as buscaram?**

Os motivos apresentados pelos entrevistados que não buscaram por oportunidades de emprego no setor foram, pela maior frequência de respostas, dois específicos (Quadro 9):

- (a) Por **não gostar desse tipo de atividade** (EEP e Autônomos);
- (b) Por **não querer abandonar suas atividades tradicionais** (EEP, Autônomos e Desempregados).

Para aqueles entrevistados que “não buscaram” por oportunidades de emprego no setor de turismo, por que não buscaram?

<i>Empregado em Empresa Privada</i>	<i>Autônomo</i>	<i>Desempregado</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Por não gostar desse tipo de atividade (27,3%) • Por não querer abandonar suas atividades tradicionais (25%) 	<ul style="list-style-type: none"> • Por não querer abandonar suas atividades tradicionais (26,2%) • Por não gostar desse tipo de atividade (21,3%) 	<ul style="list-style-type: none"> • Por não querer abandonar suas atividades tradicionais (20%) • Por não haver vagas para pessoas sem qualificação (17,1%) • Por não ter conhecimento sobre a atividade (17,1%)

Quadro 9: Motivos pelos quais não buscaram por oportunidades de emprego no setor

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

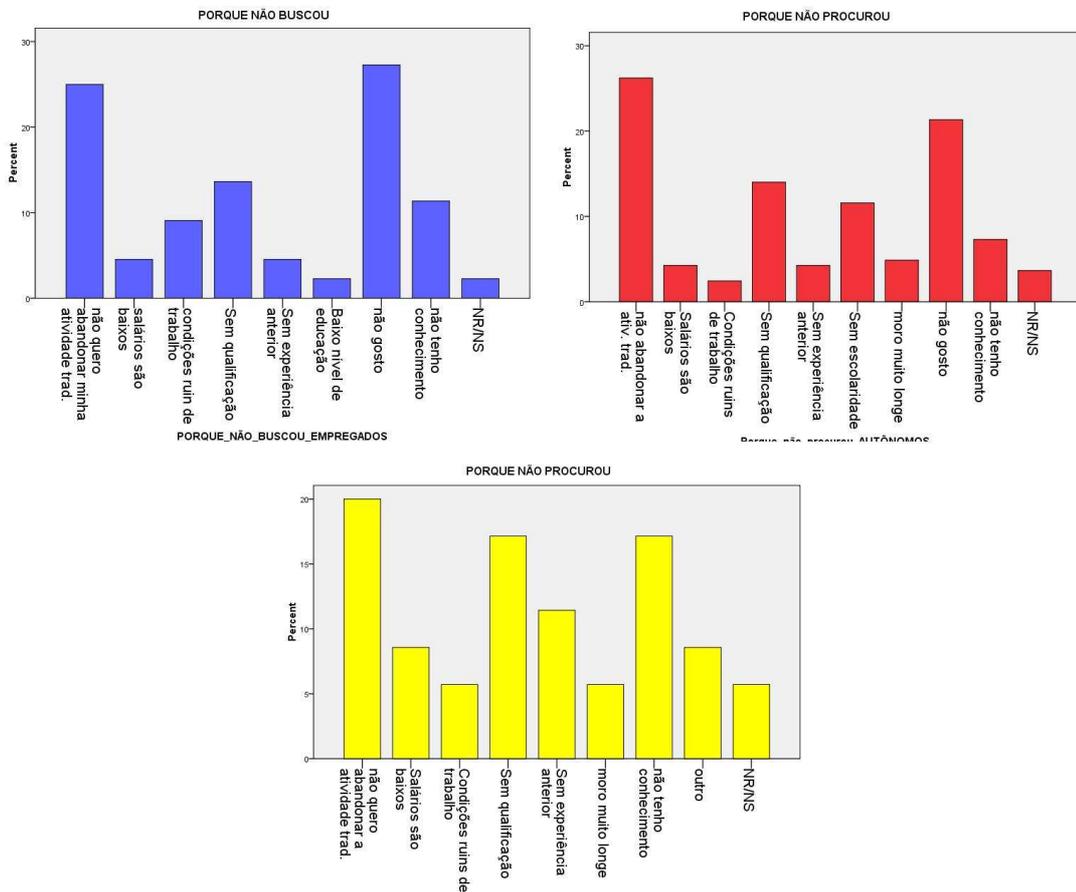


Gráfico 22: Motivos pelos quais os entrevistados não buscaram por oportunidades

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

O Quadro 9 e o Gráfico 22 anteriores trazem indícios de que o setor de turismo no município não tem sido tratado pelos moradores locais como um setor potencial importante para a busca por emprego. Essas observações nos levam à interrogação: existiria uma certa resistência ao trabalho nas atividades turísticas por parte dos moradores? Ou, de forma distinta: haveria uma resistência em abandonar suas atividades tradicionais para se inserirem no setor turístico?

➤ **Para os que “buscaram e conseguiram” emprego (em qualquer setor) no município, qual fator contribuiu?**

Segundo a opinião apresentada pelos entrevistados na pesquisa, os fatores que, em Barreirinhas, contribuem com maior notoriedade para que o indivíduo consiga um emprego são: **conhecimento pessoal da área de trabalho** e a **indicação de conhecidos** (Quadro 10).

Para aqueles entrevistados que estão (ou já estiveram) empregados, qual foi o fator que contribuiu para que conseguissem o emprego atual (anterior)?	
<i>Empregado em Empresa Privada</i>	<i>Desempregado</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento pessoal da área de trabalho (46%) • Indicação de conhecidos (31%) 	<ul style="list-style-type: none"> • Indicação de conhecidos (36,7%) • Conhecimento pessoal da área de trabalho (16,3%)

Quadro 10: Fatores que garantiram o entrevistado no emprego

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

Note-se que se os “baixos níveis de instrução formal e de capacidade técnica para o serviço” e a “falta de experiência anterior” são obstáculos ao ingresso na cadeia do turismo. A “indicação de conhecidos” e o “conhecimento da área” são portas de entrada. No caso dos desempregados, especificamente, o bom nível de instrução formal (escolaridade) também foi um fator de destaque (Gráfico 23).

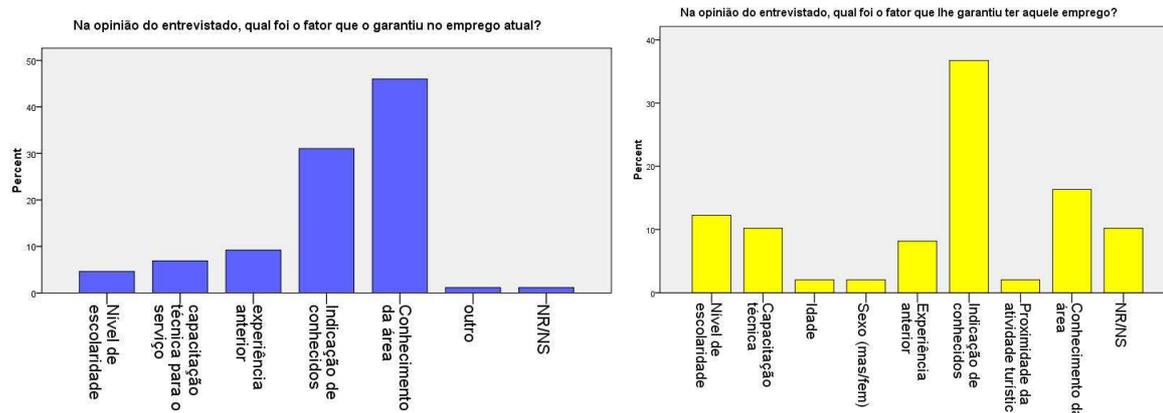


Gráfico 23: Por que não procurou por emprego no setor
 Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

➤ **Questões específicas a cada segmento social não tratadas nos tópicos anteriores**

Neste tópico são apresentadas, por boxes, informações específicas de cada um dos três segmentos sociais não trabalhadas nos tópicos anteriores. Ressalta-se que a análise dos dados, ora apresentados, reflete apenas a maior frequência de respostas pelos entrevistados de cada segmento, sendo que todas as demais informações estão contidas nos gráficos apresentados no Apêndice 3.

EMPREGADOS EM EMPRESA PRIVADA (12,9% do total de entrevistados)

- Os entrevistados do segmento de empregados em empresa privada afirmaram que **não possuem carteira assinada** (51,5%), e que estão empregados **a mais de 01 ano e menos de 05 anos** (39,4%) ou **até 01 ano** (39,4%).
- As funções que realizam no emprego são de **auxiliar em serviços gerais (pedreiro, carpinteiro, pintor, etc.)** (14,1%) e **vendedor** (13,1%).
- Daqueles entrevistados que responderam sobre os cursos realizados, voltados à trabalhos no setor de turismo, destacam-se: (a) curso de **Informante de Turismo e Turismo de Aventura** (22,2%) e curso de **Hotelaria** (16,7%).
- Dos entrevistados desse segmento social que estão **inseridos na cadeia produtiva “restrita” do turismo** (44,9%), trabalhando em **meios de hospedagem** (25,5%) e em **empresas de alimentação turística** (8,2%).
- Os EEP não realizam outro trabalho para ajudar na renda familiar (81,2%), porém, para os que realizam, os trabalhos são de **pesca artesanal** e em **serviços de moto táxi**, atingindo uma renda de **R\$ 100,00 e R\$ 200,00** com essas atividades.

Box 4: Empregados em empresa privada

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

AUTÔNOMOS (34,9% do total de entrevistados)

- O grupo de entrevistados que atuam como autônomos afirmou trabalhar com a **venda de peças de artesanato** (19,5%) e com a **venda de pescados** (11,5%).
- De acordo com os entrevistados, tais produtos são vendidos para a **própria comunidade** (50,2%), caracterizando esse segmento como **não inserido** (60%). Ainda assim, nota-se uma notória porcentagem (40%) de autônomos que afirmaram que seus produtos são vendidos para empreendimentos da cadeia produtiva “restrita” do turismo, caracterizando essa parcela do segmento como **inseridos** na cadeia.
- Desses empreendimentos do setor de turismo os que foram ressaltados como maiores compradores são as **empresas vendedoras de artesanato e produtos típicos** (17%) e os **meios de hospedagem** (9,8%).
- Quanto aos cursos realizados, os entrevistados **não souberam** ou **não responderam** quais as suas especificidades (30,4%). Ainda assim, os entrevistados que responderam destacaram os cursos de **Hotelaria e Turismo** (26,1%) e de **Condutor Ecológico** (13%).
- Ainda que a renda advinda dessas atividades seja baixa (como destacado anteriormente no item “renda total das famílias ao mês” da análise geral dos questionários), os entrevistados autônomos disseram **estar satisfeitos com suas atividades atuais** (84,6%).
- Essa satisfação, ressaltada pela maioria dos entrevistados, é refletida pelas **boas condições de trabalho atuais** (28,7%), e pelo **aumento no aprendizado** (“aprendem bastante”) (26,8 %). Em contraposição, os entrevistados que não estão satisfeitos afirmaram que a **renda que se consegue com o trabalho atual é baixa** (43,1%).

Box 5: Autônomos

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

DESEMPREGADOS (10,8% do total de entrevistados)

- Seguindo os dados obtidos na pesquisa de campo, foi observado que o segmento dos desempregados entrevistados se encontram à **até 01 ano** sem emprego (50,6%).
- Do total de entrevistados, apenas 37,8% deles se encontravam, em seus últimos empregos, **inseridos** na cadeia produtiva “restrita” do turismo. A maior frequência de respostas direcionou para entrevistados **não inseridos** (62,2%).
- Os entrevistados afirmaram que suas atividades eram desenvolvidas **em casa de família como doméstica** (25,6%), em **meios de hospedagem** (15,9%) e em **empresas de alimentação turística** (12,2%). Ressaltaram, ainda, que nos empregos anteriores **não possuíam carteira assinada** (82,5%).
- As funções desenvolvidas mais comuns entre as respostas foi as de **doméstica/cozinheira** (31,3%), seguido pela função de **servente/pedreiro** (12,5% cada). No setor de turismo prevalecem as funções de **cozinheiro(a)** (23,1%) e de **garçon(ete)** (17,9%).

- Quanto aos cursos realizados, voltados a oportunidades de emprego no setor de turismo, foram citados os cursos de **Informante Turístico** (30,8%) e de **Língua Inglesa** (23,1%).
- Dentre as funções mais procuradas prevaleceram as funções de **camareiro(a)** e de **recepcionista/telefonista** (22,2% cada).

Box 6: Desempregados

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

3.3.3. Interpretação dos Dados e Análise dos Fatores Elencados

Neste tópico é apresentada a avaliação do nível de contribuição dos fatores, previamente elencados, para a inserção socioeconômica de habitantes locais na cadeia produtiva do turismo. Tal avaliação dos fatores foi desenvolvida com base nos resultados levantados e obtidos na pesquisa de campo, sistematizados e analisados nos tópicos anteriores, tomando como critério de interpretação dos mesmos três grupos de variáveis específicas e distintas:

- (1)  **Forte probabilidade:** fatores que, tanto pela análise estatística como pela análise descritiva comparativa geraram indícios de contribuição nos processos de inserção.
- (2)  **Duvidosos:** fatores que, mesmo com a não associação demonstrada pelos testes estatísticos, apresentaram indícios de notoriedade de respostas na análise descritiva comparativa. Ou ainda, fatores que pela abundância de respostas homogêneas nos diferentes grupos de análise, não puderam ser interpretados com maior propriedade na pesquisa;
- (3)  **Descartados:** fatores que, pela realização dos testes estatísticos ou pela análise discursiva (razões apresentadas pelos entrevistados) e ontológica, não ganharam significado e foram excluídos da lista de possíveis fatores de contribuição.

Seguindo esse modelo de avaliação são apresentados, a seguir, os fatores previamente elencados e suas respectivas interpretações:



CONHECIMENTO DA ÁREA

Fator **duvidoso**. Pelo teste estatístico (Qui-quadrado) não houve nenhuma indicação de associação entre este fator e o grau de inserção socioeconômico na cadeia do turismo.

Ainda assim, o conhecimento da área foi um fator de destaque pelos seguintes aspectos:

- 1º fator mais citado (35,9%) – dentre os fatores destacados pelos entrevistados que “estão (ou estiveram) empregados” em qualquer setor de trabalho – como aquele que mais contribuiu para que conseguissem empregos em Barreirinhas;
- 2º fator mais citado (33,4%) - dentre os fatores destacados pelos entrevistados “inseridos” na cadeia – como aquele que mais contribuiu para que conseguissem empregos no setor de turismo;

Vale ressaltar que este fator teve uma baixa frequência de respostas entre os entrevistados que buscaram mas não conseguiram empregos no setor, como aquele que, pela sua falta, impediu que o emprego fosse conseguido.



GRAU DE ESCOLARIDADE

Fator **duvidoso**. O baixo nível de instrução formal foi citado com grande frequência pelos entrevistados – dos três segmentos sociais - que “buscaram”, mas “não conseguiram”, empregos no setor de turismo como o segundo fator de maior impedimento ao ingresso no setor.

Entretanto, o teste estatístico Qui-quadrado rejeitou a hipótese de associação entre o grau de inserção socioeconômico no turismo e a escolaridade.



PROXIMIDADE FÍSICA DO LOCAL ONDE A ATIVIDADE TURÍSTICA SE DESENVOLVE

Fator **duvidoso**, dado à abundância encontrada nas respostas tanto dos entrevistados “inseridos” na cadeia produtiva restrita do turismo (70,4% - residem na própria sede de Barreirinhas) como dos entrevistados que “não estão inseridos” (78,9% - residem na própria sede de Barreirinhas).

Ressalta-se que essa abundância pode ser consequente da própria abrangência territorial da pesquisa que atingiu um total de 76,7% (aproximadamente 3/4 da amostra) dos entrevistados residentes na própria sede do município.

Quanto ao teste estatístico realizado (Qui-quadrado), este apresentou uma associação moderada - dado ao seu coeficiente de contingência de 0,258 - entre o grau de inserção e a proximidade física do local onde a atividade turística se desenvolve, no caso, na própria sede de Barreirinhas.



GÊNERO

Fator **descartado**. Não foi identificada nenhuma associação potencial, pela realização do teste Qui-quadrado, entre o grau de inserção e o gênero dos entrevistados. Nem mesmo na análise descritiva e comparativa houve qualquer notoriedade de frequências nas respostas para esse fator, nem como contribuição para a inserção, nem como fator de impedimento.

No entanto é válido destacar a distinção entre os fatores que contribuíram para a inserção de homens e mulheres na cadeia produtiva “restrita” do turismo. No caso dos homens o fator “conhecimento da área” aparece com uma maior frequência diante dos demais fatores (48%), enquanto que no caso das mulheres o fator “indicação de conhecidos” é o fator com maior frequência (44%) diante dos demais.

Nesse sentido, a variável **gênero** parece servir mais como um componente que facilita a inserção socioeconômica por fatores específicos, do que como um fator em si.



IDADE

Fator **descartado**. Por meio da realização do teste estatístico (Mann-Whitney) não foi atestada nenhuma associação entre o grau de inserção e a idade do entrevistado. Pela análise descritiva e comparativa dos dados dos três segmentos sociais não foi notada nenhuma referência potencial pela alta frequência de respostas, ressaltando a idade como um fator de contribuição para a inserção dos habitantes locais no setor de turismo.



REDE DE RELAÇÕES SOCIAIS

Fator **duvidoso**. Ainda que com a realização do teste estatístico (Qui-quadrado) não tenha ocorrido nenhuma indicação de associação entre este fator e o grau de inserção socioeconômico, a frequência de respostas destacando a indicação de conhecidos como o fator de grande contribuição é relevante:

- 1º fator mais citado (42,4%) - dentre os fatores destacados pelos entrevistados inseridos e empregados na cadeia restrita do turismo – como aquele que mais contribuiu para que conseguissem empregos no setor de turismo;
- 2º fator mais citado (34,4%) - dentre os fatores destacados pelos entrevistados que “estão (ou estiveram) empregados” em qualquer setor de trabalho – como aquele que mais contribuiu para que conseguissem empregos em Barreirinhas;

A rede de relações sociais, principalmente entre os indivíduos do sexo feminino (como anteriormente destacado) em Barreirinhas, parece ser um fator que contribui para a inserção socioeconômica na cadeia produtiva “restrita” do turismo.

Acredita-se que por se tratar de uma cidade ainda provinciana com fortes características do meio rural, suas relações sociais acabam sendo representadas pelas relações de confiança entre os indivíduos e entre suas famílias, o que pode resultar na dinâmica de empregos e de trabalhos no setor de turismo.



EXPERIÊNCIAS FAMILIARES ANTERIORES

Fator **descartado**. O teste estatístico Qui-quadrado demonstrou que não há nenhuma relação potencial de associação entre o grau de inserção e a experiência familiar anterior com atividades ligadas ao setor de turismo.

Destaca-se que na análise descritiva e comparativa os três segmentos sociais afirmaram, com alta frequência de respostas, que suas atividades atuais não são atividades anteriormente realizadas por algum de seus familiares.

Nessa perspectiva, há indícios de que a inserção socioeconômica pouco depende de experiências familiares anteriores, dado que a atividade turística no município é, ainda, recente.



ORGANIZAÇÃO COLETIVA

Fator com **forte probabilidade**. A organização coletiva por meio de cooperativas e/ou associações parece ser um fator que contribui para a inserção de habitantes locais na cadeia produtiva “restrita” do turismo. O teste estatístico realizado (Qui-quadrado) apresentou uma associação leve (fraca) entre o grau de inserção e a organização coletiva, tendo seu resultado sido influenciado pelos 34,8% dos entrevistados inseridos que participam de alguma associação ou cooperativa.

Por conta disso, o fortalecimento da organização coletiva, em Barreirinhas, acaba por ganhar significado na pesquisa, e mesmo nos processos de inserção socioeconômica no turismo.



NATURALIDADE (SOCIALIZAÇÃO)

Fator **duvidoso**. Mesmo sem a possibilidade de realização de testes estatísticos, dado que apenas os entrevistados “não inseridos” responderam se buscaram ou não por oportunidades de emprego no setor de turismo, foi possível ressaltar a ampla frequência de indivíduos que “não buscaram” (aproximadamente 84%), diante de apenas 10,4% que “buscaram”.

Esta ampla frequência referente à baixa procura por oportunidades parece se contrapor ao desenvolvimento da atividade turística no município. Tal fato pode ser esclarecido por duas justificativas potenciais dos entrevistados: “**não gosto desse tipo de atividade**” e “**não quero abandonar minhas atividades tradicionais**”.

Dessa forma, a inserção de habitantes locais na cadeia produtiva do turismo parece não ser resultante de um aspecto natural, decorrente do modelo de desenvolvimento local implantado. Entretanto, deve-se levar em consideração que, pela análise do IFDM, os níveis de emprego e renda têm, nos últimos anos, diminuído, o que traz indícios de que o

crescimento da atividade turística na região e a busca por oportunidades no setor têm seguido por caminhos opostos.



RELIGIÃO

Fator **descartado**. Pela abundância de respostas referentes à religião **católica**, em todos os segmentos sociais estudados, assim como no grupo dos inseridos e dos não inseridos, este foi descartado por não ganhar significado. O teste estatístico (Qui-quadrado) rejeita a hipótese de associação entre o grau de inserção e o segmento religioso dos entrevistados.

Dessa forma, o fator “religião” parece não ter influência direta nos processos de inserção socioeconômica na cadeia produtiva restrita do turismo em Barreirinhas.



RENDA FAMILIAR

Fator **descartado**. Analisado estatisticamente, por meio do teste de Mann-Whitney, o fator “renda familiar mensal” não atingiu níveis significativos de associação quando realizado o cruzamento com o grau de inserção na cadeia do turismo.

Mesmo na análise descritiva e comparativa não houve nenhuma notoriedade nas frequências de respostas que fizessem com que a renda familiar mensal se destacasse como fator de contribuição para a inserção, justificando a apresentação de um novo indício a ser futuramente testado.



CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

Fator com **forte probabilidade**. A capacitação profissional (capacitação técnica para o serviço) teve destaque na análise descritiva e comparativa tendo sido abordada pelos entrevistados - dos três segmentos - que “buscaram”, mas “não conseguiram” o emprego, como um dos principais obstáculos ao ingresso na cadeia do turismo.

Outro indicador, que fortalece o aceite da hipótese de associação entre capacitação profissional e o grau de inserção, pôde ser notado por meio da análise estatística realizada

pelo teste de Qui-quadrado. Neste teste foi identificada a associação leve (fraca) entre as variáveis, com um nível de confiança de 95%.

CONCLUSÃO

A realização do presente trabalho permitiu reconhecer a dinâmica do processo de desenvolvimento local do município de Barreirinhas frente às ações governamentais (estaduais) de fomento ao avanço da atividade turística como mecanismo de combate aos baixos índices de desenvolvimento social e econômico da região.

Ao longo de toda a pesquisa qualitativa pôde-se contextualizar a realidade socioeconômica da população barreirinhense, permitindo uma maior aproximação e reconhecimento dos problemas, agora visíveis, refletidos pela carência da comunidade local por melhores condições de vida.

Mesmo contando com um potencial ambiental-natural de amplitude consideravelmente explorável para o turismo, o município de Barreirinhas esbarra na caótica desorganização de sua administração pública, representada por, dentre outras coisas, problemas quanto ao atendimento das necessidades mínimas de saúde, educação, emprego e renda, saneamento básico e moradia de sua população local. Somado a isso, identifica-se o agressivo crescimento da atividade turística ausente de mecanismos efetivos e eficazes de monitoramento e mitigação dos impactos ambientais e sociais encontrados, o que demonstra a necessidade de novas políticas públicas voltadas ao reestabelecimento local.

Na análise e reflexão sobre os resultados da pesquisa buscou-se, inicialmente, entender em que medida a dinâmica atual⁴⁰ do turismo permite, ou não, a inserção dos moradores locais em sua cadeia produtiva, tratando de reconhecer, ainda, a estrutura dessa cadeia local.

Pela análise dos dados gerais obtidos na pesquisa de campo foi possível notar que o segmento social de maior destaque dentre todos os demais segmentos da amostra total de 759 entrevistados foi o dos “Autônomos” (35%, aproximadamente). Este dado converge com os dados da pesquisa qualitativa, anterior à pesquisa de campo, que apresentou a informalidade nos trabalhos em Barreirinhas como os de maior expressão.

Pôde-se notar, também, que a maior proporção de entrevistados inseridos na cadeia do turismo, por segmento pesquisado, está entre os “Empregados em Empresa Privada”.

⁴⁰ Referente ao ano de 2010.

Aproximadamente 45% do total de entrevistados desse grupo realiza trabalhos tangentes à estrutura da cadeia turística local.

No entanto, a maior percentagem de inseridos na cadeia do turismo é de entrevistados “Autônomos” (58,5%). Nessa perspectiva, ao se analisar as características do trabalho no setor de turismo do município, são obtidos indícios de que a dinâmica de inserção socioeconômica de habitantes de Barreirinhas se dá, em maior proporção, por meio de trabalhos informais (como pelo artesanato, pelos serviços de guia turístico, pesca artesanal, agricultura familiar, dentre outros). A absorção da comunidade local pelo turismo e o benefício econômico canalizado para esses indivíduos parece estar atrelada à informalidade.

Posteriormente, procurou-se entender os reais motivos que levam a comunidade barreirinhense a procurar (ou não procurar) por oportunidades de emprego no setor de turismo. Os dados da pesquisa de campo mostraram que, apesar dos baixos índices de renda e emprego encontrados no município e da ampla informalidade nos trabalhos desenvolvidos, a busca por oportunidades de emprego no setor de turismo é extremamente baixa.

Os dados da pesquisa sinalizam para três justificativas para o real motivo dessa baixa procura da população barreirinhense por oportunidades de emprego no turismo.

- (a) a comunidade local não gosta desse tipo de atividade;
- (b) a comunidade local não quer abandonar suas atividades tradicionais;
- (c) a comunidade local não tem conhecimento sobre o setor de turismo e sobre os benefícios que esse pode gerar.

Em seguida, buscou-se analisar e avaliar os fatores previamente elencados de acordo com sua contribuição nos processos de inserção socioeconômicos na cadeia produtiva do turismo.

Dentre os doze fatores elencados, dois deles possuem forte probabilidade pelos indicativos gerados a partir dos testes estatísticos e das análises descritivas e comparativas de variáveis. Cinco deles são fatores duvidosos e carecem de aprofundamento mais específico. E outros cinco foram descartados por não terem obtido significado na pesquisa.

Concluiu-se, por meio de todos os levantamentos, estudos, análises e interpretações, que os fatores que possuem forte probabilidade de contribuição para a inserção socioeconômica na cadeia produtiva “restrita” do turismo, em Barreirinhas, são: (1) a **organização coletiva**; e (2) a **capacitação profissional**.

Os fatores que geraram dúvidas e novas hipóteses e, portanto, foram classificados como duvidosos, merecendo uma análise mais aprofundada em trabalhos posteriores, são: (1) o **conhecimento da área**; (2) o **grau de escolaridade**; (3) a **proximidade física do local onde a atividade turística se desenvolve**; (4) a **rede de relações sociais**; e (5) a **naturalidade (socialização)**.

Os demais fatores descartados nesta pesquisa não ganharam significado nos processos de inserção socioeconômica de moradores locais no turismo, porém, devem ser retrabalhados e testados em projetos de pesquisa em outras localidades caracterizadas como destinos turísticos (emergente ou consolidados). São eles: (1) o **gênero**; (2) a **idade**; (3) as **experiências familiares anteriores**; (4) a **religião**; e (5) a **renda familiar**.

Acredita-se que todos os objetivos propostos no projeto de pesquisa, desde sua fase inicial até a sua fase final, foram alcançados. Contudo, por meio da análise crítica dos dados obtidos e reflexão sobre os resultados, pôde-se criar e transcorrer uma discussão ainda não conclusiva.

O estudo realizado identificou alguns possíveis fatores que, pela sua influência direta ou indireta nos processos de inserção socioeconômica, poderiam ser levados em consideração nas etapas de construção, planejamento, organização, implementação e execução de políticas públicas de inclusão social, e não apenas no setor de turismo.

Ressalta-se, por fim, que os fatores experimentados não foram testados com o intuito de aferirem causas e/ou consequências, mas sim de apresentar, por meio de testes estatísticos e análises descritivas, possíveis associações entre variáveis.

Considera-se que a continuidade desse estudo em um trabalho de tese (doutorado) poderia buscar esclarecer dúvidas suscitadas durante o período de pesquisa, tais como:

1. A questão cultural, com toda a complexidade e subjetividade que a envolve, pode afetar o comportamento de habitantes de destinos turísticos em relação a sua inserção no setor de turismo? Pôde-se notar, pela realização deste estudo, que

grande parte da comunidade barreirinhense parece não querer se desvincular de suas atividades tradicionais características de sua identidade cultural, como a pesca artesanal e a agricultura familiar.

2. Qual a real visão dos habitantes de destinos turísticos sobre a atividade turística? Essa população enxerga o setor de turismo como um amplo quadro de oportunidades de trabalho, emprego e renda? Essa população reconhece perspectivas positivas no turismo e querem viver dessa atividade? Há indícios de que, em Barreirinhas, comunidades locais (principalmente aquelas comunidades distanciadas da sede municipal onde a atividade turística se apresenta de forma mais visível) se reconheçam como parte de uma esfera de atuação muito distante da esfera do setor turístico. Parece não visualizarem as múltiplas ramificações da cadeia produtiva do turismo e, a partir delas, buscarem por oportunidades de se inserirem e participarem dos benefícios econômicos que essa cadeia proporciona.
3. As políticas assistencialistas têm influenciado os processos decisórios de inserção socioeconômica no turismo? O presente trabalho ressaltou o notório número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família em Barreirinhas (7.452 famílias⁴¹) que, mesmo vivendo em condições de extrema pobreza, parecem não vislumbrar o turismo como alternativa no combate às precárias condições de vida.

A realização de uma pesquisa mais aprofundada poderia contribuir para a consolidação da ideia sobre os fatores de inserção socioeconômica no turismo por meio da análise comparativa entre outros destinos turísticos emergentes, como o de Barreirinhas, ou mesmo consolidados. A partir de novos estudos será possível identificar as razões de alguns fatores não terem ganhado destaque nesta pesquisa (como idade e gênero).

Em estudos futuros se reconhece a importância da realização de entrevistas semiestruturadas com empresários locais, a criação de um diálogo com políticas públicas tangentes à realidade local, e a análise das mudanças na estrutura de trabalho desses destinos turísticos, incluindo a identificação e análise da agenda de projetos socioeconômicos de organismos e instituições atuantes na área.

⁴¹ Se calculado o número de quarto indivíduos por família – média apresentada pela pesquisa – o índice de pessoas atendidas pelo Programa Bolsa Família no município será de mais de 50% da população local.

Acredita-se que a partir de estudos e análises em outras regiões a discussão do tema teria ainda maior propriedade de reflexão e instrumentalização.

REFERÊNCIAS

ANDRADE; DIVINO; MOLLO; TAKASAGO. **A economia do turismo no Brasil**. Brasília: SENAC/DF, 2008.

BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. – 12. ed. – Campinas: Papirus, 2002. 160 p.

BELLEN, Hans Michael Van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. – 2. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 253.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 8ª Ed, atualizada São Paulo: Editora Senac, 2003.

BISQUERRA, Rafael. **Introdução à estatística: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BUARQUE, S.C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável: Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal**. Brasília: PCT –INCRA/IICA, 1999. 105 p.

BUDEANU, Adriana. **Introduction and overview of the journal of cleaner production: special issue on sustainable tourism**. Elsevier: Journal of Cleaner Production 13, 2004.

BURSZTYN, Maria Augusta A.; Marcel BURSZTYN. **Desenvolvimento sustentável: fundamentos e implicações**. Brasília: CDS, 2010.

BURSZTYN, Marcel. **Meio ambiente e interdisciplinaridade: desafios ao mundo acadêmico**. In: *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 10. Curitiba: Editora UFPR, jul./dez. 2004, p. 67-76.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade**. Brasília: Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. Brasília: 2007. 126 p.

BRITO, Morais. **Rio Preguiças**. Disponível em: <<http://www.deltadorioparnaiba.com.br/>> Acesso em: 28 Feb 2010.

CARVALHO, Rossane Cardoso. **Turismo nos Lençóis Maranhenses: estudo das representações sociais de atores sobre a situação atual e futura do turismo nos municípios de Barreirinhas e Santo Amaro do Maranhão, MA**. 2007. 311 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

CASTRO, Vanessa Maria de. **Impactos dos programas educacionais Bolsa-escola no Brasil e Education Action Zone na Inglaterra**. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília. Brasília, 2004.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. **Integrating biodiversity into the tourism sector: best practice guidelines**. [S.I]: UNEP/UNDP/GEF/BPSP, 2001.

CEPAL/PNUD/OIT. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente**. Brasília: CEPAL/ PNUD/OIT, 2008. (Projeto CEPAL/PNUD/OIT) 176 p.

CGU. **Portal da Transparência do Governo Federal**. Disponível em: <<http://ma.transparencia.gov.br/Barreirinhas>>. Acesso em: 20 Fev 2010.

CLARKE, Jackie. **A framework of approaches to sustainable tourism**. Oxford: Journal of Sustainable Tourism. Vol. 5, n. 3, 1997.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. - 2. ed. – Rio de Janeiro: FGV, 1991, 430 p.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). **Dados Gerais de Barreirinhas-MA**. Disponível em: <http://www.cnm.org.br/dado_geral/mumain.asp?ildMun=100121028>. Acesso em: 16 Set 08.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). **Dados Econômicos**. Disponível em: <http://www.cnm.org.br/economia/br_economia.asp#>. Acesso em: 14 jul 08.

_____. **IDH de Barreirinhas**. Disponível em: <http://www.cnm.org.br/idh/mu_idh_atual.asp>. Acesso em: 10 Fev 2010.

COOPER, Chris *et all*. **Turismo: princípios e práticas**. 3^a Ed. Porto Alegre: Bookman Companhia Editora Ltda, 2007.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudança**. Fortaleza: EdUECE, 2009.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **O turismo, a exclusão e a inclusão social**. Disponível em: <<http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=11158>>. Acesso em: 15 nov 09.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **O turismo comunitário da Prainha do Canto Verde – Beberipe - CE**. Disponível em: <<http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=11160>>. Acesso em: 15 nov 09.

COSTA, Helena Araújo. **Mosaico da Sustentabilidade em Destinos Turísticos: cooperação e conflito de micro e pequenas empresas no roteiro integrado Jericoacoara – Delta do Parnaíba – Lençóis Maranhenses**. 2009, 296p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009

DANTAS, Alexis; KERTSNETZKY, Jacques; PROCHNIK, Victor. **Empresa, indústria e mercados**. In: KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia (Org.). Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

D'ANTONA, Álvaro de Oliveira. **O lugar do Parque Nacional no espaço das comunidades dos Lençóis Maranhenses.** – Brasília: Ed. IBAMA, 2000. 88p. – (Série meio ambiente em debate, 32)

D'ANTONA, Álvaro de Oliveira. **O verão, o inverno e o inverso:** Lençóis Maranhenses, imagens. Brasília: IBAMA, 2002. 179 p.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente.** 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

DUARTE, Laura Maria Goulart. **Dilemas do Cerrado: entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

FIRJAN. **IFDM edição 2010 - Ano base 2007.** Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CEC2B532680012B532A39AA1F7D.htm>>. Acesso em: 22 Set 2010.

FRANCE, L. (Ed.). **The Earthscan reader in sustainable tourism.** UK: Earthscan Publications Ltd., 1998.

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E À CULTURA (FAPEC). **Proposta de elaboração de estudo da cadeia produtiva do turismo em Mato Grosso do Sul.** Campo Grande, MS: 2006.

FURTADO, Celso. **Introdução ao Desenvolvimento.** *Enfoque Histórico-Estrutural.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000 (3ª. ed. revista pelo autor).

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GARROD, Brian; FYALL, Enoque. **Beyond the rhetoric of sustainable tourism? Tourism Management.** Reino Unido: Elsevier Science, v. 19, n3, 1998.

GOOGLE. **Google Maps Brasil.** Disponível em: <<http://maps.google.com.br/>>. Acesso em: 02 Jun 2010.

HOLDER, Jean S. **Pattern and impact os tourism on the environment of the Caribbean.** In: Medlik, S. (ed) *Managing tourism.* Londres, Butter-worth-Heinemann, 1991.

HÔTELIER NEWS. **Solare Lençóis (MA): resort em um destino único.** Disponível em: <<http://www.hoteliernews.com.br/HotelierNews/Hn.Site.4/Imprimir.aspx?Noticia=34966&Midi a=1>>. Acesso em: 15 Abril 2010.

HUNTER, Colin. Aspects of the sutainable tourism debate from a natural resources perspective. In HARRIS, R.; GRIFFIN, T.; WALL, G. (eds). **Sustainable Tourism: a global perspective.** Oxford: Butterworth-Heinemann, 2002, p.3-33.

INSTITUTO AMBIENTAL BRASIL SUSTENTÁVEL (IABS). **Plano de Desenvolvimento Local Sustentável para Barreirinhas.** Brasília: Editora IABS, 2008.

INEP. **Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB)**. Disponível em: <<http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: 04 Jul 2010.

INEP. **Mapa do analfabetismo no Brasil**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/estatisticas/analfabetismo/>>. Acesso em: 11 Ago 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 02 Jan 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Serviços de saúde (2005)**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 12 Fev 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População recenseada e estimada, segundo os municípios - Maranhão – 2007**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem_final/tabela1_1_8.pdf>. Acesso em: 26 Jan 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/MA2010.pdf>>. Acesso em: 02 Nov 2010

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores Sociais, Brasil**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php>>. Acesso em: 10 Fev 2010.

IBGE CIDADES. **Maranhão: Barreirinhas**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 15 Fev 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Listagem de Unidades de Conservação**. Disponível em: <www.ibama.gov.br/siucweb/mostraUc.php?seqUc=90>. Acesso: 08 jul 08.

INSTITUTO BRASILEIRO DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Listagem de Unidades de Conservação**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/siucweb/mostraUc.php?seqUc=11>>. Acesso: 08 jul 08.

IPEA. **Ipeadata**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=2077166681&Tick=1289413337286&VAR_FUNCAO=Ser_Temas%281828887210%29&Mod=S>. Acesso em: 20 Ago 2010.

IRVING, Marta de Azevedo. **Refletindo Sobre o Turismo Como Mecanismo de Desenvolvimento Local**. In V Encontro Nacional de Turismo com Base Local. Políticas Públicas e o Lugar do Turismo. Brasília: Anais Comunicações, 2001.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens.** São Paulo: Aleph, 2001.

LAGES, Vinícius Nobre; ZITZ, Miriam. **Inteligência Competitiva.** Brasília: SEBRAE, 2005.

LATOUCHE, Serge. **O Sul e o ordinário etnocentrismo do desenvolvimento.** Le Monde Diplomatique Brasil, 2004. Disponível em: <http://diplomatie.uol.com.br/acervo.php?id=1049&PHPSESSID=2992afb2cd65c8594faad2ff286459fc>. Acesso em: 03 nov 2010.

LICKORISH, Leonard J.; JENKINS, Carson L. **Introdução ao Turismo.** 3ª tiragem Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MACHADO, V. F. **A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo a Rio-92.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável. 2005.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada.** Porto Alegre: Bookman, 2001.

MALHOTRA, Naresh K. **Introdução à pesquisa de marketing.** São Paulo: Pretice Hall, 2005.

MARANHÃO, Governo do. **Dados gerais do Maranhão.** Disponível em: <http://www.ma.gov.br/maranhao/index.php?id=2726>. Acesso em: 28 Jan 2010.

MARANHÃO. **Mapa dos Pólos.** Disponível em: <http://www.turismo.ma.gov.br/pt/principal.htm#>. Acesso em: 30 Abril 2010.

MARANHÃO. **Dados Gerais: Barreirinhas – Maranhão.** Disponível em: http://www.pmbarreirinhas.ma.gov.br/portal1/dado_geral/mumain.asp?ildMun=100121028
Acesso em: 12 Abril 2010

MARANHÃO. **Plano Maior de Desenvolvimento Integral do Turismo do Maranhão.** Disponível em: <http://www.ma.gov.br>. Acesso em: 14 Maio 2010

MDS. **Guia de Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** SENARC, Brasília, 2008. 150 p.

MDS. **Bolsa Família: Lei N° 10.836.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm. Acesso em: 12 Fev 2010.

MDS. **Programa Bolsa Família.** Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/estados_e_municipios/gestao-compartilhada. Acesso em: 12 Fev 2010.

MDS. **Consulta de benefícios por município.** Disponível em: <https://www.beneficiosociais.caixa.gov.br/consulta/beneficio/04.01.00-00_00.asp>. Acesso em: 12 Fev 2010.

MEC. Indicadores demográficos e educacionais de Barreirinhas-MA. Disponível em: <<http://ide.mec.gov.br/2008/gerarTabela.php>>. Acesso em: 10 Fev 2010.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA); INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.** São Luís, 2003 (a)

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Qualificação a Distância para o Desenvolvimento do Turismo: turismo e sustentabilidade: formação de redes e ação municipal para regionalização do turismo.** Florianópolis: SEAD/UFSC, 2008.

MONFORT MIR, Vicente M. **Competitividad y factores críticos de éxito en la “hoteles de litoral”: experiencia de los destinos turísticos Benidorm y Peñíscola.** Madrid, FITUR/IFEMA, 2000.

MTE. **Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda - Dados de Barreirinhas.** Disponível em: <http://perfildomunicipio.caged.com.br/result_SPER.asp?entrada=SPER&tpCST=cstMUN&UF=MA&codmun=210170&ufacesso=MA>. Acesso em: 11 Fev 2010.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Estado e sociedade no Brasil, novos padrões de relacionamento? Brasília, Conselho de Justiça Federal, 1997 (Série monografias do CEJ, 4)

NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício de Carvalho. **Desenvolvimento Sustentável: a institucionalização de um conceito.** Brasília: Editora IBAMA, 2002. 367 p.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e desenvolvimento.** Planejamento e organização. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Introdução ao turismo.** Trad. Dolores M. R. Corner. São Paulo: Roca, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). World Tourism Organization – UNWTO. Disponível em: <<http://www.world-tourism.org>>. Acesso em: 12 Maio 2002.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO (OMT). **Carta del Turismo y Código del Turista.** 1985. Disponível em: <http://www.apiepr.org/files/carta-codigo-turista.pdf>. Acesso em: 28 Fev 2010.

PETROCCHI, Mario. **Gestão de pólos turísticos.** São Paulo: Futura, 2001.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade.** Novos caminhos para a inclusão social. São Paulo: Cortez, 2002.

POCHMANN, Marcio. **Políticas de inclusão social.** Resultados e avaliação. São Paulo: Cortez, 2004.

POCHMANN, Marcio. **Nova Política de Inclusão Socioeconômica (*New Socioeconomic Inclusion Policy*)**. Campinas: Prefeitura de São Paulo, 2003.

POCHMANN, Marcio. **Agenda não liberal da inclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2005. 162 p.

PORTER, Michael. **Competição: estratégias competitivas essenciais (*On competition*)**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 515 p.

PRETTY, Jules; WARD, Hugh. **Social Capital and the Environment**. World Development, Vol. 29, No.2. Elsevier Science. Great Britain, 2001.

PROVINCIALI, Vera L. N. **Cadeia produtiva do turismo: concepção**. Aracaju, SE: 2002. Mimeografado.

ROGERS; JALAL; BOYD. **An introduction to sustainable development**. London, UK: Earthscan, 2008.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SANTOS & TEIXEIRA. **Análise do Plano Maior**. Disponível em: <<http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/474>>. Acesso em: 27 Ago 2010.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SEBRAE. **Proposta de elaboração de estudo da cadeia produtiva do turismo em Mato Grosso do Sul**: relatório final. Convênio nº25/2005. Campo Grande: Fundação Cândido Rondon, 2006.

SHARPLEY, Richard. **Tourism development and the environment: beyond sustainability?** London, UK: Earthscan, 2009.

SILVA, David Leonardo Bouças da. **Turismo em Unidades de Conservação: contribuições para a prática de uma atividade turística sustentável no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. 2008. 206p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

SILVA, David Leonardo Bouças da. **Turismo nos Lençóis Maranhenses: a identificação da modalidade turística praticada no município de Barreirinhas**. 2004. 94 p. Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

SILVA, Jorge Antonio Santos. **Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em *cluster***. 2004 (b). 480 p. Tese (Doutorado) Escola de Comunicações e Artes, USP, 2004.

SOUZA, Myrtis Arrais. **A cadeia turística**. Fortaleza: Banco do Nordeste, ETENE, 1998. Mimeografado.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: conceito e impacto ambiental**. Vol.1. São Paulo: Aleph, 2000.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo Básico**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1998.

UERJ. **Teste Mann-Whitney**. Disponível em: <http://www.ime.uerj.br/~orestes/arg/11%20Mann_Whitney.pdf>. Acesso em: 28 Out 2010.

WIKIPÉDIA (WIKIMEDIA). **São Luís: MA**. Disponível em: <<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/24/Saoluizbrasil.jpg>>. Acesso em: 08 Fev 2010.

WIKIPÉDIA. **Ficheiro Maranhão**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Maranhao_MesoMicroMunicip.svg>. Acesso em 06 Fev 2010.

WORLD TOURISM ORGANIZATION (UNWTO). **Sustainable Development of Tourism**. Disponível em: <<http://www.unwto.org/sdt/index.php>>. Acesso em: 25 Ago 2010.

WTTC (WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL). **Economic impact data and forecasts**. Disponível em: <http://www.wttc.org/eng/Tourism_Research/Economic_Research/>. Acesso em: 28 Ago 2010.

VEIGA, J. E. da. **O prelúdio do Desenvolvimento Sustentável**. In: CAVC, Economia Brasileira: Perspectiva do Desenvolvimento, pp. 243-266, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE 1: Modelo de Questionário

QUESTIONÁRIO SOBRE OS PROCESSOS DE INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO EM BARREIRINHAS-MA

Estou realizando uma pesquisa para a Universidade de Brasília (UnB) sobre o turismo em Barreirinhas, em função do seu crescimento. O tempo de duração é de 15 minutos.

- **Você mora em Barreirinhas?** (Se a resposta for sim, aplique o questionário; se for não, agradeça e encerre a entrevista)
- Você poderia participar?

Nome do entrevistador: _____ Data: ____/____/____
 Nome do entrevistado: _____
 Local de aplicação do questionário: _____ Nº _____

A) DADOS PESSOAIS		Não preencher esta coluna				
1. SEXO: 1. () masculino 2. () feminino		1. []				
2. IDADE: 1. () ____ anos 2. () não respondeu/não sabe		2. []				
3. COMUNIDADE/LOCAL ONDE RESIDE: 1. () na própria sede de Barreirinhas 5. () Mandacaru 9. () Vassouras 2. () Atins 6. () Tabocas 10. () Sobradinho 3. () Tapuió 7. () Caburé 11. () outra. Qual? _____ 4. () Laranjeiras 8. () Gambá 12. () não respondeu/não sabe.		3. []				
4. ESCOLARIDADE: 1. () sem escolaridade 4. () ensino médio incompleto 7. () superior completo 2. () fundamental incompleto 5. () ensino médio completo 8. () pós-graduação 3. () fundamental completo 6. () superior incompleto 9. () não respondeu/não sabe		4. []				
5. RELIGIÃO: 1. () católica 5. () outra. Qual? _____ 2. () espírita 6. () não sigo nenhuma religião 3. () protestante. Qual Igreja? _____ 7. () não respondeu/não sabe 4. () pentecostal. Qual Igreja? _____		5. []				
6. PESSOAS QUE MORAM COM VOCÊ: 1. () Número de pessoas no quadro abaixo 2. () não respondeu/não sabe						
Nº	Grau de Parentesco	Idade (anos)	Escolaridade	Trabalha (sim ou não)	Estuda (Sim ou não)	
EX:	Pai	60	Fundamental Completo	SIM	NÃO	
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
7. Qual a renda mensal "TOTAL" de sua família ao mês: 1. () R\$ _____ ao mês 2. () não respondeu / não sabe						7. []
8. Você nasceu no município de Barreirinhas? 1. () sim (pule para a questão 11) 2. () não 3. () não respondeu/não sabe						8. []
9. Nasceu em qual cidade/Estado? 1. () CIDADE: _____ / ESTADO: _____ 2. () não respondeu/não sabe						9. []
10. Há quanto tempo você mora em Barreirinhas? 1. () ____ anos, e ____ meses 2. () não respondeu/não sabe						10. []
11. Você pertence a alguma associação ou cooperativa local? 1. () sim 2. () não (pule para a questão 13) 3. () não respondeu/não sabe						11. []
12. Qual associação/cooperativa pertence? 1. () Cooperativa _____ 2. () Associação _____ 3. () não respondeu/não sabe						12. []
13. Marque com "X" quais desses itens abaixo você possui na casa onde mora: (PODE SER MAIS DE UMA RESPOSTA!) 1. () aparelho de som 5. () freezer independente 11. () TV por assinatura 2. () televisão 7. () máquina de lavar roupa 12. () automóvel 3. () DVD 8. () computador (micro, laptop ou notebook) 13. () motocicleta 4. () geladeira 9. () telefone fixo 14. () não respondeu/não sabe 5. () microondas 10. () telefone celular						13. []
14. Qual dessas situações corresponde à sua: (PODE SER MAIS DE UMA RESPOSTA!) 1. () empregado em empresa privada 4. () aposentado 7. () dona de casa 2. () trabalha por conta própria (autônomo) 5. () estudante 8. () outra. Qual? _____ 3. () desempregado 6. () servidor público 9. () não respondeu/não sabe						14. []

Atenção:
 ✓ Respostas 1, 2 ou 3 aplicar o questionário correspondente (FOLHAS SEPARADAS!)
 ✓ Respostas 4, 5, 6, 7, 8 ou 9 como única alternativa = ENCERRAR O QUESTIONÁRIO! **E agradecer.**

		Não preencher esta coluna
28. Qual a função desenvolvida por você no atual emprego? 1. () gerente 2. () garçon(ete) 3. () guia turístico 4. () secretário/telefonista 5. () motorista de táxi 6. () motorista de carro tracionado <i>(toyoteiro)</i> 7. () piloto de embarcação náutica (<i>voadeira</i>) 8. () agente de viagem 9. () operador de turismo 10. () cozinheiro/ <i>chef</i> de cozinha 11. () auxiliar administrativo-financeiro 12. () camareiro(a) 13. () recepcionista 14. () auxiliar em serviços gerais (pedreiro, carpinteiro, pintor, etc.) 15. () outro. Qual? _____ 16. () não respondeu/não sabe		28. []
29. Em sua opinião, qual foi o fator que lhe garantiu esse emprego? 1. () meu nível de escolaridade 2. () minha (não) capacitação técnica para o serviço 3. () minha idade 4. () meu sexo (masculino/feminino) 5. () minha experiência anterior com o mesmo trabalho 6. () a indicação de conhecidos 7. () a proximidade/distanciamento da minha casa com o local de trabalho 8. () meu conhecimento da área 9. () outro. Qual? _____ 10. () não respondeu/não sabe		29. []
30. Você realiza algum outro trabalho que lhe ajuda na renda familiar? 1. () sim 2. () não (encerrar) 3. () Não respondeu/Não sabe (encerrar)		30. []
31. Qual(uais) trabalho(s)? E quanto ganha por ele(s), ao mês? TRABALHO: _____ TRABALHO: _____ R\$: _____ ao mês. R\$: _____ ao mês.		31. []

C) QUESTÕES PARA AUTÔNOMOS (TRABALHAM POR CONTA PRÓPRIA)			Não preencher esta coluna
32. Você trabalha com o quê?			32. []
1. () vendo peças de artesanato	5. () vendo roupas/bijuterias	9. () serviço de alimentação	
2. () vendo pescados	6. () serviço de transporte	10. () sou vendedor ambulante	
3. () vendo produtos agrícolas	7. () ofereço serviço de guia turístico	11. () outro. Qual? _____	
4. () vendo produtos pecuários	8. () serviço de hospedagem	12. () não respondeu/não sabe	
33. Essa atividade que você realiza hoje já era exercida por alguém da sua família?			33. []
1. () sim			
2. () não			
3. () não respondeu/não sabe			
34. Qual é a renda que você ganha ao mês com essa atividade?			34. []
1. () R\$ _____			
2. () não respondeu/não sabe			
35. Você já fez algum curso voltado à trabalhos na área de turismo?			35. []
1. () sim			
2. () não (pule para a questão 37)			
3. () não respondeu/não sabe			
36. Qual/quais?			36. []
1. () Curso de _____			
2. () Curso de _____			
3. () não respondeu/não sabe			
37. Para quem você vende seus produtos ou oferece seus serviços?			37. []
1. () para meios de hospedagem (<i>hotel, pousada, resort etc.</i>)			
2. () para empresas de alimentação turística			
3. () para empresas de <i>passelos turísticos</i>			
4. () para empresas de transporte turístico (<i>serviços e locação de veículos como toyotas, voadeiras e táxis</i>)			
5. () para agências de viagem			
6. () para operadoras turísticas			
7. () para empresas vendedoras de artesanato e produtos típicos			
8. () diretamente para turistas			
9. () outro. Qual? _____			
10. () não respondeu/não sabe			
ATENÇÃO:			
✓ Se a resposta na questão anterior tiver como alternativa 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 ou 8 pular para a questão 43!			
✓ Se a resposta na questão anterior tiver como alternativa 9 , continuar até o fim!			
✓ Se a resposta na questão anterior tiver como alternativa 10 , continuar e encerrar na questão 42!			
38. Em algum momento, você buscou por oportunidades de emprego no setor de turismo, em Barreirinhas?			38. []
1. () sim			
2. () não (pule para a questão 42)			
3. () não respondeu/não sabe			
39. O que o levou a procurar emprego no setor de turismo? (Avalie de 1 a 5 todas as alternativas, sendo: "1" = fator POUCO determinante / "5" = fator MUITO determinante)			39. []
1. () não quero mais trabalhar em minha atividade tradicional			
2. () os salários são altos			
3. () as condições de trabalho são boas			
4. () quero sair do campo (meio rural)			
5. () gosto desse tipo de atividade			
6. () quero me qualificar nas áreas do setor			
7. () já trabalhava com turismo antes			
8. () outro. Qual? _____			
9. () não respondeu/não sabe			
40. O emprego que você buscou seria para a realização de qual atividade?			40. []
1. () gerente			
2. () garçon(ete)			
3. () guia turístico			
4. () secretário/telefonista			
5. () motorista			
6. () piloto de embarcação náutica (<i>voadeira</i>)			
7. () agente de viagem			
8. () operador de turismo			
9. () cozinheiro/chef de cozinha			
10. () auxiliar administrativo-financeiro			
11. () camareiro(a)			
12. () recepcionista			
13. () outro. Qual? _____			
14. () não respondeu/não sabe			
41. Em sua opinião, qual foi o fator que "NÃO" lhe garantiu esse emprego?			41. []
1. () meu nível de escolaridade			
2. () minha pouca capacitação técnica para o serviço			
3. () minha idade			
4. () meu sexo (masculino/feminino)			
5. () minha experiência anterior			
6. () a indicação de conhecidos			
7. () a proximidade/distanciamento da minha casa com o local de trabalho			
8. () outro. Qual? _____			
9. () não respondeu/não sabe			
42. Por que não procurou por oportunidades de emprego no setor de turismo? (Avalie de 1 a 5 todas as alternativas, sendo: "1" = fator POUCO determinante / "5" = fator MUITO determinante)			42. []
1. () não quero abandonar minha atividade tradicional			
2. () os salários são baixos			
3. () as condições de trabalho são ruins			
4. () não há vagas para pessoas sem qualificação			
5. () não há vagas para pessoas sem experiência anterior			
6. () não há vagas para pessoas sem escolaridade			
7. () moro muito longe de onde a atividade turística é desenvolvida			
8. () não gosto desse tipo de atividade			
9. () não tenho conhecimento sobre a atividade			
10. () outro. Qual? _____			
11. () não respondeu/não sabe			
43. Você está satisfeito com a atividade que realiza atualmente?			43. []
1. () sim			
2. () não (pule para a questão 45)			
3. () não respondeu/não sabe			
44. Por que está satisfeito?			44. []
1. () a renda que consigo é alta			
2. () as condições de trabalho são boas			
3. () os benefícios são muitos			
4. () consegui sair do campo (meio rural)			
5. () sou valorizado			
6. () aprendo bastante			
7. () outro. Qual? _____			
8. () não respondeu/não sabe			
45. Por que "NÃO" está satisfeito?			45. []
1. () a renda que consigo é baixa			
2. () as condições de trabalho são ruins			
3. () os benefícios são poucos			
4. () quero voltar para o campo (meio rural)			
5. () não gosto desse tipo de atividade			
6. () não sou valorizado			
7. () não aprendo nada			
8. () outro. Qual? _____			
9. () não respondeu/não sabe			

		Não preencher esta coluna
D) QUESTÕES PARA QUEM NÃO TRABALHA (DESEMPREGADO)		
46. Há quanto tempo está desempregado? 1. () até 01 ano 2. () mais de 01 ano e menos de 05 anos 3. () mais de 05 anos e menos de 10 anos 4. () mais de 10 anos e menos de 15 anos 5. () mais de 15 anos 6. () não respondeu/não sabe		46. []
47. Você possuía carteira assinada? 1. () sim 2. () não 3. () não respondeu/não sabe		47. []
48. Qual era a renda que você tinha no último emprego, ao mês? 1. () R\$ _____ 2. () não respondeu/não sabe		48. []
49. Naquele emprego, você exercia uma atividade que já era exercida por alguém da sua família? 1. () sim 2. () não 3. () não respondeu/não sabe		49. []
50. Você já fez algum curso voltado à trabalhos na área de turismo? 1. () sim 2. () não (pule para a questão 52) 3. () não respondeu/não sabe		50. []
51. Se "SIM", qual/quais? 1. () Curso de _____ 2. () Curso de _____ 3. () não respondeu/não sabe		51. []
52. Onde você trabalhava? 1. () em meios de hospedagem 2. () em empresas de alimentação turística 3. () em empresas de <i>passaios turísticos</i> 4. () em empresas de transporte turístico 5. () em agências de viagem 6. () em operadoras turísticas 7. () em empresas vendedoras de artesanato e produtos típicos 8. () outro. Qual? _____ 9. () não respondeu/não sabe		52. []
ATENÇÃO: ✓ Se a resposta na questão anterior tiver como alternativa 1, 2, 3, 4, 5, 6 ou 7 pular para a questão 59! ✓ Se a resposta na questão anterior tiver como alternativa 8 , continuar até a questão 58! ✓ Se a resposta na questão anterior tiver como alternativa 9 , continuar e encerrar na questão 58!		
53. Em algum momento, você buscou por oportunidades de emprego no setor de turismo, em Barreirinhas? 1. () sim 2. () não (pule para a questão 57) 3. () não respondeu/não sabe		53. []
54. O que o levou a procurar emprego no setor de turismo? (Avalie de 1 a 5 todas as alternativas, sendo: "1" = fator POUCO determinante / "5" = fator MUITO determinante) 1. () não quero mais trabalhar em minha atividade 2. () os salários são altos 3. () as condições de trabalho são boas 4. () quero sair do campo (meio rural) 5. () gosto desse tipo de atividade 6. () quero me qualificar nas áreas do setor 7. () outro. Qual? _____ 8. () não respondeu/não sabe		54. []
55. O emprego que você buscou seria para a realização de qual atividade? 1. () gerente 2. () garçon(ete) 3. () guia turístico 4. () recepcionista/telefonista 5. () motorista 6. () piloto de embarcação náutica (<i>voadeira</i>) 7. () operador de turismo 8. () cozinheiro/chef de cozinha 9. () auxiliar administrativo-financeiro 10. () camareiro(a) 11. () outro. Qual? _____ 12. () não respondeu/não sabe		55. []
56. Em sua opinião, qual foi o fator que "NÃO" lhe garantiu esse emprego? 1. () meu nível de escolaridade 2. () minha pouca capacitação técnica 3. () minha idade 4. () meu sexo (masculino/feminino) 5. () o distanciamento da minha casa 6. () outro. Qual? _____ 7. () não respondeu/não sabe		56. []
57. Por que "NÃO" procurou oportunidades de emprego no setor de turismo? (Avalie de 1 a 5 todas as alternativas, sendo: "1" = fator POUCO determinante / "5" = fator MUITO determinante) 1. () não quero abandonar minha atividade tradicional 2. () os salários são baixos 3. () as condições de trabalho são ruins 4. () não há vagas para pessoas sem qualificação 5. () não há vagas para pessoas sem experiência anterior 6. () moro muito longe da atividade turística 7. () não tenho conhecimento sobre a atividade 8. () outro. Qual? _____ 9. () não respondeu/não sabe		57. []
58. Qual a função desenvolvida por você naquele emprego? R: _____		58. []
59. Qual a função desenvolvida por você naquele emprego, no setor de turismo? 1. () gerente 2. () garçon(ete) 3. () guia turístico 4. () recepcionista/telefonista 5. () motorista 6. () piloto de embarcação náutica (<i>voadeira</i>) 7. () operador de turismo 8. () cozinheiro/chef de cozinha 9. () auxiliar administrativo-financeiro 10. () camareiro(a) 11. () outro. Qual? _____ 12. () não respondeu/não sabe		59. []
60. Em sua opinião, qual foi o fator que lhe garantiu ter aquele emprego? 1. () meu nível de escolaridade 2. () minha capacitação técnica para o serviço 3. () minha idade 4. () meu sexo (masculino/feminino) 5. () minha experiência anterior 6. () a indicação de conhecidos 7. () a proximidade da minha casa com o local de trabalho 8. () meu conhecimento da área 9. () outro. Qual? _____ 10. () não respondeu/não sabe		60. []

COMENTÁRIOS GERAIS:

APÊNDICE 2: Quadros de Inseridos e Não Inseridos (por segmento social)

EEP (INSERIDO x NÃO INSERIDO)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não Inserido	54	7,0	55,1	55,1
	Inserido	44	5,7	44,9	100,0
	Total	98	12,7	100,0	
Missing	System	675	87,3		
Total		773	100,0		

AUTÔNOMOS (INSERIDO x NÃO INSERIDO)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não inseridos	159	20,6	60,0	60,0
	Inseridos	106	13,7	40,0	100,0
	Total	265	34,3	100,0	
Missing	System	508	65,7		
Total		773	100,0		

DESEMPREGADOS (INSERIDO x NÃO INSERIDO)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não Inseridos	51	6,6	62,2	62,2
	Inseridos	31	4,0	37,8	100,0
	Total	82	10,6	100,0	
Missing	System	691	89,4		
Total		773	100,0		

INSERIDOS_X_NÃO_INSERIDOS

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não inserido	264	34,2	59,3	59,3
	Inserido	181	23,4	40,7	100,0
	Total	445	57,6	100,0	
Missing	System	328	42,4		
Total		773	100,0		

APÊNDICE 3: Informações complementares por segmento

Possui carteira assinada?

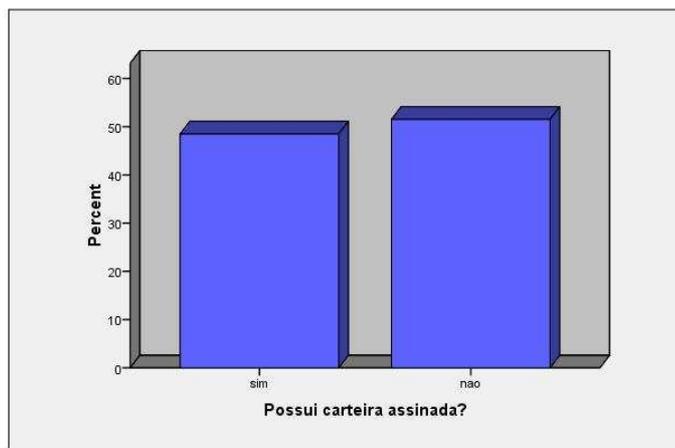


Gráfico 24: Frequência de entrevistados com carteiras assinadas (EEP)

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

Há quanto tempo está empregado?

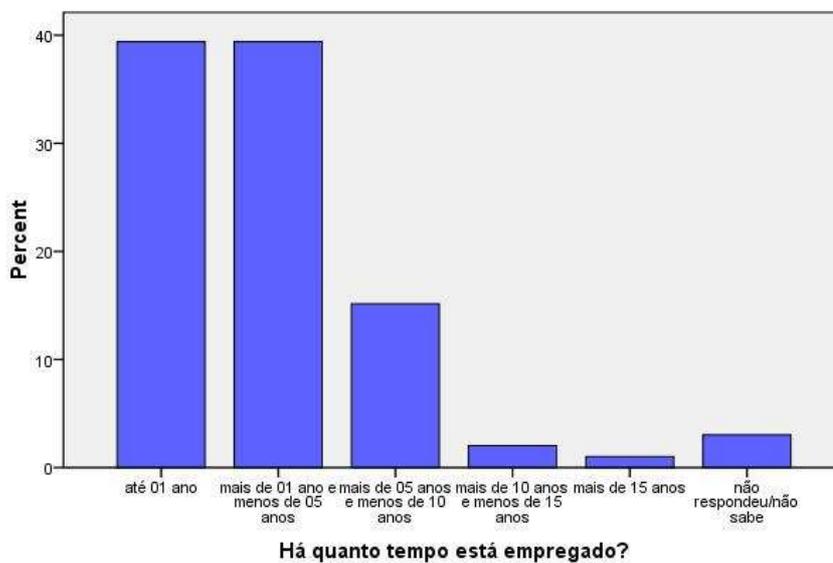


Gráfico 25: Tempo no emprego (EEP)

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

Qual a função do entrevistado no emprego?

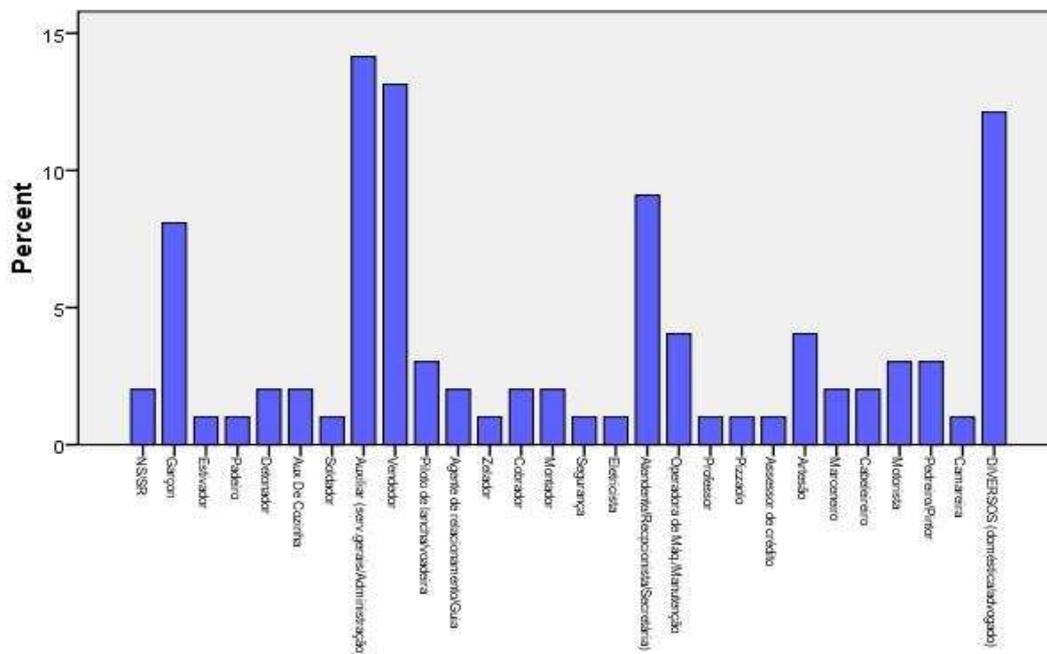


Gráfico 26: Funções dos entrevistados (EEP)
 Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

CURSOS_EMPREGADOS

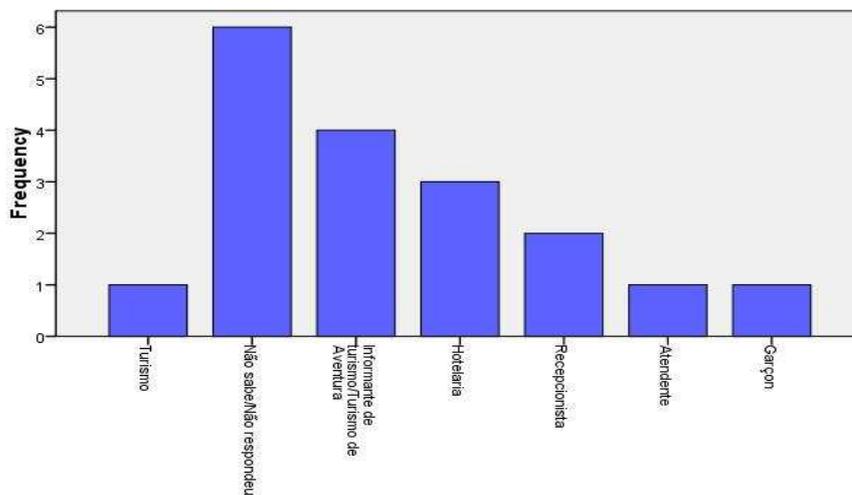


Gráfico 27: Cursos realizados voltados ao setor de turismo (EEP)
 Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

XXXXXXXXX_Onde_o_entrevistado_trabalha_EMPREGADO

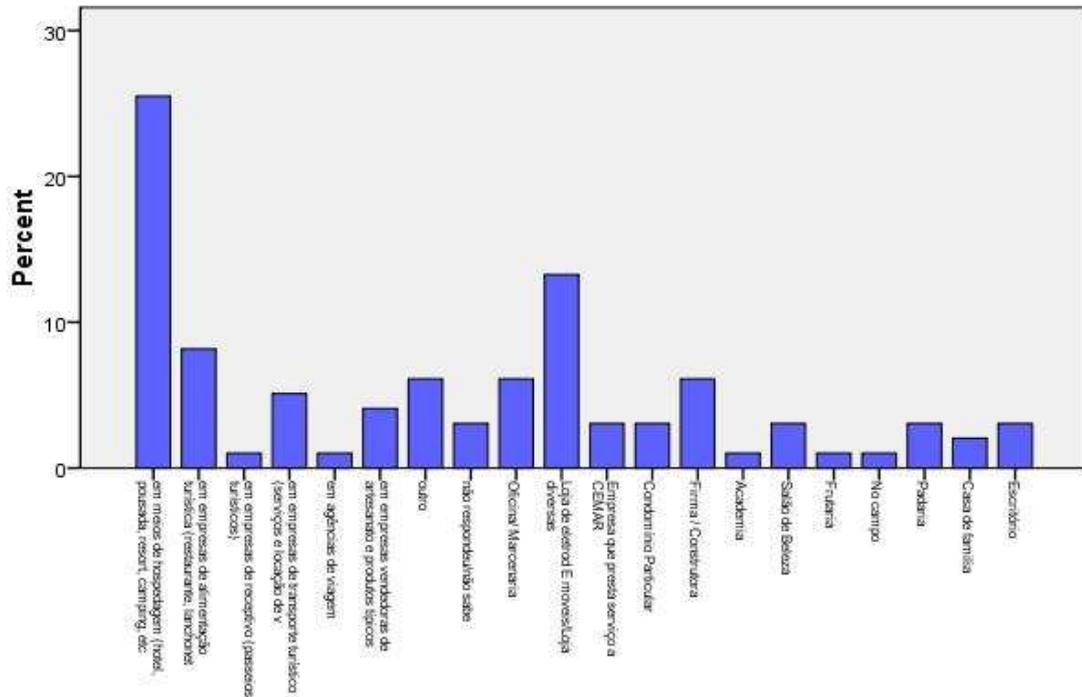


Gráfico 28: Locais de trabalho dos entrevistados (EEP)
 Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

Você realiza algum outro trabalho que lhe ajuda na renda familiar?



Gráfico 29: Frequência de realização de outros trabalhos (EEP)
 Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

Quanto ganha com trabalho 01 extra que realiza para ajudar a família?



Gráfico 30: Renda com o trabalho extra realizado (EEP)
 Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

O entrevistado trabalha com o quê?

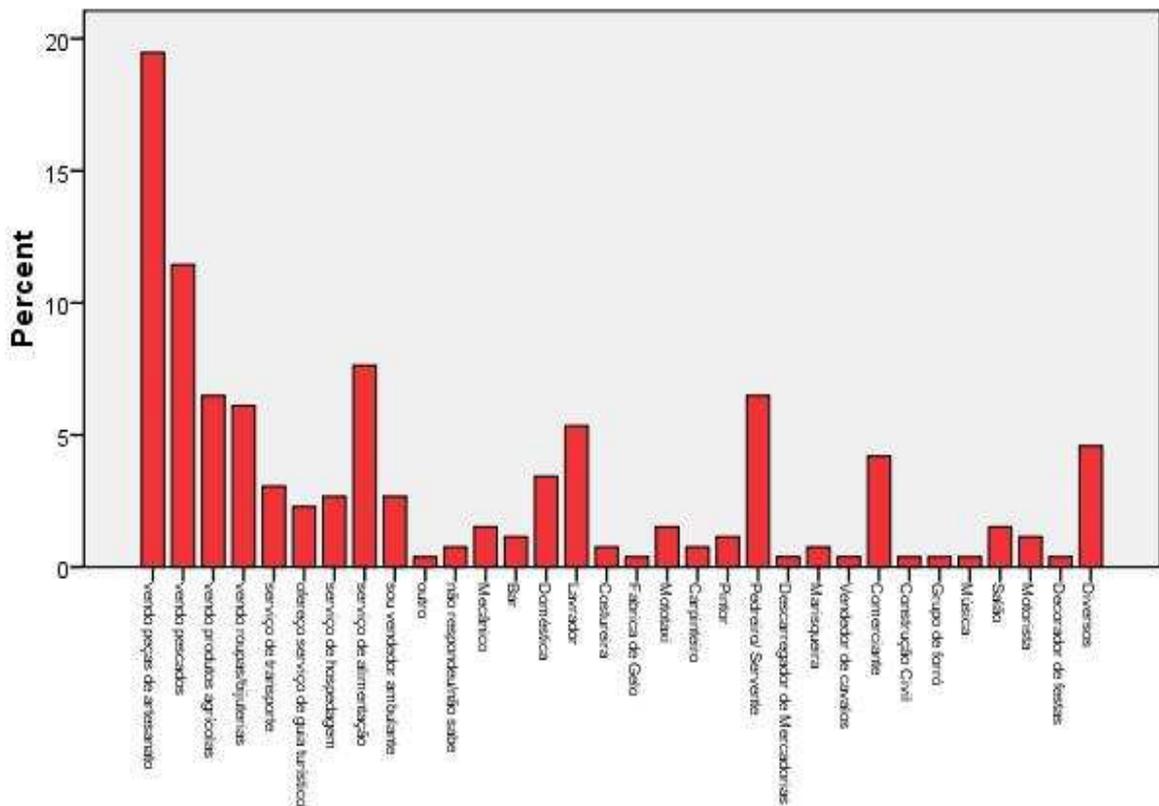


Gráfico 31: Tipologias de trabalho realizados (Autônomos)
 Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

XXXXXXXXX_Para quem vende seus produtos_AUTÔNOMO

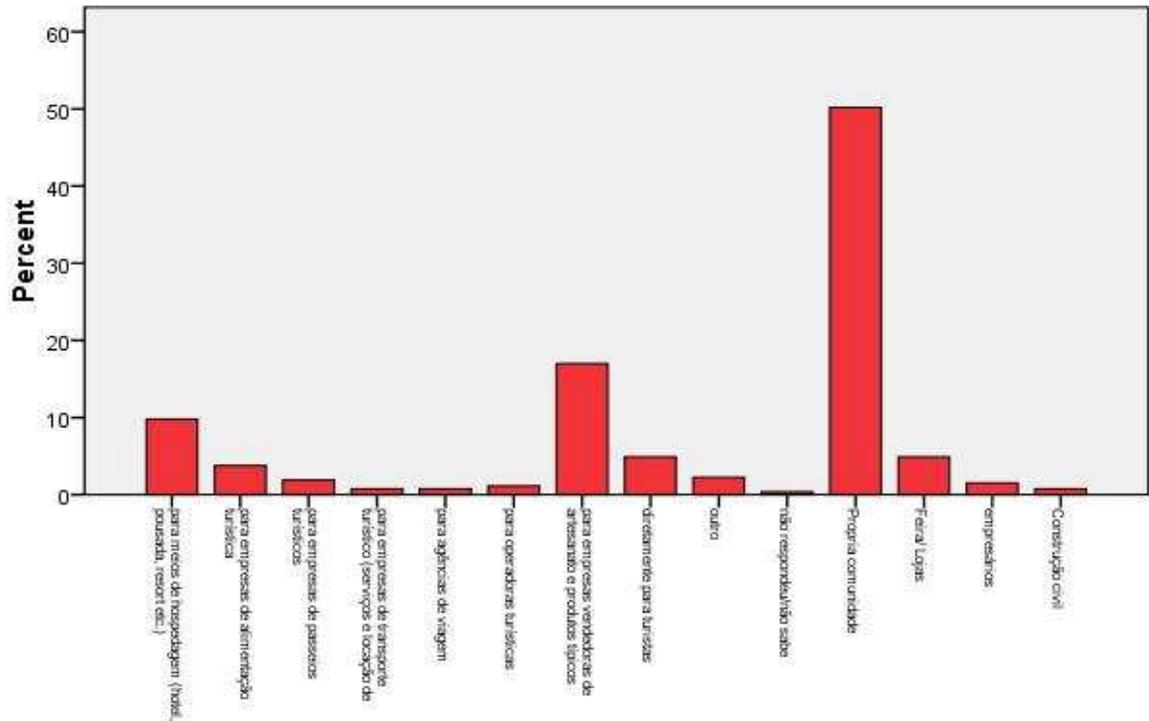


Gráfico 32: Para quem são vendidos os seus produtos (Autônomos)

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

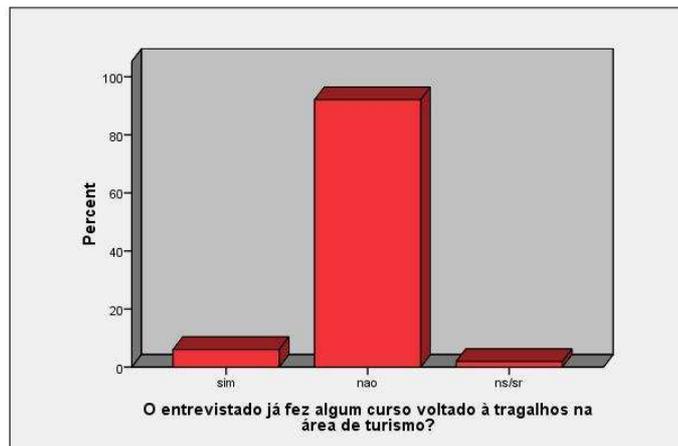


Gráfico 33: Frequência de entrevistados que realizaram cursos na área de turismo (Autônomos)

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

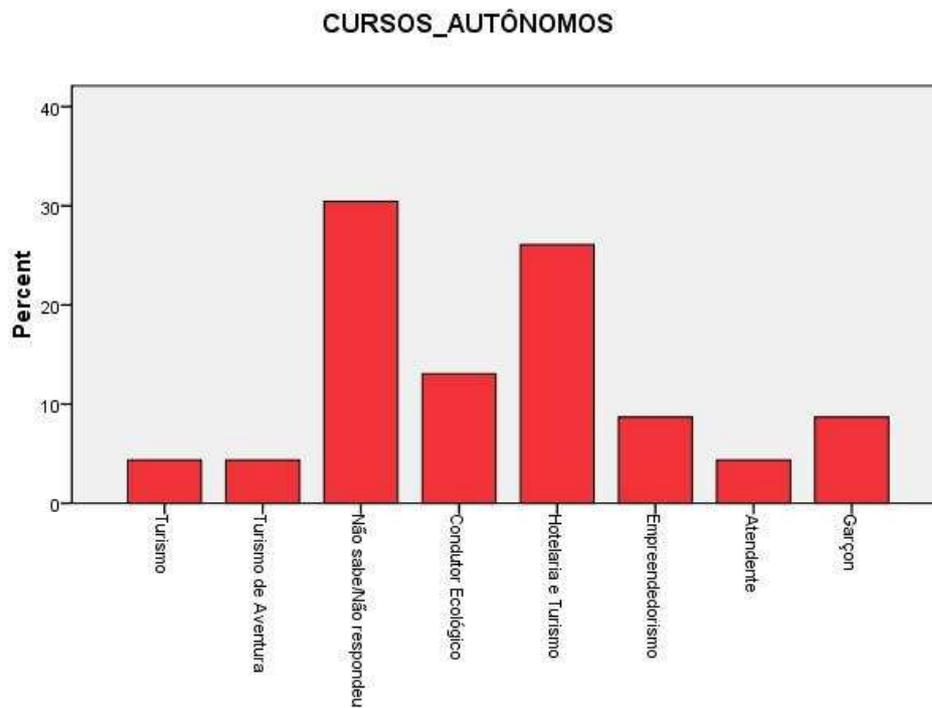


Gráfico 34: Tipologias de cursos realizados (Autônomos)
 Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.



Gráfico 35: Satisfação do entrevistado com a atividade que realiza (Autônomos)
 Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

Por que está satisfeito?

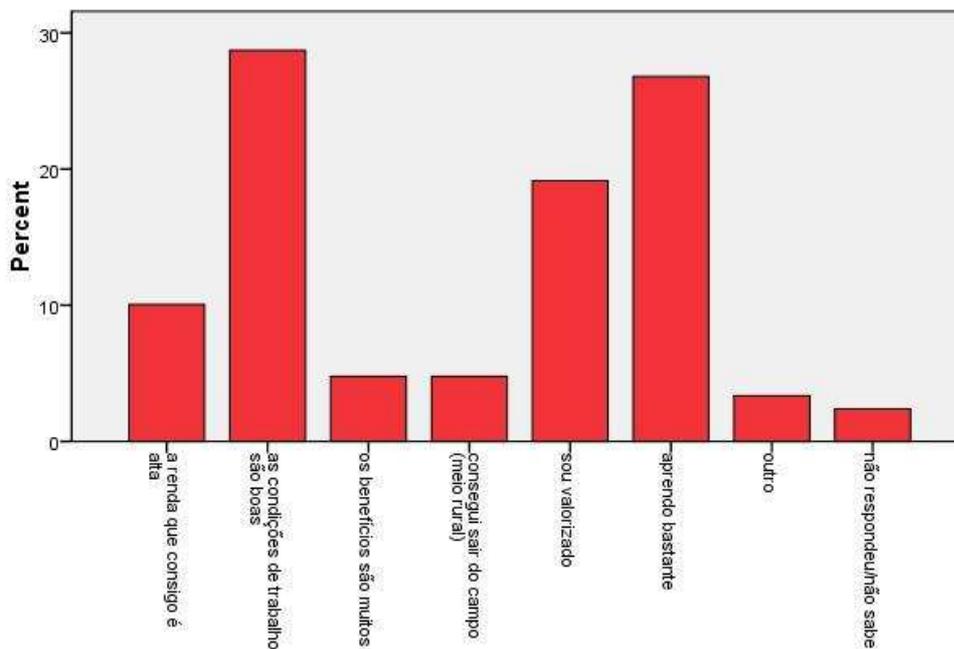


Gráfico 36: Motivos apresentados pela satisfação dos entrevistados (Autônomos)
 Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

Por que NÃO está satisfeito?

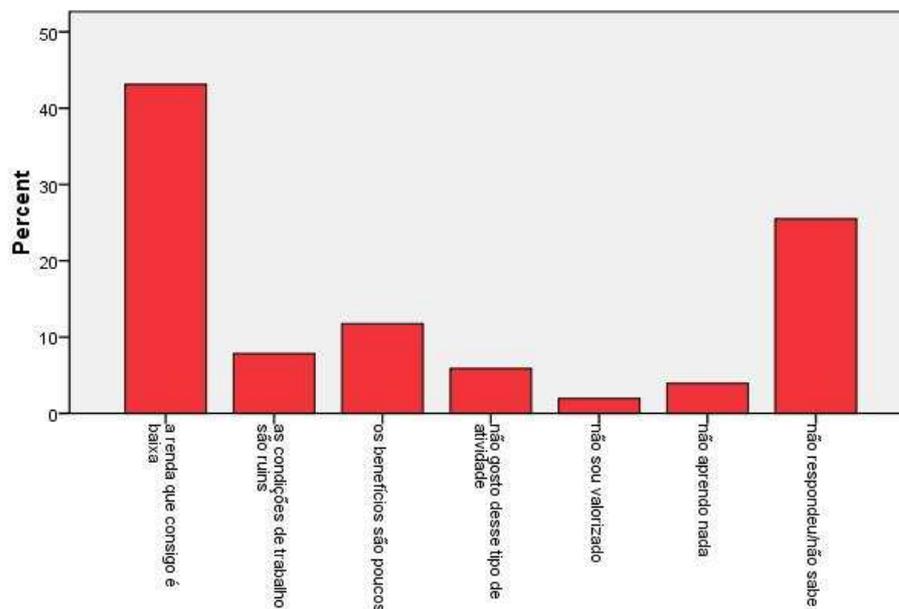


Gráfico 37: Motivos apresentados pela não satisfação dos entrevistados (Autônomos)
 Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

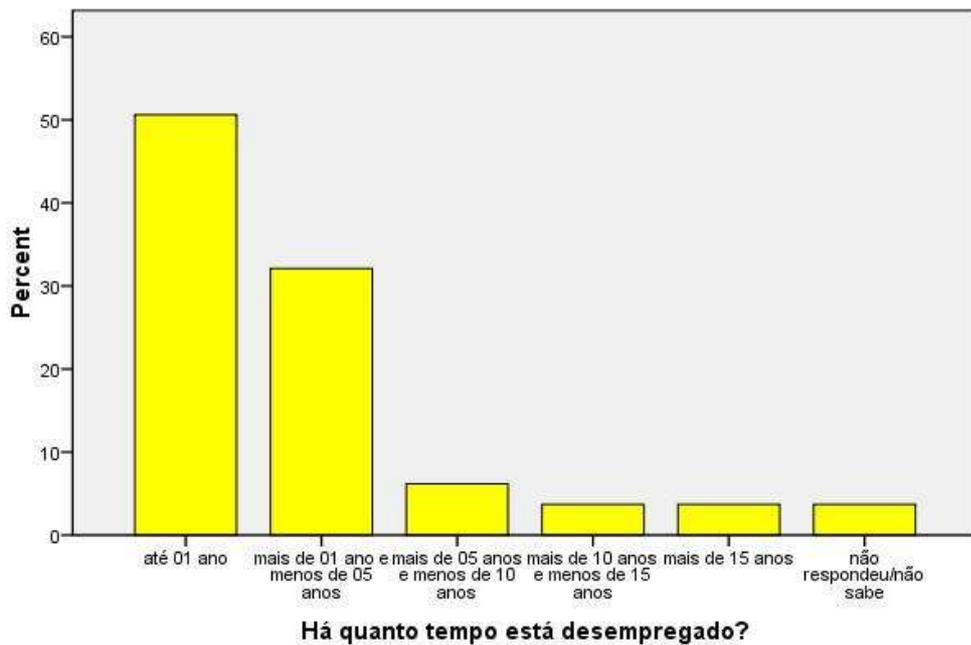


Gráfico 38: Tempo como desempregado (Desempregados)
 Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

Possua carteira assinada?

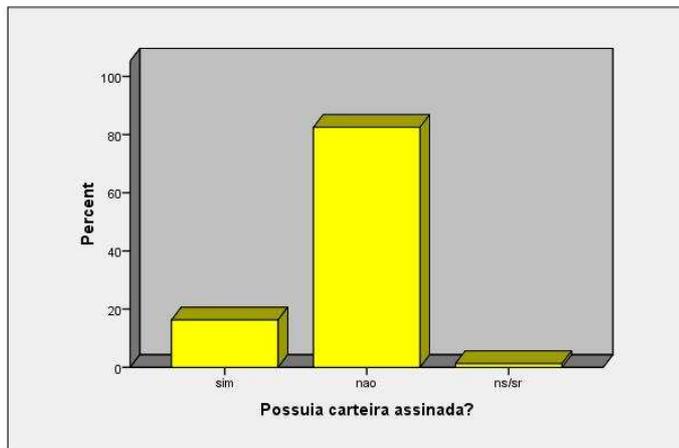


Gráfico 39: Frequência de entrevistados com carteiras assinadas (Desempregados)
 Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

XXXXXXXXXX_Onde_trabalhava_DESEMPREGADO

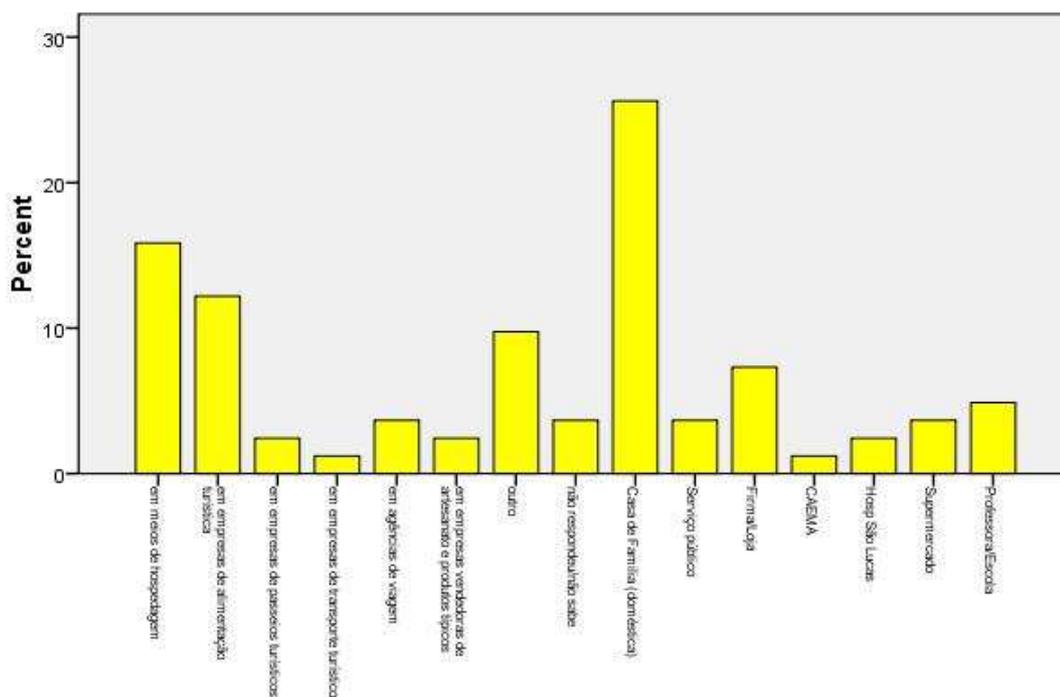


Gráfico 40: Locais de trabalho dos entrevistados (Desempregados)

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

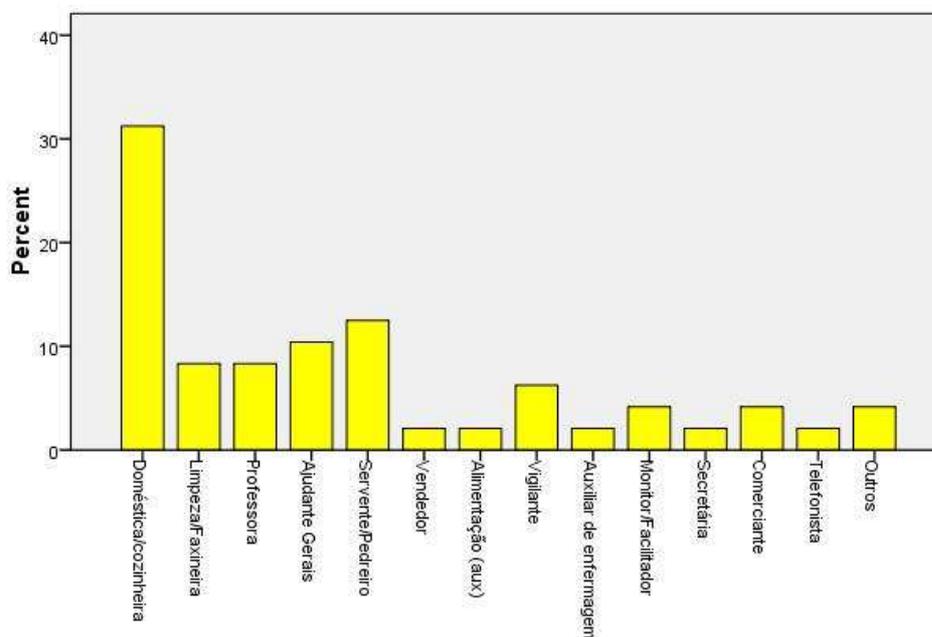


Gráfico 41: Funções desenvolvidas pelos entrevistados (Desempregados)

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

Qual a função desenvolvida pelo entrevistado naquele emprego, no setor de turismo?

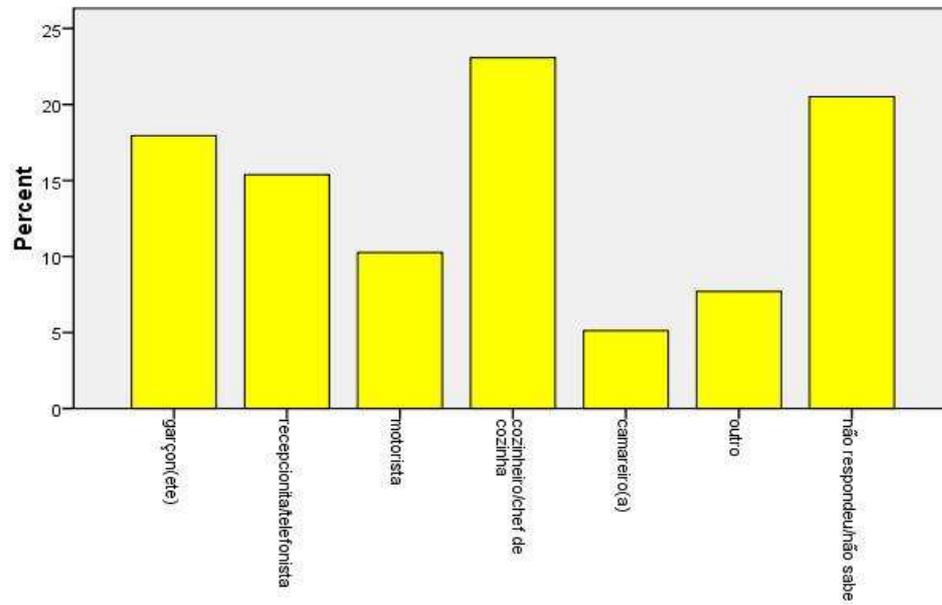


Gráfico 42: Funções desenvolvidas pelos entrevistados no setor de turismo (Desempregados)
 Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

CURSOS_DESEMPREGADOS

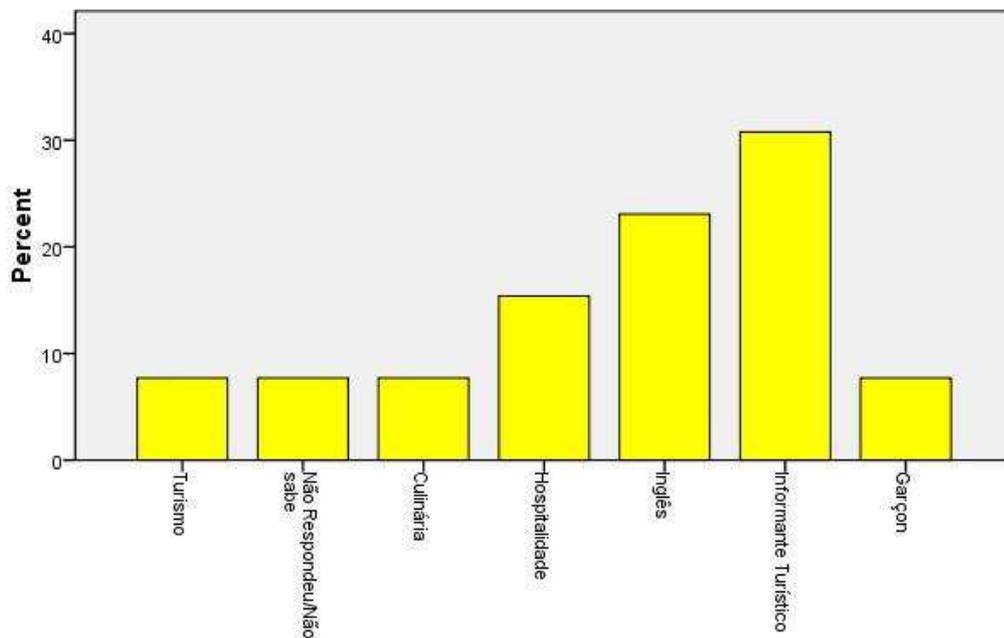


Gráfico 43: Tipologias de cursos realizados pelos entrevistados (Desempregados)
 Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.

O emprego buscado seria para realização de qual atividade?

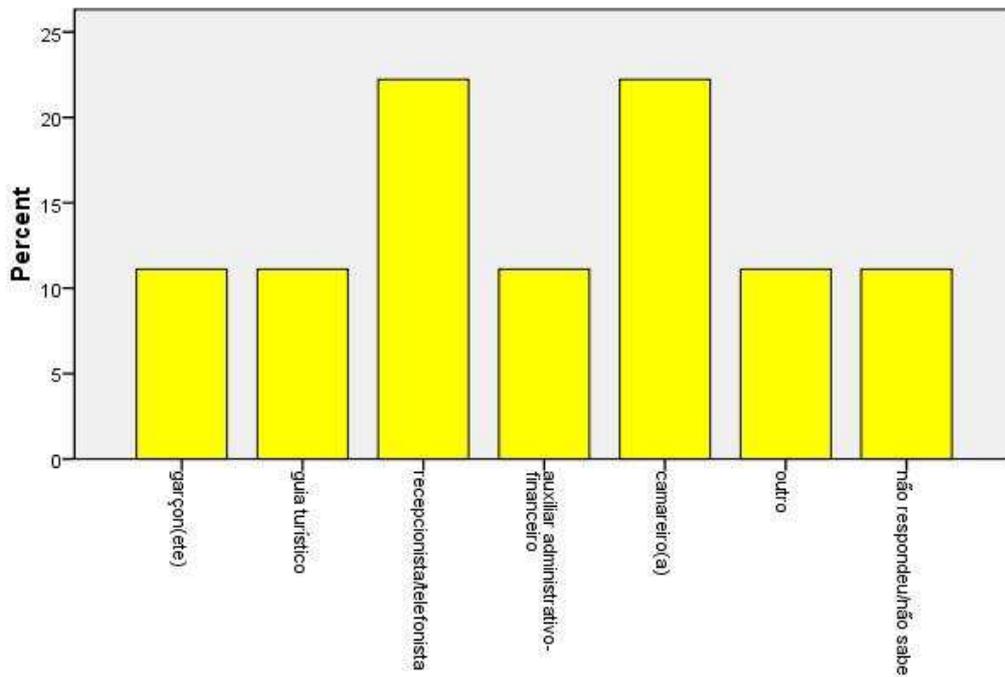


Gráfico 44: Funções buscadas no setor de turismo pelos desempregados (Desempregados)

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir da pesquisa de campo.